

T 333.31
LIS
pra

FREDERICO OLIVIERI LISITA

**PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM
DOIS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
RURAL NO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração - Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Robson Amâncio

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Lisita, Frederico Olivieri

Práticas de assistência técnica em dois projetos de assentamento rural no
Noroeste de Minas Gerais / Frederico Olivieri Lisita. -- Lavras : UFLA, 2001.
146 p. : il.

Orientador: Robson Amâncio.
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Reforma agrária. 2. Assistência técnica. 3. Extensão rural. 4. Assentamento
rural. 5. Sociologia rural. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-333.31

FREDERICO OLIVIERI LISITA

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA**

D
n. 04906
m. 21748

**PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM
DOIS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
RURAL NO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração - Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de "Mestre".

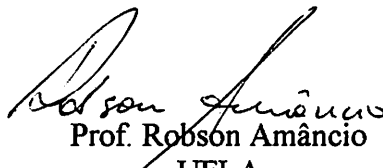
APROVADA em 20 de setembro de 2001

Prof. Edgard Alencar

UFLA

Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes

UFLA


Prof. Robson Amâncio
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

Pai,

...meu exemplo!

Você se foi, deixando sua lição
...caráter, palavra, honestidade
Princípio!

Filho,

...minha inspiração!

A luta por um mundo melhor
torna-se mais intensa!

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Muito especialmente agradeço a quem sempre me apoiou e soube entender minhas fraquezas: Mamãe. Também agradeço em especial àquela que sempre foi uma irmã nota 10. Milena!

Quando um recém formado, que nasceu e foi criado na beira da praia, cai no sertão para trabalhar em assentamentos de reforma agrária..., só terá sucesso se encontrar o apoio de colegas de trabalho a quem possa chamar de irmãos. Alonso e Flavão, amigos sinceros e profissionais de brio!

Na pesquisa de campo, para haver qualidade, é necessário estímulo, inspiração e apoio constantes. Valeu, Valéria, aquela viagem foi inesquecível. Valeu, Murilo, quem tem um amigo como você nunca está sozinho.

Agradeço a alguém fundamental para minha formação: um companheiro de cafezinhos, meu professor de metodologia e membro da banca de defesa, além de ser o autor mais citado da dissertação. É claro e evidente que se trata de Edgard Alencar.

Ao meu orientador, Robson Amâncio, obrigado pela orientação, paciência e compreensão.

A todos os professores do mestrado em administração rural do DAE, muito obrigado. Especialmente ao grande Marcos, pela amizade e pela concepção participativa de suas aulas; mesmo tendo o grave defeito de ser corinthiano, obrigado.

Aos professores do curso de graduação em zootecnia da UFLA, em especial ao “títio” José Augusto, meus agradecimentos.

Agradeço a todos os funcionários do DAE, especialmente: Renata, Márcia e Tadeu. Desculpem a amolação.

Ao pessoal do INCRA SR 06. Aos amigos Mazzan e Rubão, que muito me ensinaram e apoiaram, meus grandes supervisores e professores. A Rosanne, Antônio Carlos e Rogério, pessoas que honram o funcionalismo público. Obrigado também Agar e Eloy, que contribuíram com a realização da pesquisa de campo.

Ao escritório da EMATER de Natalândia, em especial ao “Corujinha”, obrigado pela atenção e presteza.

Aos camaradas do PCdoB de Lavras, melhor do que fazer revolução é poder contar com vocês.

Acreditar na reforma agrária, acreditar que os marginalizados possam um dia dar vida digna às suas famílias, deixar os interesses pessoais de lado para se sacrificar pelo bem da comunidade. Seu Agostinho e Deusdete, parabéns pelos seus exemplos de vida.

Um grande abraço a todos os agricultores familiares assentados do Brasil, especialmente àqueles dos PAs Nova Lagoa Rica, Jambreiro, Aliança e Progresso, Belo Vale, Barreirão, Nova Conquista, Floresta e Mamoneiras.

Ops, eu ia quase esquecendo, saudações aos meus discípulos: “Os Pé Sujo” Alê, Kolbe, Barbinha e Tiago. Agora vocês acreditaram, né?!?

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1 INTRODUÇÃO	01
2 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA	04
2.1 O problema e sua importância	04
2.2 Objeto de estudo	07
2.3 Objetivo geral	07
2.4 Objetivos específicos	07
2.5 Pressupostos de análise	08
2.6 Considerações metodológicas	09
2.6.1 Caracterização da área de estudo	11
2.6.2. Coleta e interpretação dos dados	16
3 QUADRO TEÓRICO	20
3.1 A industrialização da agricultura	20
3.1.1 Introdução	20
3.1.2 Histórico	21
3.1.3 O caso brasileiro	25
3.2 Metodologias de intervenção	29
3.2.1 Introdução	29
3.2.1 Extensão rural no Brasil	30
3.2.2.1 Fases da extensão rural no Brasil	31
3.2.3 Concepções de assistência técnica rural	34
3.2.3.1 Concepção tutorial	34
3.2.3.2 Concepção participativa	39

3.2.3 ATR na reforma agrária	52
3.2.3.1 O Projeto Lumiar	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
4.1 Introdução	57
4.2 Análise das entrevistas realizadas com os assessores do INCRA SR 06	58
4.2.1 Identificação das metodologias aplicadas no Projeto Lumiar	58
4.2.2 Resultados obtidos	62
4.2.3 Metodologias mais indicadas para a RA	64
4.2.4 Postura, compromisso e visão de mundo	65
4.3 Análise das entrevistas com os assessores técnicos da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu	67
4.3.1 Concepções do técnico	69
4.3.2 Discussão sobre o modelo de agricultura	73
4.4 Análise das entrevistas feitas com os agricultores familiares assentados	84
4.4.1 Escolha das entidades prestadoras de ATR	84
4.4.2 Confiança	87
4.4.3 Troca de experiências	89
4.4.4 Solidariedade e associativismo	92
4.4.4.1 Compras e vendas coletivas	93
4.4.4.2 Grupos de trabalho	97
4.4.4.3 Entidades representativas	98
4.4.5 Técnicas alternativas	100
4.4.6 Geração de renda	105
4.4.7 Satisfação pessoal	107
4.4.8 Moradias	111
4.5 Análise da comercialização do leite	114
4.5.1 PA Mamoneiras	116
4.5.2 PA Aliança e Progresso	118

4.5.3 Comparação entre a comercialização de leite realizada nos PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142

RESUMO

LISITA, Frederico Olivieri. **Práticas de assistência técnica em dois projetos de assentamento rural no noroeste de Minas Gerais.** 148 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural).^{*} Universidade Federal de Lavras, Lavras.

A presente dissertação buscou avaliar e comparar as práticas de trabalho de duas entidades prestadoras de Assistência Técnica Rural (ATR), em dois Projetos de Assentamento (PAs) de Reforma Agrária na Região Noroeste de Minas Gerais e seus reflexos na satisfação pessoal e na geração de renda dos agricultores familiares assentados. Para sua realização foi utilizado um tipo de metodologia qualitativa: o estudo de caso do tipo multicaso. Foram entrevistados: assentados dos dois Projetos de Assentamento (PA Mamoneiras e PA Aliança e Progresso), assessores técnicos das entidades envolvidas (EMATER de Natalândia e Cáritas Diocesana de Paracatu), além dos supervisores do INCRA que atuaram no Projeto Lumiar. Também foram coletados dados sobre a comercialização de leite entre os meses de março e julho de 2001 dos dois PAs; as técnicas utilizadas nas entrevistas foram do tipo semi-estruturadas e "*focused interview*". Os dados coletados demonstraram que os assentados que foram atendidos pela Cáritas receberam uma ATR com "concepção participativa". Já os assentados atendidos pela EMATER receberam uma ATR norteada por uma "concepção tutorial"; os primeiros obtiveram resultados melhores que os segundos, em termos de geração de renda e satisfação pessoal. Por ser um estudo de caso, não pretendeu-se com esse trabalho tirar conclusões definitivas, mas sim subsidiar a realização de outros estudos científicos que tenham como objetivo avaliar metodologias de ATR utilizadas na Reforma Agrária, para nortear a ação das entidades que venham a atuar nessa área.

^{*} Orientador: Robson Amâncio, Ufla.

ABSTRACT

LISITA, Federico Olivieri, **Technical assistance practices in two country placement projects in north western Minas Gerais**. 2001. 148 p. Dissertation (M. Sc. In Rural Management). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

The present dissertation aimed to evaluate and compare the working practices of two “Rural Technical Assistance” (RTA) providers, in two farmer placement projects of land reform in the North Western Minas Gerais and its effects upon the personal satisfaction and income generation of those family farmers. To carry this out, a type of qualitative methodology was used: the case study, in a multi-case type. Were interviewed: people placed in both placement projects (Mamoneiras and Aliança e Progresso), technicians of the involved organizations (EMATER of Natalândia and Caritas Diocesana de Paracatu), besides the INCRA supervisors who worked in the “Lumiar Project”, also data/about the milk trade four March through July 2001, from both placement projects; the techniques used in the interviews were “semi-structured” and “focused-interview”. The information’s collected showed that the placed farmers who had the Caritas assistance, received the RTA with “participatory conception”, on the other hand, those who had EMATER’s assistance received a RTA guided by a “tutorial conception”; the first group had better results than the second group, in turns of income generation and personal satisfaction. Since it’s a case study, it was not aimed to take definitive conclusions, but to provide information to other scientific studies which have as objective the evaluation of RTA methodologies used in land reform, to guide the actions of those organizations which might work in this area.

1 INTRODUÇÃO

“Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco. É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos uma saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo.” Freire (1976).

A experiência adquirida pelo autor desta dissertação no trabalho em Projetos de Assentamento Rural (PAs) na região Noroeste de Minas Gerais, foi enriquecida pelo intercâmbio com diversos atores envolvidos (funcionários do INCRA de outros órgãos governamentais, ONGs, Movimentos Sociais), no estado de Minas Gerais. Por essa via foi possível observar que praticamente não há uma avaliação mais criteriosa sobre a atuação das entidades que trabalharam e/ou trabalham prestando Assistência Técnica Rural (ATR) aos agricultores familiares assentados.

O tema é de fundamental importância, pois, em pelo menos um momento, todos os 130 Projetos de Assentamento existentes em Minas Gerais sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional Minas Gerais (INCRA SR 6¹), receberam o serviço de ATR. Essa assistência ocorreu tanto na realização de diagnósticos, planejamentos, acompanhamento técnico, através do Projeto Lumiar e do Plano

¹ Essa Superintendência do INCRA abrange todo o estado de Minas Gerais, excluindo-se os municípios de Arinos, Buritis, Formoso e Unai, no noroeste do Estado, que estão sob jurisdição da SR 28.

de Desenvolvimento em Assentamentos (PDA)² como na implantação de créditos de investimento e custeio agropecuário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)³.

Entretanto, mesmo se tratando de um assento de grande importância e abrangência, muitas questões fundamentais ainda permanecem sem resposta, tais como: Quais são as metodologias de ATR mais utilizadas nos Projetos de Assentamento em Minas Gerais? Há conexão entre a metodologia de ATR e os resultados obtidos pelos assentados? Os futuros programas de ATR para Reforma Agrária devem seguir por quais orientações metodológicas? Essas e outras perguntas ainda não podem ser respondidas, por carecerem ainda de mais investigações científicas. Essa pesquisa pretende colaborar nesse sentido.

Para tanto, a metodologia escolhida foi a do estudo de caso do tipo multicase. Foram avaliadas e comparadas práticas de ATR prestadas por duas entidades em dois projetos de assentamento na região noroeste de Minas Gerais e seus reflexos nos resultados obtidos pelos agricultores familiares assentados, em termos de geração de renda e satisfação pessoal. Os PAs escolhidos para essa dissertação foram o PA Mamoneiras, no município de Natalândia, atendido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) Unidade Natalândia e o PA Aliança e Progresso localizado no município de Lagoa Grande, atendido pela Cáritas Diocesana de Paracatu.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro, Objeto de pesquisa e metodologia, teve como objetivo explicitar o problema de pesquisa e sua importância, caracterizar o objeto de estudo e demonstrar os objetivos (geral e específicos). Também nesse primeiro capítulo foram colocados alguns

² Serão abordados no Quadro teórico

³ Idem

pressupostos para análise. As considerações metodológicas estão incluídas no mesmo.

No segundo capítulo (Quadro teórico) pretendeu-se contextualizar o aparecimento de diferentes concepções metodológicas para a ATR com o processo de industrialização da agricultura e seus reflexos nas políticas brasileiras para o meio rural. Nesse capítulo foram caracterizados os princípios das duas concepções distintas de ATR: a participativa, em que os agricultores são os “sujeitos” e a tutorial, na qual os agricultores são apenas meros “objetos” da intervenção externa.

Em Resultados e discussão, o terceiro capítulo, foram analisados os dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com os agricultores familiares assentados, com os assessores técnicos das entidades envolvidas e com funcionários do INCRA, além do acompanhamento da comercialização de leite de ambos os PAs entre os meses de março de julho de 2001. Foi possível distinguir por quais metodologias se orientaram as práticas de ATR aplicadas e avaliar os resultados obtidos, na perspectiva de geração de renda e na satisfação pessoal dos assentados.

No último capítulo, as Considerações finais, as conclusões foram apresentadas e alguns questionamentos foram trazidos à tona, na esperança de que servirão para subsidiar futuras avaliações, de caráter qualitativo ou quantitativo, referentes às metodologias de ATR em projetos de assentamento.

CAPÍTULO 2 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA

2.1 O problema e sua importância

O Brasil caracteriza-se por possuir um dos maiores índices de concentração de terra do mundo; cerca de 1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as terras (Dalchiavon, 1996). Essa má distribuição tem como consequência uma enorme subutilização desse recurso no país, a ponto de haver 166 milhões de hectares de terras aproveitáveis e não exploradas, ficando retidas como bem especulativo (Araújo Filho, 1996).

Para diminuir esse alto índice de concentração de terras no Brasil, diversos setores da sociedade, bem como grande parte da intelectualidade brasileira, consideram fundamental a realização de uma ampla Reforma Agrária. Essa seria a alternativa para o aumento da produção de alimentos, além de permitir a geração de milhões de empregos no campo.

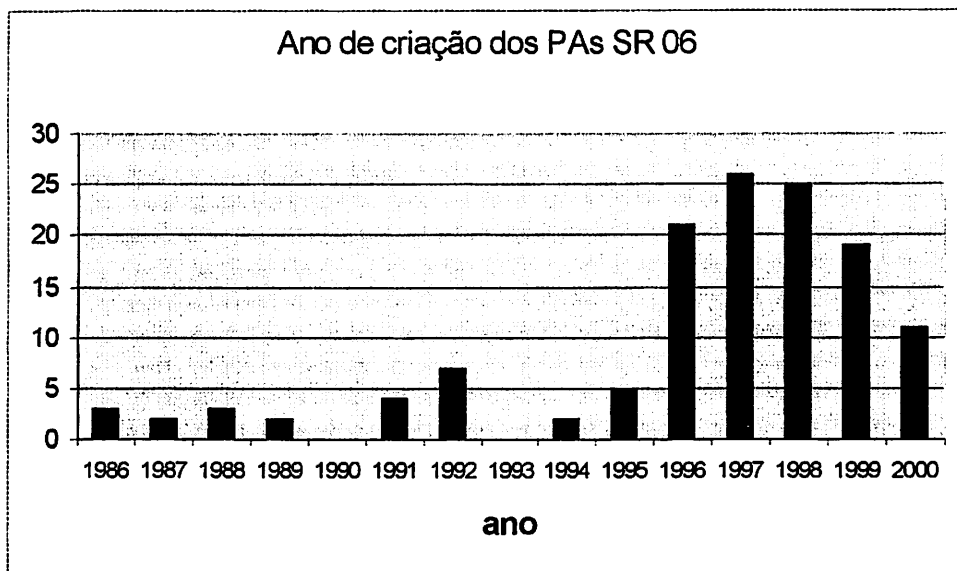
Se, por um lado, o MST afirma que entre os anos de 1995 e 2000, mais de quatro milhões de trabalhadores e proprietários rurais perderam seus postos de trabalho no campo (Teixeira e Hackbart, 2000). Por outro lado, Governo Federal tem anunciado reiteradas vezes que vem realizando a maior reforma agrária da história do Brasil, tendo nesse período assentado mais de 280 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Entretanto, a presente pesquisa não pretende se aprofundar nos motivos que têm os trabalhadores ou proprietários rurais a abandonarem a atividade agropecuária. Pretende-se, concentrar os esforços naqueles que foram assentados recentemente pela atual política de assentamentos do Governo Federal. Isto porque diversos motivos estruturais e macroeconômicos que vêm

desestabilizando a agricultura familiar no Brasil nas últimas três décadas, provavelmente vêm causando os mesmos problemas (ou até mais graves) nos assentamentos recentes.

Em Minas Gerais, sob a jurisdição da SR 06, entre os anos de 1995 a 2000, foram criados 107 projetos de assentamento, dos 130 existentes atualmente, o que representa 82,3% do total, quadro 2.1.

Quadro 2.1 Ano de criação dos Projetos de Assentamento na Superintendência Regional 06 do INCRA



Fonte INCRA, 2001.

Como a grande maioria dos projetos de assentamento é de criação muito recente (de seis anos para cá), poucos são os dados que possam contribuir com análises de desempenho, quer econômico, social ou político destas comunidades.

Quase todos os assentamentos sob jurisdição do INCRA SR 06 criados a partir de 1995, receberam, durante algum período, ATR. Uma parcela

significativa (47 PAs, 36,15% do total) participou do Projeto Lumiar. Aqueles que não participaram, receberam ATR no momento da implantação dos projetos de investimento e/ou custeio do PROCERA ou do PRONAF¹, isto é, a ATR teve grande participação no cotidiano desses assentamentos.

Na prestação dessa ATR, diversas entidades ou empresas estiveram (ou ainda estão) envolvidas, trabalhando com diferentes concepções e metodologias. Ainda está longe de haver um consenso sobre como essas entidades prestadoras devem proceder no trabalho com a agricultura familiar. Em se falando no trabalho com agricultores familiares assentados na Reforma Agrária as divergências são ainda maiores.

O trabalho da ATR pode seguir por diversos caminhos. Adotar uma gama de metodologias de planejamento. Mas, basicamente, pode-se delimitá-las atentando-se para as “orientações” que as mesmas seguem: podem ser metodologias participativas e “dialógicas”, em que o agricultor é o “sujeito” e metodologias tutoriais e “anti-dialógicas”, em que o agricultor é mero objeto. (Freire, 1983), (Chambers e Ghildayl 1993).

Ainda não há estudos científicos sobre a relação da metodologia de ATR prestada aos agricultores familiares assentados e os resultados (subjetivos e objetivos) que foram (e vêm sendo) obtidos pelos mesmos no desenvolvimento de suas parcelas (lotes), na região noroeste de Minas Gerais.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: a partir do ano de 1999, os agricultores familiares assentados que se enquadravam nas linhas de crédito do PROCERA, passaram a se enquadrar no PRONAF Linha A. Suas condições são as seguintes: teto de R\$ 9.500,00, sendo que 35% desse valor pode ser utilizado para custeio de lavouras, o valor destinado a investimentos pode ser pago em dez anos, com carência de três anos para começar a pagar, o juro é igual a TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo); para aqueles que pagam suas parcelas em dia, há um rebate de 75% sobre os juros e um rebate de 40% sobre o montante.

Essa pesquisa pretende apontar caminhos para o aprofundamento dessa discussão no meio acadêmico, o que poderá colaborar na formulação de futuros programas de ATR em assentamentos de reforma agrária.

2.2 Objeto de estudo

O objeto de estudo da pesquisa são as práticas de ATR aplicadas por duas entidades, uma governamental e uma ONG. Ambas são direcionadas a dois projetos de assentamento na região noroeste de Minas Gerais. Buscou-se verificar a relação de tais práticas (orientadas por concepções metodológicas), com a geração de renda e satisfação pessoal dos agricultores familiares assentados atendidos.

2.3 Objetivo geral

Analisar, em duas áreas de assentamentos rurais no noroeste de Minas Gerais, as práticas de intervenção aplicadas pelas entidades prestadoras de ATR e seus reflexos na geração de renda e satisfação pessoal dos assentados.

2.4 Objetivos específicos

- Analisar os motivos que levaram (e levam) os assessores técnicos locais a aplicarem suas respectivas metodologias de ATR.

- Identificar quais metodologias de ATR são as recomendadas pelos assessores do INCRA SR 06.
- Observar se houve evolução na participação e solidariedade entre os assentados e sua relação com a ATR
- Analisar as diferentes propostas tecnológicas e seus resultados.
- Proceder uma breve análise sobre as perspectivas futuras na geração de renda das famílias assentadas.

2.5 Pressupostos de análise

Há muitas teorias sobre o tipo de ATR que deve ser prestada a agricultores familiares descapitalizados (a grande maioria dos assentados na reforma agrária no Brasil se encontra nessa categoria). Há ainda aqueles que defendem um ATR do tipo tutorial, na qual o assessor técnico (chamado extensionista) é um mero repassador de informações e os produtores devem seguir suas recomendações “ao pé da letra”. Porém essa postura vem caindo em desuso nos dias atuais, pois não tem logrado êxito no trabalho com agricultores familiares. Mesmo os órgãos de ATR oficiais, que antes adotavam esse tipo de postura, a partir da década de 1980 já preconizavam, pelo menos no discurso, metodologias mais participativas de intervenção, em que o produtor passa a ter maior influência na elaboração das estratégias para o desenvolvimento de sua comunidade.

As metodologias participativas geralmente estão atreladas a concepções emancipadoras, em que o agricultor familiar pode ter uma maior independência

dos setores a montante e a jusante do Complexo Agro-industrial (CAI). Isto é, tratam-se de modelos de desenvolvimento que têm como princípios fundamentais reduzir a utilização de insumos industriais pela implantação de técnicas agrícolas alternativas, e o aumento do poder de barganha, por meio do fortalecimento da solidariedade e das formas associativas.

Nesse estudo, pretende-se demonstrar que há forte relação entre as metodologias de ATR aplicadas e os resultados obtidos pelos agricultores familiares atendidos, na satisfação pessoal e na geração de renda.

2.6 Considerações metodológicas

Para Demo (1985), metodologia é uma preocupação instrumental, que cuida dos procedimentos, ferramentas e caminhos. Isto é: as formas de se fazer ciência.

Esta dissertação, apesar de possuir um caráter essencialmente qualitativo, também inclui uma análise quantitativa em sua parte final: na análise da comercialização do leite, em que foram comparadas a produção e a renda obtida pelos assentados dos PAs pesquisados.

A pesquisa qualitativa possibilita estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Os estudos qualitativos buscam analisar um fenômeno numa perspectiva integrada, partindo dos pontos de vista das pessoas envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. A investigação qualitativa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (Godoy, 1995).

A abordagem qualitativa busca aprofundar-se “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo 1994). Ela trabalha com o universo de significados, crenças, valores, motivos, atitudes e inspirações, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a uma mera operacionalização de variáveis.

Há diversos caminhos diferentes dos estudos qualitativos: pesquisa documental, estudo de caso, etnografia. Iremos tratar, a partir daqui, do estudo de caso, por se tratar do método utilizado nessa pesquisa (mais especificamente o estudo multicaso).

Para Gil (1991), o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos. Dessa forma, permite o seu amplo e detalhado conhecimento; a sua maior utilidade é verificada nas pesquisas exploratórias. Para o mesmo autor, o estudo de caso apresenta as seguintes vantagens: o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos.

Para Alencar (1988), os estudos de caso colaboram para o aumento do conhecimento, na medida que:

a) ao mostrarem que as coisas podem ter grandes variações em diferentes circunstâncias, bem como complexidades múltiplas, os estudos de caso ilustram o quanto as variáveis manipuladas em modelos e teorias abstratas são, na prática envolvidas pela ação humana;

b) assim, ainda que não fosse possível o estabelecimento de generalizações amplas a partir dos estudos de caso, eles podem estimular a busca por situações mais tangíveis do que as oferecidas pelos modelos e teorias, mostrando como as situações são compreendidas, avaliadas e manipuladas pelos seres humanos.

Segundo Triviños (1987), há diversos tipos de estudo de caso: os estudos de caso histórico organizacionais, os estudo de caso observacionais, a história de vida, a análise situacional, os estudos de caso microetnográficos, os estudos comparativos de casos e os estudos multicaseos. Esse último oferece ao pesquisador a possibilidade estudar dois ou mais sujeitos, se a necessidade for a de perseguir objetivos de natureza comparativa, que é o caso dessa pesquisa.

2.6.1 Caracterização da área de estudo

Foram escolhidos para a realização desse estudo, dois projetos de assentamento rural na região noroeste de Minas Gerais: PA Mamoneiras, no Município de Natalândia e o PA Aliança e Progresso, no município de Lagoa Grande.

Projeto de Assentamento Mamoneiras

O Projeto de Assentamento Mamoneiras está localizado no Município de Natalândia, região noroeste de Minas Gerais, a cerca de 8 km da sede municipal. Natalândia era um distrito de Bonfinópolis de Minas. Foi emancipado no ano de 1995. Possui uma população de 3.288 habitantes, sendo 2.355 na área urbana e 933 no setor rural. Sua área é de 471,4 km² (IBGE, 2000).

O PA Mamoneiras possui 35 lotes, com área média de 37 ha, sua área total é de 1.632 ha. Foi criado no ano de 1995. Cerca de metade do assentamento possui solos de baixa fertilidade natural; na outra metade, os solos são um pouco melhores, havendo algumas áreas de “cultura”. Predominam os latossolos; a

vegetação típica é o cerrado, com suas variações campo cerrado e matas de galeria possui apenas um córrego perene, que banha poucos lotes.

A entidade representativa é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Natalândia, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG). Possui uma associação constituída, da qual fazem parte todos os assentados.

Os assentados receberam os créditos de investimento do PROCERA no valor de R\$ 7.500,00 cada um no ano de 1996. No mesmo ano também receberam o crédito de habitação. O PA possui estradas em regular estado de conservação e possui dois poços artesianos, perfurados pelo INCRA em 1999. A Cáritas Diocesana de Paracatu financiou, no ano de 1996, uma máquina de beneficiar arroz para o assentamento.

Em relação à assistência técnica, os projetos do PROCERA-Investimento foram formulados pela EMATER de Bonfinópolis de Minas, pois não havia ainda o escritório de Natalândia na época. Os assentados receberam assistência pelo do Projeto Lumiar de julho de 1997 a agosto de 2000, por meio da EMATER de Natalândia. A Cáritas Diocesana de Paracatu realizou um Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP) no assentamento, no ano de 1997 e colaborou com a organização dos assentados até o início de 1998, quando houve problemas com a EMATER local e a Cáritas encerrou sua atuação. Atualmente, a EMATER de Natalândia fornece ATR, esporadicamente.

Projeto de Assentamento Aliança e Progresso

Localiza-se no município de Lagoa Grande, região noroeste de Minas Gerais a 28 km da sede municipal e a 3 km da rodovia BR 040. Lagoa Grande era distrito de Presidente Olegário e obteve sua emancipação no ano de 1993.

Sua população é de 7.584 habitantes, sendo 5.462 na área urbana e 2.122 na zona rural, sua área de 1.219,2 km² (IBGE, 2000).

O PA Aliança e Progresso possui 52 lotes, com área média de 53 ha. A área total do PA é de 3.496 ha e foi criado no ano de 1996. Observa-se a presença de solos com baixíssima fertilidade natural, predominando o latossolo amarelo e as areias quartzosas. O relevo é plano; possui apenas uma fonte de água perene (vereda), que banha apenas 10 lotes. A vegetação é o cerrado.

Sua entidade representativa é o STR de Lagoa Grande, ligado à FETAEMG. Possui uma associação constituída, da qual fazem parte todos os assentados.

Os assentados receberam os créditos de investimento do PROCERA no valor de R\$ 7.500,00 cada um, em duas parcelas, a primeira de R\$ 5.000,00 em 1998 e a segunda, de R\$ 2.500,00 em 1999. Também em 1999 receberam o crédito de habitação. As estradas do PA estão em péssimo estado de conservação. Há dois poços artesianos, perfurados pelo INCRA em 1999 e 2000. A Cáritas Diocesana de Paracatu financiou, em dezembro de 2000, um tanque de resfriamento de leite para o assentamento.

O assentamento recebeu assistência técnica pelo Projeto Lumiar por meio da Cáritas Diocesana de Paracatu, de julho de 1997 a agosto de 2000. Atualmente a Secretaria Municipal de Agricultura de Lagoa Grande, a Cooperativa dos Produtores de Patos de Minas (COOPATOS) unidade Lagoa Grande e a Cáritas Diocesana de Paracatu prestam ATR esporádica ao assentamento.

Os assentamentos acima foram selecionados para fazer parte desse estudo devido às seguintes características:

Representatividade:

Os dois assentamentos são bem representativos da situação de Minas Gerais, pois estão na região noroeste do estado (onde há o maior número de assentamentos); estão localizados no ecossistema do cerrado, onde se situam cerca de 85% dos PAs em Minas Gerais (Amâncio, 1999); foram criados entre 1995 e 2000, como 82,3% dos assentamentos da SR 06 (INCRA, 2001), além de serem representados pela FETAEMG, que coordena cerca de 70% dos assentamentos de reforma agrária no estado.

Semelhanças

Com exceção do aspecto que se deseja comparar, a assistência técnica, os dois assentamentos possuem características bem próximas, além daquelas citadas acima, tais como: estão localizados em municípios pequenos, com algumas características comuns²; possuem quadros naturais desfavoráveis; receberam R\$ 7.500,00 referentes ao crédito de investimento do PROCERA e também receberam assistência técnica do Projeto Lumiar.

Diferenças

A maior diferença entre os assentamentos pesquisados refere-se a entidade que prestou a ATR pelo Lumiar. O PA Mamoneiras recebeu assistência da EMATER de Natalândia e o Aliança e Progresso, da Cáritas Diocesana de Paracatu.

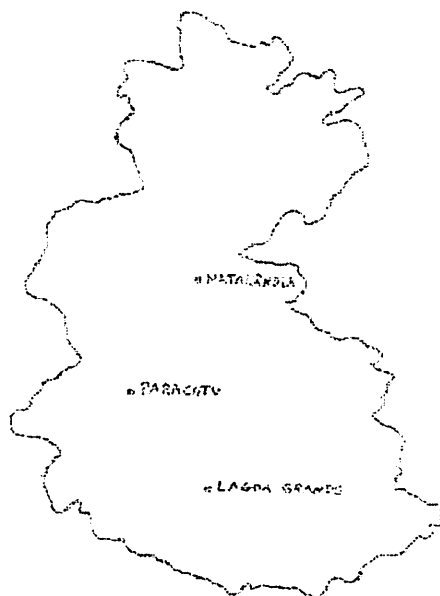
² Em ambos os municípios, os assentamentos exercem grande influência: em Natalândia há mais dois PAs além do Mamoneiras: o Saco do Rio Preto e o Mangal, da população rural de 933 habitantes no município, mais de 60% residem em assentamentos; em Lagoa Grande há mais três PAs além do Aliança e Progresso: o Feliz União, o Barreirão e o Nova Conquista, da população rural de 2.122 do município, cerca de 40% residem em assentamentos.

Sendo o objetivo da presente pesquisa comparar metodologias de ATR, os assentamentos selecionados servem bem a esse propósito. Isto porque a diferença mais marcante entre os dois está justamente nas entidades que prestaram (e ainda prestam) assistência nos mesmos.

Figura 2.2 Localização da região noroeste de Minas Gerais



Figura 2.3 Mapa da região noroeste de Minas. Em destaque, os municípios incluídos nessa pesquisa



2.6.2 Coleta e interpretação dos dados

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com assentados de ambos os PAs, com os assessores técnicos que atuam nos assentamentos, sendo um engenheiro agrônomo da EMATER de Natalândia e um técnico em agropecuária da Cáritas Diocesana de Paracatu e ainda com três funcionários do INCRA SR 06, que trabalharam como supervisores do Projeto Lumiar. Além disso, foi feito o acompanhamento da comercialização do leite nos dois PAs entre os meses de março e junho de 2001.

Autores que trabalham com perspectivas positivistas consideram que os dados obtidos em campo são altamente influenciados pelo viés do pesquisador. Entretanto, segundo Becker (1987) a observação de campo tem menor

probabilidade, em relação aos métodos mais controlados de laboratório ou as entrevistas de “*surveys*”, de possibilitar que o pesquisador influencie, com seus “*biases*” (viéses), os resultados. Isso ocorre porque os dados obtidos em campo diversas vezes obrigam os pesquisadores a sacrificar suas idéias e hipóteses anteriores.

Sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, o critério numérico não é o essencial para garantir sua representatividade. O mais importante é determinar quais indivíduos que possuem uma vinculação mais significativa para o problema investigado. A amostragem, para ser considerada boa nesse tipo de investigação, é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Deslandes, 1994). Portanto, nessa pesquisa, procurou-se analisar todos os “lados da questão”, isto é, os assentados, os técnicos e os funcionários da INCRA, no papel de supervisores.

Segundo Almeida (1989), a entrevista é um método de se obter informações para fins de pesquisa por meio de uma conversa. Esse método possui vantagens importantes, bem pertinentes aos objetivos da presente pesquisa, pois a entrevista identifica assuntos delicados ou confidenciais (dependendo da habilidade do entrevistador, é claro), além de possibilitar a obtenção de respostas para todas as perguntas do roteiro. O entrevistado pode ser convencido (com certa habilidade e paciência) a responder quando ocorrer hesitação, tomando o cuidado para não induzir suas respostas.

Segundo Alencar, (1999), as entrevistas podem ser de quatro tipos: estruturada, semi-estruturada, “*focused interview*” (entrevista de foco) ou não-estruturada. A primeira, entrevista estruturada ou “de questões fechadas” é constituída de perguntas e respostas padronizadas. Ela facilita a análise estatística, porém limita as respostas dos entrevistados, o que não é desejável numa pesquisa de cunho qualitativo como esta. Nas entrevistas não-estruturadas o pesquisador possui apenas um roteiro ou apenas é mencionado o assunto ao

entrevistado e esse tem a total liberdade para discorrer como bem entende. Para a presente pesquisa essa técnica de entrevista também não seria a ideal, pois dificultaria as comparações que se deseja fazer entre as respostas dos entrevistados.

Nessa pesquisa, utilizou-se uma combinação dos métodos de entrevista semi-estruturada e da “focused interview”; havia um roteiro de entrevistas, com tópicos a serem cobertos, mas também haviam várias perguntas preestabelecidas. No início das entrevistas, ou quando se desejava mudar de assunto, geralmente era aplicado o método da “focused interview”, isto é, os tópicos eram fornecidos aos entrevistados. Com o aprofundamento do assunto do tópico (desdobramentos), passava-se a utilizar o método da entrevista semi-estruturada, com perguntas preestabelecidas, porém abertas³. Elas foram formuladas igualmente para todos os entrevistados da mesma categoria, assentados, (assessores técnicos ou funcionários do INCRA), as entrevistas foram gravadas em cassete e transcritas integralmente.

Dessa forma, tornou-se fácil proceder as comparações entre os entrevistados e os mesmos puderam discorrer livremente sobre os tópicos selecionados. Isto possibilitou o surgimento de questões que não estavam programadas e que enriqueceram os resultados.

As entrevistas realizadas no INCRA SR 06 tinham o objetivo de identificar quais as metodologias eram aplicadas pelas empresas/entidades contratadas para o Projeto Lumiar, conhecer a opinião dos mesmos sobre quais as metodologias são as mais indicadas para o trabalho de ATR com os agricultores familiares assentados na reforma agrária, e também, verificar se há uma avaliação sobre quais metodologias lograram melhores resultados.

³ Questões abertas: as perguntas são padronizadas, mas as respostas são livres, a critério do entrevistado (Alencar, 1999).

Com os assessores técnicos da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu, as entrevistas visaram identificar quais metodologias de ATR foram (e vêm sendo) aplicadas por eles nos assentamentos em questão, bem como analisar os motivos que levaram à sua aplicação.

Já as entrevistas com os agricultores familiares assentados foram as mais complexas e importantes dessa pesquisa e tinham como objetivos: a) verificar quais eram as práticas de ATR adotadas pelos assessores técnicos que trabalharam nos assentamentos em questão e que não foram entrevistados; b) analisar se houve aumento da participação e da solidariedade entre os assentados com o decorrer da ATR; c) observar a satisfação pessoal dos assentados; d) levantar indicativos sobre a geração de renda nos assentamentos.

Para a análise dos dados, no caso das primeiras entrevistas, foram salientados tanto os pontos em comum quanto aqueles discordantes. Essa etapa também teve como objetivo “aproveitar” a experiência dos funcionários do INCRA sobre o assunto pesquisado para facilitar as análises seguintes.

Na segunda etapa procedeu-se de forma semelhante, mas essa fase foi bem “comparativa”, pois tinha como um de seus objetivos identificar as diferenças presentes entre as metodologias aplicadas pelos dois assessores técnicos entrevistados. Do mesmo modo trabalhou-se na terceira etapa, nas entrevistas com os assentados; nessa fase, alguns dos entrevistados (dois em cada PA) estavam acompanhados de suas esposas, que também participaram das entrevistas, as vezes com opiniões contrárias àquelas proferidas pelos maridos, o que enriqueceu a investigação.

Finalmente, com os dados sobre a comercialização do leite entre os meses de março e julho de 2001, foram traçados alguns gráficos, visando facilitar as comparações entre os dois assentamentos. Com esses dados em mãos, pode-se proceder as Considerações Finais.

CAPÍTULO 3 – QUADRO TEÓRICO

3.1 A industrialização da agricultura

Compreender o processo de industrialização da agricultura é de fundamental importância para entender o desenvolvimento das metodologias de ATR. Nada é por acaso. As concepções sobre o desenvolvimento rural, que influenciam a atuação de pesquisadores e extensionistas, são condicionadas por fatores estruturais, profundamente ligados à “modernização” do setor agrícola. Porém, esse assunto será tratado de forma bastante sucinta, para não fugir dos objetivos dessa pesquisa. O item sobre metodologias de intervenção será mais detalhado.

3.1.1 Introdução

“Há um dogma fundamental da tecnocracia, que diz que o progresso é função de sofisticação tecnológica”. (Lutzenberger, 1993).

A sociedade moderna organiza-se em torno da égide da tecnologia. Em nome do pretense progresso que ela representa arma-se uma complexa rede de poder, com formas sutis de dominação. Este aparato, sob o controle da tecnocracia, tem conduzido a um tipo de sofisticação tecnológica que, em vez de alcançar vantagens para toda a sociedade, tem gerado fome, marginalização, desperdício. Em relação à produção agrícola, a tecnologia moderna trouxe elevados custos ecológicos e sociais; as iniciativas governamentais e os centros de ensino e pesquisa não incorporam a experiência camponesa milenar adaptada

aos ciclos da natureza, mas se orientam com base em interesses econômicos transnacionais. (Lutzemberger 1993, Weid 1985,).

3.1.2 Histórico

Antes dos processos de modernização da agricultura, toda a produção agropecuária do mundo se baseava na agricultura camponesa, que possui uma série de características peculiares: a) a unidade de produção camponesa tem um relativo grau de auto-suficiência, na medida que consome grande parte de sua produção e produz quase todos os bens de que necessita; b) o processo de produção na agricultura camponesa é baseado no trabalho da família; a força humana e animal e não os combustíveis fósseis, são as principais fontes de energia; c) na produção não se visa somente o lucro, mas a reprodução da unidade doméstica; d) é caracterizada pela combinação de atividades, como agricultura, pecuária, artesanato, extrativismo, trabalhos externos, etc. (Toledo, 1994).

Porém, com o processo de modernização da agricultura, a unidade de produção camponesa foi renegada a um segundo plano, taxada como ineficiente e anacrônica, necessitando ser substituída por modelos produtivos mais “eficientes”. Entretanto Hobsbawn (1994) e outros autores afirmam, por meio de relatos históricos, que a agricultura camponesa pode ser tão ou mais eficiente que a propriedade agrícola empresarial.

O surgimento da agricultura moderna se deu nos séculos XVIII e XIX, quando houve a intensificação dos sistemas rotacionais com plantas forrageiras e da fusão das atividades agrícola e pecuária. Essa fase foi chamada de Primeira Revolução Agrícola, que representou um grande aumento na produção. Em meados do século XIX, o químico alemão Liebig afirmou que seria possível

suprir as deficiências nutricionais das plantas com um conjunto balanceado de substâncias químicas e procurou mostrar que as práticas tradicionais de fertilização orgânica eram ultrapassadas (Ehlers, 1995).

No início do século XX, outras etapas do processo produtivo passaram a ser assumidas pelo setor industrial emergente. Os métodos antes utilizados na agricultura foram substituídos por sistemas baseados no emprego crescente de energia fóssil e de insumos industriais (Ehlers, 1995).

Porém, foi após as duas grandes guerras mundiais que se ampliou a utilização dos insumos industrializados, pois os agrotóxicos e adubos químicos nasceram, em grande parte, a partir do esforço bélico. Como exemplo, na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi privada do salitre do Chile, que era essencial para fabricar explosivos, devido a um bloqueio militar. Com isso montaram muitas fábricas para fixar o nitrogênio do ar (processo Haber-Bosch). Finda a guerra, havia grandes estoques e capacidade de produção. Daí incentivou-se seu uso na agricultura. Durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães fabricaram armas químicas com gases tóxicos compostos de ácido fosfórico. No fim do conflito, descobriu-se que esses gases, além de matarem seres humanos, também matavam insetos e assim surgiram os inseticidas fosforados. Os herbicidas 2-4-D e 2,4,5-T também surgiram a partir da 2ª Guerra, desenvolvidos pelos americanos com o objetivo de destruir as lavouras japonesas. O 2,4,5-T (agente laranja) foi utilizado no Vietnã (Lutzemberger, 1993).

As idéias do pensador neoclássico norte-americano Theodore Schultz, conhecido como “o ideólogo da modernização”, influenciaram as políticas de desenvolvimento agrícola na segunda metade do século XX. Em suma, suas teorias preconizam que o desenvolvimento e o bem-estar social dependem da capacidade da agricultura de transformar sua base técnica, incorporando de forma crescente meios de produção industrializados (Abramovay, 1985).

A partir da década de 1950 intensificou-se a velocidade das inovações tecnológicas, com destaque no campo da genética, que culminou com a Revolução Verde, na década de 1960 (Ehlers, 1995).

O modelo da Revolução Verde, que foi concebido na Europa, Japão e Estados Unidos, teve ampla difusão nos países do Terceiro Mundo, com a esperança de resolver o problema da fome. Realmente a produção agrícola aumentou, mas, a partir dos anos 1980 surgiu uma série de preocupações socioeconômicas e ambientais causadas por esse modelo produtivo (Ehlers, 1995).

A estratégia do modelo foi concebida numa época em que se percebia que a fome no mundo era causada pela falta de alimentos. Daí a necessidade de aumentar a produção, que se deu com o incremento da produtividade por meio da utilização intensiva de capital, para o uso de sementes híbridas, insumos industrializados e equipamentos modernos. Como resultado, os pequenos produtores descapitalizados se situaram em posição marginal à esse processo.

A Revolução Verde formalizou seis funções especiais que a produção agrícola deveria ter, para cooperar com o crescimento econômico-industrial: *“provisão crescente de alimentos, transferência de mão-de-obra para a indústria, recursos para o desenvolvimento industrial, criação de mercados, receitas de exportação e cooperação internacional”* (Navarro, 1994). A agricultura passa a ser um instrumento para a acumulação de capital para indústria e o mercado financeiro. Para a transformação da agricultura, a revolução agrícola se apoiou em dois conceitos básicos: a) *“os processos agrícolas poderiam ser manipulados mediante a aplicação de conhecimentos físico-químicos; b) a substituição de trabalho por capital constituiria a maneira mais adequada de se incrementar a produtividade do trabalho. Isto é, o crescimento agrícola foi considerado como uma função do desenvolvimento tecnológico”* (Navarro, 1994).

O modelo de agricultura preconizado pela Revolução Verde despreza os conhecimentos empíricos dos produtores e tende a uniformizar ao máximo o universo da produção, desperdiçando a grande riqueza e diversidade humana e ambiental existente no meio rural. (Weid, 1988). Para os objetivos desse modelo os fatores humano e ambiental não têm importância.

A agricultura moderna tem produzido grandes excedentes no Primeiro Mundo e marginalização e fome no Terceiro Mundo. Mesmo o argumento da pretensa eficiência da agricultura moderna nos países desenvolvidos é facilmente desmentido, pois a agricultura nos países desenvolvidos é “eficiente” porque importa grande parte de seus insumos do Terceiro Mundo. Só para exemplificar, pode-se citar o petróleo, que é o item mais essencial na agricultura moderna (combustível para máquinas, matéria prima para: embalagens, lubrificantes, fertilizantes). A maior parte desse petróleo origina-se de países subdesenvolvidos, dominados por autocracias, controlados pelas empresas e pelos governos dos países do Primeiro Mundo. A agricultura tradicional (camponesa) estava bem adaptada às leis naturais, trabalhando sempre com reciclagem de nutrientes, sem depender de recursos não renováveis; já a agricultura moderna é completamente dependente desses recursos (além do petróleo, das fontes de fosfato).

Outro aspecto negativo da agricultura moderna é a necessidade sempre constante dos produtores de comprarem material genético das grandes empresas, (os produtores de frangos e ovos sempre têm que comprar os pintinhos e os produtores de milho sempre têm que comprar as sementes híbridas, só para citar esse exemplos), aumentando ainda mais a dependência dos produtores pelos grandes capitalistas internacionais. Isto é, o produtor não tem controle e está sujeito a condições impostas externamente ao seu meio (Lutzemberger, 1993).

Em suma, nas culturas camponesas tradicionais, o camponês produzia seus próprios insumos e equipamentos, bem como realizava a venda direta de

seus produtos. Hoje, o agricultor é totalmente dependente das indústrias de insumos, máquinas e combustíveis, além de estar constantemente “preso” às políticas governamentais, às instituições financeiras de crédito agropecuário, às indústrias de alimentos e às redes de comercialização.

“Embora esta concepção mecanicista pretenda identificar sua ação modernizante com o desenvolvimento, parece-nos que é preciso distinguir uma do outro. Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação” (Freire, 1983).

Após essa breve exposição sobre a industrialização da agricultura, serão abordados a seguir seus reflexos nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

3.1.3 O caso brasileiro

O modelo de agricultura “oficial” implementado no Brasil teve suas origens na Europa e nos Estados Unidos. Desenvolvido para a agricultura de clima temperado, tinha as seguintes características: baixa utilização de mão-de-obra, grande necessidade de capital, totalmente dependente das indústrias de insumos agrícolas, altamente custoso em termos energéticos e orientado para a monocultura.

Sua implementação em nosso país se deu a partir da década de 1950, com intensificação nos anos 60 e 70 (durante a ditadura militar). A implantação do modelo visava aumentar a produção pelo aumento da produtividade, via queda nos custos unitários de produção. Entretanto, apesar dos imensos investimentos, os resultados não foram satisfatórios; os aumentos na

produtividade não compensaram o aumento do uso dos insumos industriais e os desequilíbrios ecológicos aumentaram assustadoramente

A utilização intensiva de capital (uso de máquinas e insumos industrializados), conseqüentemente, diminuiu a quantidade de trabalho necessária para se produzir, o que resultou no maior êxodo rural da nossa história. Entretanto, até o final da década de 1970, esse êxodo rural não representava um grande problema, pois a mão-de-obra expulsa do campo encontrava emprego na indústria em franca expansão, na construção civil e no setor terciário (Oliveira, 1977). Porém, com a estagnação do crescimento econômico observado a partir da década de 1980 (Silva, 1996), grande parte do contingente de trabalhadores vindos do meio rural não encontrava emprego nas cidades, criando condições favoráveis para o aumento da pobreza e violência urbanas (Delgado, 1985 e Martins, 1986). Por outro lado, o êxodo rural continuava, devido às condições de vida e emprego desfavoráveis no campo (Silva, 1995).

Dos anos 1980 à década de 1990 o quadro se agravou, o emprego agrícola decrescia a cada ano e o emprego urbano também estava estagnado. Devido a uma característica inerente do capitalismo, a mudança da configuração do capital orgânico das empresas, com o crescimento do capital fixo (em máquinas), criar um emprego industrial ou em emprego agrícola nos moldes da Revolução Verde tornou-se cada vez mais caro. Mesmo que haja crescimento econômico, nos dias atuais ele nunca será suficiente para absorver o grande contingente de desempregados, pela mecanização e informatização intensas demandarem pouca mão-de-obra. No século XIX, cada 1% de crescimento econômico gerava 1% de emprego; nos dias atuais, são necessários 7% de crescimento da economia para gerar o mesmo 1% de emprego (Ribeiro, 1998).

A agricultura empresarial, nos moldes da Revolução Verde, emprega uma pessoa a cada 60 hectares; já a agricultura familiar emprega uma pessoa a

cada nove hectares. Mesmo nos dias atuais, a agricultura familiar emprega mais de 60% da mão-de-obra rural no Brasil (EMBRAPA, 2001).

O modelo oficial de desenvolvimento rural do país também incluía o crédito agrícola subsidiado, que perdurou até o início da década de 1980, porém, os pequenos agricultores familiares não tinham acesso a ele. Subsidiava-se o lucro, fortalecendo a renda territorial e os grandes proprietários de terra. Com isso, deprimiram-se as condições de vida da população, pois esses incentivos fiscais representavam desvio nos recursos públicos destinados aos serviços sociais como educação e saúde (Martins, 1986 e Delgado, 1985).

Entretanto, apesar das políticas governamentais brasileiras privilegiarem o acesso ao crédito rural para os grandes proprietários em detrimento dos agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, em 1996 esse segundo segmento contribuiu com 28% da produção agropecuária total, tendo apenas 22% das terras e recebendo somente 11% do crédito rural total (Guanziroli, 1999). Até os dias atuais, a pequena agricultura (propriedades com até 100 ha) contribui com mais de 37% da produção nacional de arroz, 55% do café, 79% do feijão, 85% da mandioca e 64% do milho, confirmando a eficiência da pequena agricultura em lidar com os fatores produtivos e sua grande tendência para produção de alimentos. Mas o que chama mais a atenção é o fato de que o valor da produção por hectare da agricultura familiar é superior ao valor da produção por hectare do conjunto do setor agrícola (Guanziroli, 1999).

Resumindo, com o intuito de beneficiar os setores industriais em detrimento ao setor agrícola, principalmente os agricultores familiares, os governos brasileiros agiram da seguinte forma: “provocaram” um enorme êxodo rural no país (que ainda vem ocorrendo), pois a necessidade de demanda de mão-de-obra na agricultura diminuiu e, como resultado, disponibilizou-se um contingente de trabalhadores desocupados, permitindo que a indústria baixasse os salários. Também, com o desenvolvimento das técnicas modernas, a

necessidade de insumos industrializados tornou-se de vital importância para a produção agropecuária. Mais uma vez se favorecia a indústria. Também não se realizou a reforma agrária (Silva 1995), ficando o Brasil hoje com uma grande concentração de terras (1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as terras) (Dalchiavon, 1996). Isto é, apesar da modernização dos processos produtivos, não se mexeu na concentração de terras, a chamada “modernização conservadora” (Silva, 1995).

Na verdade, durante o regime militar a concentração de terras aumentou, devido à privatização de terras devolutas, por meio dos instrumentos de “legitimação privilegiada” e de “grilagem especializada” (Jones, 1997). Essa privatização aumentou a concentração porque as terras eram “entregues” a grandes fazendeiros e grupos financeiros em grandes extratos. Dos 114.965.285 hectares privatizados entre os anos de 1960 e 1980, 54.252.633 hectares (área equivalente à extensão da França) foram “entregues” em lotes com área acima de 1.000 ha, ou seja, grandes fazendas (Jones 1997).

Porém, a estratégia implementada no país objetivando o desenvolvimento industrial não deu certo, pois se observa que nas décadas de 1980 e 90, o crescimento industrial estagnou. Segundo Hobsbaw (1994), a economia brasileira tem seu desenvolvimento refreado devido à espetacular desigualdade de sua distribuição de renda, influenciada pela desigual distribuição de terras, o que restringe o mercado interno para a indústria. Isto é “o tiro saiu pela culatra...”.

Para o ITESP (1998), hoje em dia, está constatada a inviabilidade do modelo de desenvolvimento rural implementado no país a partir da década de 1960 por três principais fatores:

- a) econômico: o alto custo dos insumos e equipamentos industrializados aumenta a vulnerabilidade da atividade agrícola, que já é, por essência, de risco;

- b) ambiental: pois possui características de produção altamente degradantes, agravadas pelo clima tropical;
- c) político e social: aumento da concentração de renda, de terras e do êxodo rural.

Após essa breve exposição sobre a modernização da agricultura e seus reflexos nas políticas de desenvolvimento rural do Brasil, será abordado o assunto de maior interesse para a presente dissertação: as metodologias de intervenção.

3.2 Metodologias de intervenção

3.2.1 Introdução

Segundo Alencar (1997), em relação ao trabalho com comunidades, a intervenção constitui-se de ações praticadas por pessoas externas ao núcleo comunitário onde as mesmas se realizam. A intervenção pode assumir um caráter "tutorial" ou um caráter "educativo".

Entretanto, como dito anteriormente, não se pode analisar as metodologias de intervenção isoladamente. Há necessidade de se proceder uma contextualização, identificando as bases estruturais em que se assentam tais metodologias. Sendo assim, é indispensável observar a formação acadêmica dos profissionais envolvidos, tendo sempre em vista questões como: As técnicas por eles difundidas foram geradas em quais condições e com quais objetivos? A estrutura das universidades e colégios técnicos permitiu o desenvolvimento do senso crítico nesses profissionais? Quais as origens e os objetivos dos mesmos?

3.2.2 Extensão rural no Brasil

O modelo produtivo implementado no Brasil a partir da década de 1960, a chamada Revolução Verde, foi implantado graças a uma ação conjunta e organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. Isto é, as universidades, órgãos de pesquisa e de extensão rural foram os responsáveis pela introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização intensiva de insumos e máquinas, com o objetivo do aumento da produtividade (ITESP, 1998).

Segundo Muner (1997), a extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir os produtos necessários à modernização de sua atividade agropecuária, os equipamentos e insumos industrializados, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade, maior tempo e rendimento; um modelo “tecnicista” com raízes “difusionistas”⁴.

O sistema imposto pelo Estado estendeu-se às universidades e colégios técnicos. O ensino agrícola visa apenas formar profissionais capazes de gerir e reproduzir o modelo. Todas as propostas que fogem a ele são taxadas de atrasadas ou utópicas. O pacote não aceita concorrentes e abafa a reprodução das experiências bem sucedidas que coloquem em questão seus princípios (Weid, 1985). Pode-se observar esse fato aqui mesmo na UFLA, onde só após 20 anos

⁴ O termo tecnicista refere-se a estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais. O termo difusionista refere-se a uma metodologia que visa apenas divulgar, impor ou estender um conceito preestabelecido sem levar em conta a experiências e os objetivos das pessoas atendidas.

de debates sobre tecnologias alternativas de produção agropecuária é que se aventa em criar uma disciplina de agricultura orgânica. Nas disciplinas lecionadas praticamente não há discussões nesse sentido em sala de aula.

3.2.2.1 Fases da extensão rural no Brasil

A primeira fase, chamada “humanismo assistencialista” que prevaleceu desde 1948 (origem da extensão rural no Brasil) até o início da década de 1960, os objetivos do extensionista eram o de aumentar a produtividade agrícola. Conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais com o aumento da renda e com a diminuição da mão-de-obra necessária para produzir (Muner, 1997). Nessa fase, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e uma da área doméstica (Rodrigues, 1997).

Apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas nessa época também eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não problematizavam com os agricultores, apenas procuravam induzir mudança de comportamentos por meio de metodologias preestabelecidas; não se favorecia o florescimento da consciência crítica nos indivíduos atendidos, apenas se atendiam às suas necessidades imediatas.

A segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980) e coincidiu com o desenvolvimento da Revolução Verde, era chamada de: “difusionismo produtivista”. Objetivava a aquisição, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados), a extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica Rural (ATR) visava ao aumento da produtividade e à mudança da mentalidade

dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”. O caminho da extensão rural era o do “reducionismo tecnicista” sendo a tecnologia a égide, a panacéia que seria responsável pela melhoria das condições de vida no campo.

A extensão era um empreendimento que visava persuadir os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumia um caráter tutorial e paternalista.

Foi durante esse período que surgiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e houve grande expansão do serviço de extensão rural no país. Em 1960, apenas 10% dos municípios no Brasil contavam com esse serviço; em 1980 a extensão rural chegou a 77,7% deles (Rodrigues, 1997).

Entretanto, como o papel dos extensionistas era condicionado pela existência do crédito agrícola, os pequenos agricultores familiares que não tiveram acesso ao crédito também ficaram à margem do serviço de extensão rural.

A partir dos anos 1980, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, teve início no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase é chamada de “humanismo crítico” (Rodrigues, 1997)

Segundo Freire (1983), há um erro gnosiológico (epistemológico) no conceito de extensão. Segundo esse autor, as metodologias de intervenção rural devem pautar-se por princípios participativos, que levem em conta os aspectos culturais do público alvo. Extensão (que vem do verbo estender) é apenas o ato de oferecer, transmitir idéias preestabelecidas, concebidas em locais distantes da realidade do produtor que não tem a possibilidade de discuti-las, mas deve

aceitá-las passivamente. Uma grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação dos agricultores.

Entretanto, apesar da orientação da EMBRATER para que os extensionistas praticassem uma assistência participativa, na prática eles não realizavam com plenitude os objetivos propostos. Mesmo incorporando os princípios de Paulo Freire os órgãos de ATR oficiais fazem-nos com propósitos difusionistas (Muner, 1997).

Na retórica, o serviço de ATR e extensão rural oficial segue princípios participativos, mas, na prática, continua com a mesma orientação básica, a de “incluir” o pequeno agricultor familiar no modelo, torná-lo cada vez mais dependente dos insumos industriais, subordiná-lo ao capital industrial.

A trajetória dos sucessivos governos brasileiros demonstra que os setores industriais têm sido beneficiados ao longo dos últimos quarenta anos, em detrimento dos agricultores familiares. O serviço de extensão rural ligado a esses governos nunca iria permitir que os agricultores oprimidos durante décadas recebessem uma assistência com os princípios da pedagogia da libertação de Paulo Freire. Esse autor afirma que uma assistência mais participativa favorece a conscientização, que *“abre caminho à expressão das insatisfações sociais, que são componentes reais de uma situação de opressão”* (Freire, 1983).

Isso posto, a partir do próximo item serão abordadas as diferenças entre as duas “concepções” de ATR existentes, tendo como base o princípio da participação.

3.2.3 Concepções de assistência técnica rural

Apesar de existirem diversas metodologias de ATR, pode-se dividi-las em dois grupos principais: a) metodologias de concepção participativa, em que o agricultor e o “sujeito”, para Chambers (1993), é modelo APL⁵ (Agricultor em Primeiro Lugar), para Freire (1979) são as metodologias “dialógicas” e “libertadoras”; b) metodologias de concepção tutorial, em que o agricultor é “objeto”; para Chambers (1993) estão no modelo TDT⁶ (Transferência de Tecnologia) e para Freire (1979) são as metodologias “anti-dialógicas” e “reducionistas”.

3.2.3.1 Concepção tutorial

Nesse tipo de intervenção, a população alvo tem apenas que executar as ações prescritas pela ATR. O agente externo (assessor ou extensionista) busca introduzir idéias previamente estabelecidas, sem a participação da população alvo na sua concepção; o assessor elabora os diagnósticos, identifica os problemas e as demandas, propõe as estratégias de intervenção e procede às avaliações (Alencar, 1995).

Sendo a extensão um empreendimento educativo, o tipo tutorial, orienta-se por uma metodologia educacional “bancária” segundo Freire (1979); isto é, nessa concepção a educação é apenas o ato de transferir conhecimentos e valores, encher os educandos (os agricultores) de conteúdos. Nesse tipo de

⁵ No original em inglês FF “*Farmer-First*”

⁶ No originas em inglês TOT “*Transfer-Of-Technology*”.

extensão o educador (extensionista) é o sujeito do processo, o educando apenas mero objeto.

Na extensão tutorial interessa aos extensionistas que os agricultores estejam presos à “cultura do silêncio” que é, segundo Freire (1979), um estado de semi-intransitividade, marcado pelo medo que os oprimidos têm de refletir suas opiniões.

Para Chambers e Ghildyal (1993), o modelo tutorial de Transferência de Tecnologia (TDT) “é parte da estrutura de conhecimento centralizado na qual os conhecimentos profissionais estão concentrados em centros (universidades e centros de pesquisa) de informação”, que geram novas tecnologias a serem difundidas. Segundo Chambers (1993), o modelo TDT é o que faz parte do paradigma profissional normal (*normal professionalism*)⁷, que é usualmente conservador. Para esse mesmo autor, o paradigma normal está assentado nas seguintes bases: pacotes que uniformizam (estandardizam) sistemas de produção, com economia de escala, mecanização e subsídio.

O enfoque que as universidades e centros de pesquisa na América Latina adotaram a partir da década de 1970, é muito influenciado por uma concepção neomaltusiana. De acordo com esse pensamento, a fome no mundo é ocasionada pelo fato do crescimento populacional ser maior que o crescimento da produção agrícola. Portanto o aumento da produtividade seria a solução, a panacéia; hoje sabe-se que o problema da fome não está relacionado à falta de alimentos, mas sim à má distribuição (Altieri, 1995).

Para Escosteguy (1988), a universidade, sendo o centro de articulação do “saber dominante” em ciências agrárias no Brasil, serve como “*suporte intelectual ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo*”.

⁷ Pensamentos, conceitos, valores e métodos dominantes em uma profissão.

No modelo TDT, as técnicas geradas nos centros (de pesquisa e universidades) são simplesmente "repassadas" aos produtores rurais sem a participação dos mesmos em sua concepção. Ignora-se, dessa forma, todo o conhecimento empírico adquirido pelos produtores durante várias gerações, além de limitar a possibilidade da criação conjunta (entre assessores e produtores) de novas tecnologias, que sejam mais adaptadas às condições socioeconômicas e ambientais, muito variáveis entre os pequenos agricultores (especialmente entre os assentados).

As universidades, inseridas nos paradigmas profissionais "normais", formam os extensionistas aptos para a implantação do modelo tutorial. As práticas de ATR nessa linha proporcionam uma "invasão cultural" nos agricultores atendidos. Na medida que impõem os valores da sociedade industrial aos setores rurais, as escolas e universidades funcionam como agências formadoras de futuros "invasores culturais" (Freire, 1979).

Para atingirem seus objetivos os invasores culturais lançam mão da propaganda, dos *slogans*, dos depósitos, dos mitos, que são instrumentos usados para persuadir os indivíduos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas dóceis de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida (desprezo pelo saber-popular), romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora. Invasão cultural: manipulação e conquista, igual a domesticação (Freire, 1979).

O modelo TDT favorece os agricultores que possuem muitos recursos, pois os mesmos têm condições semelhantes àquelas dos centros de pesquisa onde foram geradas as tecnologias: ex.: irrigação, máquinas, disponibilidade de insumos químicos, etc. Situação muito diferente daquela encontrada entre os pequenos produtores assentados de reforma agrária. O quadro a seguir explicita tais diferenças.

Quadro 3.1 Alguns contrastes entre grandes produtores e assentados de reforma agrária

	Centro experimental	Grande propriedade	Assentados na reforma agrária
Topografia	Plana ou com terraços	Plana ou com terraços	Muito variável
Solos	Profundos e férteis	Profundos e férteis	Condições desfavoráveis
Riscos	Poucos ou nenhuns	Poucos, controláveis	Inundações, secas, pragas
Irrigação	Comum	Freqüente	Rara
Tamanho	Grande	Grande ou média	Pequena
Acesso a insumos comerciais	Sem limite	Sem limite	Baixo
Crédito	Sem limite *	Bom acesso	Pouco, incerto e fora de época
Mão-de-obra	Sem limites nem restrições *	Contratada, pouca restrição	Familiar, restrições na alta temporada
Prioridade para produção de alimentos	Neutra	Baixa	Alta

Adaptada de Chambers (1993).

Convém ressaltar que quando se diz que os créditos e a mão-de-obra existentes nos centros de pesquisa são “ilimitadas”, obviamente essa afirmação se refere aos centros dos países desenvolvidos. No Terceiro Mundo, incluindo-se

o Brasil, os centros experimentais têm recursos limitados, o que aumenta ainda mais a dependência de tecnologia exógena.

Nos anos 1960, quando se observou que os agricultores descapitalizados não aplicavam (ou não aplicavam corretamente) as tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisa e difundidas por assessores de agências governamentais, cientistas sociais e agrícolas atribuíam isso à “ignorância” dos produtores (atitude até hoje observada em muitos assessores). Mas, hoje em dia, sabe-se que os pequenos agricultores familiares descapitalizados (incluem-se os assentados de reforma agrária) não adotam tais tecnologias porque elas não se enquadram em suas necessidades e condições físicas, sociais e econômicas. Isto é, a grande propriedade tem maior aptidão para executar as novas tecnologias do modelo da Revolução Verde, conforme descrito no quadro acima.

Mesmo com essa incompatibilidade, os governos dos países do Terceiro Mundo, amparados por agências de fomento internacional (BIRD, BID, FMI) tentaram (e ainda tentam) implementar na pequena agricultura os modelos (importados) tecnológicos de alto capital e de TDT por meio de seus centros de pesquisa e órgãos oficiais de assistência técnica. Porém, há sempre uma grande decepção quando se avalia a eficácia desse modelo para os pequenos agricultores descapitalizados do Terceiro Mundo. (Chambers e Ghindayl, 1993).

A partir de década de 1980, foram (e vêm sendo) feitas muitas modificações no modelo TDT, visando adaptá-lo a outras condições. Entretanto, a concepção do modelo permanece igual, no qual as prioridades são estabelecidas pelos cientistas e baseadas em seus conhecimentos, continuando com a mesma orientação básica, qual seja, “incluir” o pequeno agricultor no modelo, torná-lo cada vez mais dependente dos insumos industriais, isto é, subordiná-lo ao capital industrial (Chambers e Ghindayl, 1993).

O universo do conhecimento agrônômico convencional, que norteia a atuação dos assessores ATR do modelo TDT, confere pouca ou nenhuma

importância ao conhecimento do produtor (e muito menos ao pequeno agricultor familiar). O saber, a “verdade”, é o produto da ciência desenvolvida nos laboratórios e centros de pesquisa, manipulada por especialista. Resta ao produtor apenas adotar as práticas originadas neste universo da maneira mais rigorosa possível (Weid, 1988).

Segundo esse mesmo autor, no modelo tecnológico e de ATR atual, a terra é vista apenas como um suporte físico de intervenções artificializadoras, que dependem completamente do uso de insumos industrializados.

3.2.3.2 Concepção participativa

Diferente da concepção tutorial, a concepção participativa de ATR visa à realização de uma educação libertadora, problematizadora. Para que ela ocorra, o papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimento”, mas sim o de proporcionar, *“através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos.”* (Freire, 1983).

Enquanto que na concepção de educação bancária, típica do modelo tutorial de ATR, o educador enche os educandos de “falso saber”, sendo os conteúdos impostos, na educação problematizadora os educandos vão desenvolvendo seu poder de compreensão do mundo e suas relações com ele. A educação bancária, (imobilista e fixista) assistencializa, inibe a criatividade e desconhece os homens como seres históricos; a problematizadora estimula a criatividade, proporciona a reflexão sobre a liberdade e estimula a busca da *“transformação criadora”* (Freire, 1979).

Segundo esse mesmo autor, na educação libertadora seu conteúdo programático nasce do povo em diálogo com os educadores, reflete seus anseios

e esperanças; isto é, as demandas e a priorização das necessidades devem ser oriundas dos agricultores.

A intervenção de caráter educativo ocorre quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a diagnosticar e analisar seus problemas, propondo ações coletivas e buscando soluções alternativas (Alencar, 1997).

Assim como denominaram a concepção tutorial como Transferência de Tecnologia (TDT), Chambers e Ghildayl (1993), chamaram a concepção participativa de modelo do Agricultor em Primeiro Lugar (APL)⁸. Para esses autores, a grande diferença entre os dois modelos é que o segundo inicia com as “percepções” das famílias rurais e não com as dos cientistas. Ou seja, os problemas e as prioridades são definidos conforme as necessidades e oportunidades dos atendidos. O quadro a seguir expõe de forma sintética as principais diferenças entre os modelos de ATR citados acima

⁸ Em inglês: Farmers First (FF).

Quadro 3.2 Principais diferenças entre os modelos TDT e APL

	TDT	APL
Objetivo Principal	Transferir tecnologia	Habilitar os agricultores
Determinação das demandas e prioridades	Agentes externos	Agricultores, auxiliados pelos agentes externos
O que é transmitido aos agricultores	Receitas, mensagens, “pacotes” de práticas	Princípios, métodos, “cestas” de opções.
O “menu”	Fixo	“A la carte”
Comportamento dos agricultores	Ouvem mensagens; agem pelas receitas; adotam, adaptam ou rejeitam os pacotes	Utilizam métodos; aplicam princípios; analisam e escolhem uma opção.
Principal modo de extensão	Agente externo-agricultor	Agricultor-agricultor
Papéis dos agentes	Professor, treinador	Facilitador, provedor de opções.

Adaptada de Chambers 1993.

Além da questão central (a participação), há outras diferenças entre as metodologias de concepção participativa e a tutorial. As metodologias orientadas por concepção tutorial são geralmente “focalistas” e “reducionistas”, isto é, apenas se preocupam com a questão da produção, da técnica, sem levar em conta os aspectos humanos e ambientais envolvidos nas comunidades rurais. Mesmo as questões de cunho puramente técnicos não são discutidas ou reformuladas, mas apenas repassadas diretamente dos centros de pesquisa.

Principalmente na agricultura familiar e especialmente nos assentamentos de reforma agrária, inúmeros aspectos têm fundamental

importância na elaboração das metodologias de ATR. A concepção participativa inclui esses aspectos em suas estratégias.

O modelo TDT só beneficia os grandes fazendeiros, que têm condições de adquirir equipamentos e insumos industrializados; Alencar (1997) fundamentado nos trabalhos de Chambers, identifica os seguintes aspectos fundamentais para o sucesso de um programa de ATR voltado para a agricultura familiar, com baixo uso de capital:

- a) Repensar a formação dos agentes, visando à construção de um novo profissional.

Já que as instituições de ensino agrícola médio e superior servem, em grande parte, como porta-vozes do modelo de concepção tutorial e difusionista, surgem pouquíssimos profissionais que trabalhem em perspectivas contrárias a ele. Há diversas características nessas instituições que colaboram para uma formação “focalista” e “reducionista” (Freire, 1983): *“ausência de projetos educativos claros; marginalização da ciência do homem, da sociedade, da educação e do meio ambiente; distanciamento do processo de produção; fragmentação do conhecimento; formação docente pela a para a pesquisa científica.”* (Escosteguy, 1988).

O novo perfil profissional deve pautar por metodologias participativas de trabalho, que incluam os aspectos humanos e ambientais, visando ao bem-estar das pessoas assistidas, com respeito às suas culturas e meio-ambientes.

Há dificuldades de se encontrar profissionais aptos para trabalhar numa perspectiva participativa, pois os colégios e universidades estão inseridos no “*normal professionalism*”. As entidades que atuam no meio rural, visando uma ATR que fuja do convencional, têm que realizar a capacitação de seus profissionais, em diversas organizações não-governamentais (ONGs) e

movimentos sociais, por meio da realização de cursos, pesquisas e publicações. Entre essas organizações estão a Assessoria e Serviços à Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); a Cáritas; a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE); o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); etc. Até mesmos alguns órgãos governamentais como o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), o INCRA SR, o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) 06 e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS) em anos recentes, dentre outros.

- b) Substituir os diagnósticos caros e demorados por práticas participativas de levantamento (DRRP).

O DRRP (Diagnóstico Rápido Rural Participativo) nada mais é do que um grupo de técnicas para obter informações de forma rápida, a baixo custo e que permita um grande envolvimento da comunidade alvo, visando descobrir as principais potencialidades, problemas e demandas da mesma. (Whiteside, 1994). O quadro a seguir demonstra as principais diferenças entre o DRRP e os diagnósticos convencionais.

Quadro 3.3 - Diferenças entre DRRP e diagnóstico convencional.

Técnicas Usadas	Convencional	DRRP
Análises estatísticas	Geralmente uma grande parte	Pouca ou nenhuma
Questionários formais	Sempre incluídos	Evitado
Entrevistas com agricultores	Com questionários formais	Entrevistas semi-estruturadas
Amostragem	Deve ser estatisticamente aceitável	Freqüentemente é pequena, requisitos estatísticos nem sempre são requisitados
Medições	Detalhadas e exatas	Indicadores qualitativos
Debate em grupo	Sessões informais e não estruturadas	Palestras semi-estruturadas e “chuva de idéias”

Fonte: Whiteside, 1994.

O DRRP tem como princípio fundamental o fato de que os membros da comunidade são “*experts*” no conhecimento da realidade, o que é óbvio, pois estão inseridos na mesma. Portanto, eles devem gerar as informações e participar das análises (Whiteside, 1994).

As ONGs que trabalham em comunidades rurais geralmente lançam mão desse método de diagnóstico para o planejamento de suas ações. Há diversas técnicas do DRRP, tais como, caminhada transversal, história de vida, diagrama de “Venn”, calendário sazonal, rotina diária, “croquis”, etc.

c) Valorizar o conhecimento dos camponeses (saber-popular)

Na concepção tutorial, o conhecimento empírico dos camponeses é desprezado; já em uma concepção participativa, busca-se resgatar esses conhecimentos. A unidade de produção camponesa possui uma racionalidade diferente da propriedade empresarial, pois, além de ter como principal objetivo a subsistência da família e não o lucro monetário, ela apresenta uma dependência muito maior dos recursos naturais, na agricultura empresarial com alto uso de equipamentos e insumos industriais. A terra não é vista como um fator vivo, mas apenas como um “*suporte físico de intervenções artificializadora.*” (Weid, 1988).

Já a agricultura familiar camponesa, com suas adaptações culturais e ecológicas, estava adaptada às leis da natureza, utilizando-se da reciclagem de nutrientes e de energia como ponto forte. Utilizavam-se o esterco, os resíduos orgânicos e a adubação verde. A energia para os animais de tração vinha das pastagens (indiretamente energia solar). Era um esquema sustentável, que poderia perdurar para sempre: as culturas camponesas européias duraram dois mil anos e a chinesa três mil (Lutzemberger, 1993).

“Quanto mais observamos as formas de comportar-se e de pensar dos nossos camponeses mais parece que podemos concluir que, em certas áreas (em maior ou menor grau) eles se encontram de tal forma próximos ao mundo natural, que se sentem mais como parte dele, do que como seus transformadores. Entre eles e seu mundo natural (e também, e necessariamente, cultural) há um forte “cordão umbilical”, que os liga.” (Freire, 1983).

Observa-se uma forte relação da agricultura camponesa com os recursos naturais. Portanto, é imperioso para seu sucesso, a utilização racional de tais recursos; a necessidade de preservação do meio ambiente é percebida de forma muito mais fácil e imediata por aqueles que dependem diretamente de recursos

da natureza, do que para aqueles que buscam uma artificialização dos processos. *“Um modelo de agricultura incluyente deve começar pelo entendimento de que o ambiente não é algo externo ao processo produtivo”* (Shiki, 1995).

Sendo assim, a metodologia de trabalho com a pequena agricultura familiar deve pautar-se impreterivelmente, pelo respeito ao meio ambiente. Não apenas com a preocupação de preservá-lo, mas também de explorá-lo de forma racional e sustentável.

O desenvolvimento de técnicas alternativas de produção, com o aproveitamento racional dos recursos naturais e o respeito à cultura dos agricultores, permitiu, nos meados da década de 1970, o surgimento da agroecologia. Segundo Navarro (1994) *“ a agroecologia parte de um pressuposto epistemológico que supõe uma ruptura com os paradigmas convencionais da ciência oficial”* pois se baseia na inter-relação dos processos que ocorrem na atividade agropecuária. Isto é, a agroecologia concebe o meio ambiente como um sistema aberto, composto de diversos subsistemas interdependentes com diversas relações naturais, ecológicas, sociais, econômicas e culturais; deve haver uma interdisciplinariedade e, mais do que isso, uma interconexão entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Partindo do princípio de que a unidade de produção agrícola é um agroecossistema, para Altieri (1995) *“agroecologia é uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas.”* Com o objetivo da obtenção de uma atividade produtiva sustentável (Navarro, 1994).

A agricultura sustentável, que é o objetivo da agroecologia, não é um sistema de produção, mas é um conceito de desenvolvimento. Pode-se defini-la como *“socialmente justa, economicamente viável, culturalmente aceitável e ambientalmente sã”* (Altieri, 1995).

A participação dos agricultores é fundamental, pois, na agroecologia a agricultura é considerada um processo ecológico e social e requer alto nível de envolvimento. No diagnóstico e na construção de novas técnicas o conhecimento e as necessidades dos agricultores devem estar em primeiro lugar. (Altieri, 1995).

Para Altieri e Yurjevic (1995), o enfoque agroecológico deve ter como principais objetivos os seguintes:

- redução de riscos: por meio do aumento da diversidade e variedade cultivos e de animais;
- auto-suficiência alimentar e sustentabilidade;
- baixa dependência de insumos externos;
- sobrevivência sob condições de incertezas econômicas;
- adaptabilidade à heterogeneidade ambiental.

Como se pôde observar, as estratégias da agroecologia são as mesmas utilizadas pelos camponeses durante séculos. Sendo assim, agroecologia, em última instância, é a valorização dos conhecimentos empíricos, do saber popular dos agricultores, porém, somando-os aos conhecimentos técnico-científicos, o que trata o item a seguir .

As técnicas mais utilizadas dentro de um pensamento agroecológico são: controle biológico de pragas, adubação orgânica, fabricação de defensivos agrícolas alternativos, adubação verde, resgate de sementes de variedades antigas, utilização da tração animal, confecção de fitoterápicos para uso animal e humano, etc.

- d) Incentivar a soma dos conhecimentos (agricultor + agente externo), para viabilizar a construção de técnicas mais adaptadas.

Apenas resgatar as técnicas empíricas dos pequenos agricultores familiares, hoje em dia, não basta para garantir seu bem-estar, por dois principais motivos. Primeiro, se antigamente bastava às famílias rurais possuírem apenas o essencial para a subsistência, hoje com o desenvolvimento dos meios de comunicação e a difusão dos valores capitalistas no meio rural, criaram-se novas demandas no seio das famílias; os filhos querem roupas novas, a esposa quer ter acesso à eletrodomésticos, etc. Portanto, a geração de renda passa a ter maior importância.

Segundo, a maneira antiga de se produzir já não é mais viável nos dias atuais devido a uma série de novas pragas e doenças que atacam os animais e as plantações. Só para citar alguns exemplos, antigamente não havia a raiva bovina, a mosca do chifre, a IBR (doença reprodutiva do gado), a mosca branca no feijão, etc. É o resultado da “globalização” do setor rural. Novas variedades de plantas e matrizes de animais são trazidas do exterior, muitas vezes sem controle sanitário; também o uso indiscriminado de defensivos químicos, como os inseticidas, provocaram o surgimento de insetos resistentes.

Isso posto, conclui-se que apenas “resgatar” técnicas do saber-popular não é o bastante. Mas deve-se possibilitar o surgimento de novas tecnologias, somando os conhecimentos modernos com a sabedoria dos agricultores, aproveitando o potencial de cada uma delas, com o objetivo de solucionar as novas demandas em um mundo que se transforma de maneira cada vez mais rápida.

- e) Incentivar a organização (associativismo) e solidariedade entre produtores, visando aumentar o poder de reivindicação e barganha.

O associativismo pode ser visto como uma peça estratégica, um instrumento capaz de transformar a realidade (instrumento de transformação), ou proporcionar meios para que os atores se adaptem a essa realidade (instrumento de adaptação) (Alencar, 1997).

As distintas concepções de associativismo se relacionam com as interpretações dos problemas referentes ao campo. A “questão agrícola”, preocupa-se apenas com os aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma (quanto, o que e onde). Já a “questão agrária” refere-se também às relações de produção. Podem-se agrupar as interpretações dos problemas do campo em três grandes perspectivas.

- 1) perspectiva técnico-econômica: orienta-se pela lógica da “questão agrícola”; as mudanças na agricultura se processarão sob a “égide da modernização do processo produtivo”. Portanto, essa perspectiva não se encaixa numa concepção de ATR viável para os pequenos agricultores familiares que historicamente foram marginalizados pelo processo de modernização da agricultura;
- 2) perspectiva social-reformista: “vincula a questão agrária à justiça social”; é nessa perspectiva que está a reforma agrária como meio de reduzir as desigualdades geradas pela má distribuição de terras, aumentar o emprego e a produção de alimentos.
- 3) perspectiva de transformação social: coloca como ponto central a posse privada da terra e de outros meios de produção (no campo ou na cidade), como o elemento fundamental para a exploração dos trabalhadores; quer a abolição dos meios privados de produção para a construção do socialismo.

Dependendo da situação, essas perspectivas podem se sobrepor. Por exemplo: a realização da reforma agrária por um governo subordinado à perspectiva técnico-econômica pode ocorrer visando amenizar as tensões geradas por conflitos envolvendo a posse da terra. O MST luta pela reforma agrária mesmo não acreditando na perspectiva social-reformista, mas como tática de mobilização popular visando a uma perspectiva de transformação social. As sobreposições de diferentes perspectivas podem ser o resultado de alianças políticas de grupos ou partidos com interesses diferentes, mas necessárias em determinados momentos históricos. Convém ressaltar que essas três perspectivas não formam categorias estanques, observando-se ramificações e subdivisões dentro delas.

Dentro de cada uma dessas perspectivas existe uma concepção de associativismo rural, o qual pode ser visto como alternativa viável para a produção agrícola em assentamentos de reforma agrária (perspectiva social-reformista), ou como uma forma de transição para a coletivização da terra, além de desenvolver uma “mentalidade coletiva” entre os camponeses (perspectiva de transformação social).

A questão do associativismo nas metodologias participativas pode estar incluída nas duas perspectivas (social reformista e de transformação social) ao mesmo tempo, dependendo dos objetivos e dos enfoques que se dá a ela.

O associativismo pode aumentar o poder de barganha dos agricultores, tanto quando realizam compras coletivas de insumos, quanto quando realizam vendas de seus produtos coletivamente. Dessa forma aumentam sua margem de lucro, pela redução dos custos e aumento nas receitas, daí a questão do associativismo está inclusa na perspectiva social reformista.

O fortalecimento do associativismo, formal ou informal, também pode gerar o aumento do poder de reivindicação, que além de possibilitar a solução de demandas imediatas mediante o poder público, proporciona o aumento no nível

de conscientização dos indivíduos, sendo esse uma passo importante na busca pela transformação da sociedade.

Segundo Galjart (1981), há determinados “mecanismos intrínsecos” relacionados aos processos de “desenvolvimento normal”, como a tendência de que indivíduos com maiores recursos conduzam as organizações locais com intuito de benefícios próprios; a tendência de acomodação pelos grupos locais, na espera de soluções e benefícios vindos do agente de mudança (clientelismo); a tendência do aumento das desigualdades entre os indivíduos. Tais mecanismos devem ser superados e, para que isso ocorra, a teoria “*counterdevelopment*”, (“empoderamento”, isto é, opõem-se ao “desenvolvimento normal”) preconiza que os segmentos marginalizados devem exercer influências no processo de desenvolvimento, sendo a participação um processo de aquisição de poder (*empowering* ou “empoderamento”).

Os teóricos do “*counterdevelopment*” acreditam que os marginalizados podem romper com as estruturas de dominação a partir da “conscientização”, quando os indivíduos passam a compreender a realidade social que determina suas vidas e a capacidade que têm de transformar a realidade (Alencar, 1997) Este é o objetivo da educação problematizadora de Freire (1979).

A partir da conscientização e com o desenvolvimento das formas de cooperação entre os indivíduos, estes passam a exercer um papel mais ativo na determinação nos rumos de seu desenvolvimento. Portanto, a concepção participativa de ATR pode também ser chamada de “emancipadora”.

O aumento da solidariedade e da união entre os agricultores também favorece a realização de trabalhos coletivos, visando eliminar eventuais custos com contratação de mão-de-obra externa.

Enfim, encerra-se a presente seção com a seguinte afirmação de Paulo Freire: “*Desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, o trabalho do agrônomo assume este aspecto em que a*

capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma... O trabalho do agrônomo como educador não se esgota e não deve esgotar-se no domínio da técnica, pois que esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem se transformar” (Freire, 1983).

3.2.3 ATR na reforma agrária

Há algumas particularidades referentes aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, quando comparados às demais comunidades rurais de agricultores familiares. Após trabalhar por dois anos diretamente com assentamentos e ter contato com diversas comunidades tradicionais durante esse período, é possível destacar as seguintes características peculiares, que não podem ser esquecidas por quem pretende trabalhar na prestação de ATR:

- a) **Questão do associativismo:** geralmente o processo de assentamento é precedido de mobilizações e organização social. Os trabalhadores trazem essa vivência para dentro dos assentamentos, constituindo associações, cooperativas e grupos informais (ITESP, 1988), o que pode aparentar uma certa vantagem quando comparados às comunidades tradicionais. Entretanto, um fato que chama a atenção (e mereceria estudos mais científicos) é a grande desmobilização que ocorre com os assentados após a conquista da terra: no processo de desapropriação todos encontram-se unidos sob um mesmo ideal, conquistar a terra e serem assentados. Após o processo de assentamento e, principalmente, após o parcelamento, há um enfraquecimento das formas associativas, os valores individualistas

falam mais alto. Já nas comunidades tradicionais, os grupos informais, principalmente, se mantêm mais unidos com o passar do tempo devido à existência de fortes laços de parentesco, que estão pouco presentes nos assentamentos

- b) Heterogeneidade: em uma comunidade rural mais antiga, há uma certa homogeneidade entre as pessoas, isto é, sua cultura é muito próxima. Nos assentamentos convivem pessoas oriundas de diversas regiões e com culturas diferentes, há aqueles com experiência na atividade agrícola, como há também muitos sem qualquer experiência. Esse fato é um desafio para a ATR, trabalhar uma metodologia que inclua todos os perfis.
- c) Preconceitos: se o pensamento dominante classifica o pequeno agricultor familiar tradicional como atrasado e anacrônico, as atuais estruturas governamentais, apoiadas pelos meios de comunicação referem-se pejorativamente aos assentados e aos trabalhadores sem terra como “baderneiros”, “arruaceiros”.
- d) Poucos dados disponíveis: há pouco interesse do poder público em realizar estudos científicos em áreas de assentamentos; além disso os projetos de assentamento são em sua maioria de implantação recente, ainda necessitando de mais tempo para avaliações que tragam dados mais conclusivos.
- e) Financiamentos: apesar da limitação de recursos, os assentados têm obtido mais créditos de investimentos (comparativamente) do que os pequenos agricultores familiares tradicionais.

Essas diferenças devem ser levadas em conta na elaboração de metodologias de ATR para a Reforma Agrária. Porém há grandes semelhanças entre as comunidades de agricultores familiares e os assentamentos de reforma

agrária, principalmente no que se refere ao contexto da opressão e marginalização que esses segmentos vêm sofrendo ao longo de muitos anos no Brasil e no Terceiro Mundo em geral.

As diversas ONGs que trabalham com aplicação de ATR em assentamentos preconizam as metodologias de cunho participativo, de forma muito semelhante ao trabalho com os agricultores familiares tradicionais. Até alguns órgãos governamentais vêm aplicando tais metodologias. Como exemplo podem ser citadas as experiências do ITESP.

Para essa agência governamental a “nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)” deve possuir os seguintes princípios (ITESP, 1998): compreensão da realidade, inter-relação de toda a família, fortalecimento da segurança alimentar, incorporação de conceitos ecológicos e ambientais, conservação e recuperação do solo, racionalização do uso de máquinas e implementos, apoio às formas organizativas, estímulo à agroindústria, suporte à comercialização e construção do desenvolvimento integral e da cidadania.

Seguindo uma linha semelhante de atuação, surgiu o Projeto Lumiar, abordado a seguir.

3.2.3.1 O Projeto Lumiar

O Projeto Lumiar tinha o objetivo de implantar um serviço descentralizado de assistência técnica aos agricultores familiares em assentamentos de Reforma Agrária. A iniciativa era do Governo Federal, porém coordenado de maneira compartilhada com outras instituições, governamentais e não-governamentais (Silva, 1999).

As diretrizes fundamentais do Projeto Lumiar eram as seguintes (Silva, 1999):

- abordagem da reforma agrária como um mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar;
- fortalecimento das organizações do assentados e sua capacidade gerencial;
- valorização de metodologias participativas de ação técnica;
- construção participativa de propostas alternativas;
- desenvolvimento e construção conjunta de alternativas produtivas e econômicas com uso sustentável dos recursos naturais e agregação de valor aos produtos;
- capacitação permanente das famílias assentadas;
- uso adequado e otimização de financiamentos e demais recursos financeiros.

O Lumiar funcionou em Minas Gerais de julho de 1997 a agosto de 2000. Foram atendidas 2.416 famílias de 47 projetos de assentamento⁹, em 33 municípios. Nove entidades trabalharam prestando ATR por meio do Projeto: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA), Fundação Lyndolpho Silva, Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), J.Gual, Cooperativa Multidisciplinar de Serviços e Assistência Técnica (MULTICOOP), EMATER-MG e Cáritas Diocesana de Paracatu.

Outras seis entidades estavam envolvidas na supervisão, em conjunto com o INCRA SR 06. Eram as seguintes: Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Viçosa, CTA da Zona da Mata, Rede de Intercâmbio de

⁹ Aqui não estão incluídos os assentamentos de Minas Gerais pertencentes à SR 28, que corresponde aos municípios de Buritis, Arinos e Unai.

Tecnologias Alternativas, Superintendência de Desenvolvimento do Cooperativismo e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Para participarem do Projeto Lumiar os assessores técnicos¹⁰ realizaram, numa primeira fase (no início do programa em 1997), a capacitação no método ITOG (abreviatura das palavras Investimento Tecnologia Organização e Gestão) de diagnóstico e planejamento, ministrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O método constituía-se num tipo de diagnóstico amplo da comunidade, incluindo os aspectos humanos e naturais, ressaltando os fatores limitantes e as potencialidades; o planejamento era feito de forma participativa, mas sempre com a preocupação central a geração de renda das famílias assentadas.

Também houve um novo grupo de assessores técnicos capacitados no ano de 1998. Porém, dessa vez foi preconizada a utilização do método DRRP, com a coordenação do INCRA-SR 06, Terra Assessoria Pesquisa e Desenvolvimento e professores da UFLA

O Projeto Lumiar vinha apresentando ganhos qualitativos em sua breve existência. Entretanto, adotando uma atitude arbitrária, unilateral e anti-democrática, o Governo Federal extinguiu o programa em todo o país, alegando problemas nas prestações de contas de uma equipe no estado do Paraná

Feitas as considerações teóricas, no capítulo seguinte encontram-se os resultados e discussões da presente pesquisa.

¹⁰ Engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, zootecnistas, veterinários.

CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Introdução

Esse capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente procedeu-se à análise das entrevistas com os assessores do INCRA SR 06, com a finalidade de identificar quais as perspectivas metodológicas que orientavam as ações das empresas/entidades contratadas para o Projeto Lumiar, quais metodologias (segundo eles) são as mais indicadas para o trabalho de ATR com os agricultores familiares assentados na reforma agrária e também verificar se há uma avaliação por parte desses assessores, sobre quais as metodologias que lograram melhores resultados.

A seguir, pela interpretação das entrevistas com os assessores técnicos locais da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu, identificar-se a concepção metodológica de ATR que norteou (e vem norteando) a ação dos mesmos nos assentamentos estudados, bem como analisar os motivos que levaram esses assessores a optar por tais concepções metodológicas.

A terceira etapa, que é o estudo das entrevistas realizadas com os assentados, tem os seguintes objetivos: a) identificar se os outros assessores que prestaram ATR na elaboração e acompanhamento dos PROCERA e durante o Projeto Lumiar, trabalharam com a mesma perspectiva metodológica dos assessores entrevistados; b) analisar se houve aumento da participação e da solidariedade entre os assentados após o início da ATR; c) observar a satisfação pessoal dos assentados; c) levantar alguns indicativos sobre a geração de renda no assentamento.

Finalmente, utilizando-se dados sobre a produção e a comercialização dos dois assentamentos, foi levantada a geração de renda obtida pelos assentados entre os meses de março e julho de 2001.

De posse das informações analisadas nas quatro fases descritas, pôde-se elaborar as considerações finais.

4.2 Análise das entrevistas realizadas com os assessores do INCRA SR 06.

Foram entrevistados três assessores do INCRA SR 06. Todos trabalharam como supervisores do Projeto Lumiar, sendo que um deles era o principal responsável em Minas Gerais pelo PROCERA. Para se evitar uma maior exposição, a identidade dos entrevistados foi preservada. Para tanto eles receberam as indicações X, Y e Z.

4.2.1 Identificação das metodologias aplicadas no Projeto Lumiar.

- Durante quanto tempo o(a) Sr(a) fez parte da equipe de supervisão do Projeto Lumiar e em quais áreas o Sr atuou?
- *(X) De março a dezembro de 1998. Trabalhei na região Noroeste, inicialmente na região que hoje é da SR 28 (Unai, Buritis, etc.). Depois eu descii e fiquei na região de Paracatu.*
- *(Y) Durante dois anos e meio aproximadamente. Inicialmente trabalhei na região do Triângulo Mineiro e, posteriormente, em parte da região noroeste de Minas.*

- *(Z) Desde o início até o final do Programa, de agosto de 1997 a agosto de 2000, em Riachinho, em Bonfinópolis, em Santa Fé de Minas, em Natalândia, em Unai, Buritis e Arinos.*

Os supervisores entrevistados, por terem atuado em diferentes regiões do estado de Minas Gerais, acompanharam várias equipes locais. Um deles realizou trabalho de supervisão na região que hoje faz parte da SR 28, tendo acompanhado uma equipe da EMATER. Posteriormente, esse mesmo supervisor trabalhou na região de Paracatu, com a Cáritas Diocesana. O segundo entrevistado atuou no Triângulo Mineiro, em assentamentos, sob atuação da EMATER e também na região de Paracatu, supervisionando a Cáritas. O outro entrevistado supervisionou equipes da EMATER e da J. Gual, no Noroeste de Minas Gerais.

Portanto, a EMATER de Natalândia esteve sob a supervisão de um dos entrevistados e a Cáritas Diocesana de Paracatu foi supervisionada pelos outros dois.

- **O(A) Sr(a) notou diferenças metodológicas significativas entre as equipes que supervisionou? O que marcava essas diferenças de metodologias? Quais eram os princípios que as identificariam?**
- *(X) Sim, até mesmo dentro de uma mesma equipe, na EMATER, havia grandes diferenças entre o trabalho do técnico de Buritis e o da equipe de Unai, e também tinha uma grande diferença dessas equipes para a Cáritas. É difícil dizer que a EMATER tenha uma metodologia específica. O trabalho de Buritis era de um jeito e o de Unai era de outro jeito. Em Buritis o técnico era um dos melhores da EMATER que eu já vi. Tinha uma boa relação com as comunidades, uma cabeça aberta para novas alternativas. O pessoal de Unai já era bem “cintura dura”, aquele*

“emateriano tradicional”, uma relação muito vertical com a comunidade, muitas soluções prontas. O pessoal achava que já sabia tudo.(...) A EMATER tem uma trajetória, da Revolução Verde, da metodologias tutoriais, difusionistas, mas existem técnicos que não encaixam dentro dessas metodologias. Já a Cáritas, por ser uma instituição de vínculo popular, com relações históricas com a reforma agrária, por ter uma relação com outras ONGs, a Cáritas trilha um caminho diferente do que a EMATER, procurando incorporar metodologias participativas, não se fixar aos pacotes tecnológicos(...).

- *(Y) Sim, dava para a gente perceber as diferenças metodológicas nos trabalhos; a EMATER tem uma tradição na ATR tradicional, normalmente são pacotes tecnológicos... Hoje, com a evolução de outras empresas, principalmente ONGs, como é o caso da Cáritas Diocesana de Paracatu, vem desenvolvendo uma metodologia para trabalhar com o pequeno agricultor de uma forma mais criativa, metodologia que envolve a discussão e principalmente a participação ativa do agricultor e do técnico na formulação da ATR. Eu não estou querendo rechaçar a EMATER, pelo contrário, a gente via em muitos técnicos da EMATER também esse trabalho bem discutido com os agricultores. Mas, no geral, a gente percebe que a filosofia da Cáritas Diocesana é voltada para esse aspecto.*
- *(Z) Com certeza, não só no trabalho delas, mas no trabalho nosso com elas, porque a nossa liberdade e a flexibilidade que a gente sentia na equipe da J .Gual era muito maior do que com a EMATER, que tinha um esquema fechado. A postura de alguns técnicos dificultou nosso trabalho, eles reforçam muito a questão da dependência do recurso financeiro, o discurso deles e as propostas giram sempre em torno do recurso. Muitas vezes, para se desencilarem de determinadas obrigações e responsabilidades, eles jogavam a culpa de muitas coisas no INCRA. Em termos de fortalecer a*

auto-estima, resgatar a cidadania, a J. Gual tinha esse preocupação claramente de trabalhar nesse sentido, fortalecendo a autonomia, que independente da ATR, o assentado é o dono da própria vida e deve saber tocar seus projetos. A EMATER trabalha numa outra linha, que quando ela não consegue ser a responsável pela atividade, ela se desincumbe, jogando a culpa na falta de dinheiro, etc.

Nota-se, nesses trechos das entrevistas, que, segundo os entrevistados, a Cáritas e a J. Gual possuem metodologias de trabalho mais participativas, destacando-se os seguintes aspectos:

- a) seguir ou não pacotes tecnológicos: aspecto mencionado por dois entrevistados. Uma metodologia participativa de ATR, no trabalho com agricultores familiares assentados, não se deve fixar nos pacotes tecnológicos, pois, como já exposto, esses pacotes foram concebidos em situações muito diferentes daquelas encontradas nos assentamentos. Para os entrevistados, a EMATER geralmente se fixa a esses pacotes, já a Cáritas procura trabalhar com uma metodologia mais participativa na construção conjunta do saber entre técnicos e agricultores, educador-educando (Freire, 1979);
- b) fortalecer a auto-estima e resgatar a cidadania: segundo um dos entrevistados, a J. Gual tinha essa preocupação, que é condição fundamental para o desenvolvimento de uma ATR participativa (Freire, 1983).

Já a EMATER, de acordo com a avaliação dos entrevistados, foi classificada como uma entidade que trabalha com metodologias tutoriais, apesar desse aspecto não permear o trabalho de todos os técnicos. Na EMATER existem assessores que trabalham com metodologias participativas, mas,

segundo os entrevistados, são exceções. Um dos entrevistados utilizou a expressão “*emateriano tradicional*” para definir um tipo de ação tutoria, vertical e difusionista..

A EMATER foi associada a uma ATR tradicional e aos “pacotes tecnológicos”, porém, muitos técnicos optam por discutir o trabalho com os produtores, o que, segundo o entrevistado, a Cáritas tem como filosofia.

Enquanto as metodologias com caráter emancipador visam diminuir a dependência dos agricultores em relação ao recurso financeiro, procurando utilizar os recursos disponíveis localmente, as metodologias tutorias são geralmente atreladas aos recursos financeiros, que servem para adquirir os insumos industrializados. Um dos entrevistados afirmou que a EMATER reforça a questão da dependência do dinheiro.

4.2.2 Resultados obtidos

- Aqui no INCRA vocês têm uma avaliação de quais metodologias têm obtido melhores resultados nos assentamentos?
- *(X) Não dá para avaliar isso ainda. Mereceria um estudo mais cuidadoso, mais científico. A gente, que estava na supervisão, procurava construir uma metodologia mais participativa, com uma relação mais horizontal entre técnico e produtor, de incorporar alternativas no sistema de produção que não fossem tão dependentes de insumos externos e pacotes tecnológicos. Sendo assim, a gente não tem muita imparcialidade para avaliar isso. Mas a gente acredita que fez a opção certa, por acreditar que as metodologias participativas são mais adequadas para a RA, que são melhores para promoção autônoma e sustentável dos assentamentos. Entidades como CAA, CAT e Cáritas se encaixavam melhor nessa opção do que a EMATER, mas*

também isso não é linear, as coisas são mais complexas. Mas, de um modo geral pode se dizer que essas entidades adotaram, mais do que metodologias, mas “posturas” de horizontalidade, de diálogo, de compromisso com a RA. A EMATER não tem um compromisso claro com a RA, pois é uma instituição pública, mas sem um controle social. Ela trabalha muito com o contrato; já a Cáritas faz parte da luta histórica dos camponeses da região.

- *(Y) Não, porque quando houve o término do Lumiar ficou difícil para a gente concluir alguns raciocínios que estávamos desenvolvendo sobre esse aspecto. Mas o que a gente percebe é que nas várias metodologias ocorrem vantagens e desvantagens. O ideal seria aproveitar os pontos positivos de cada uma, mas, sem dúvida nenhuma, eu destaco aquela do DRP, que, com certeza, sobressai mais no aspecto do diálogo do técnico com o assentado.*
- *(Z) Eu acredito que em termos quantitativos a gente não fez essa avaliação. Eu mesma me desliguei do contato direto com assentamentos há um ano, mas a gente escuta falar. As sementes que ficaram são muito subjetivas, são muito qualitativas: as pessoas preocupadas com a questão da organização, conscientes com a questão da geração de renda, agregação de valor... Essas discussões continuam a ocorrer nos assentamentos; mas hoje não temos dados para avaliar as metodologias.*

Infelizmente, como se pode observar nos depoimentos dos entrevistados, ainda não há, por parte do INCRA, avaliações concretas sobre quais metodologias lograram maior sucesso nos assentamentos. Mas, de acordo com a experiência dos assessores entrevistados, há uma crença de que as metodologias participativas devem estar surtindo melhores resultados. Essa pesquisa pretende contribuir nesse aspecto.

4.2.3 Metodologias mais indicadas para a RA

- Qual seria sua sugestão para um futuro programa de ATR na RA? Quais metodologias ele deveria seguir?
- *(X) Uma questão fundamental, antes das metodologias, são as posturas, a visão de mundo do técnico e da equipe. a visão que o técnico tem sobre agricultura familiar, da relação da agricultura com a natureza, do conhecimento histórico ancestral dos agricultores, da inserção da agricultura familiar no contexto nacional... As metodologias vem como consequência dessa postura, dessa visão de mundo, dessa concepção que o técnico tem. A partir daí se elaboram instrumentos para que essa visão possa ocorrer na prática. As metodologias participativas, os DRPs, metodologias que incorporem o cruzamento dos conhecimentos, o conceito de sustentabilidade social, ambiental, econômica, política... São as metodologias que incorporem o conceito de participação, trabalhar com grupos de interesse ...*
- *(Y) A ATR aos projetos de RA é um fator imprescindível. Eu acho que ela deve pautar por uma metodologia participativa, por uma metodologia construtiva, que aproveite tanto o saber dos técnicos quanto o saber dos assentados. Até pouco tempo, no Brasil, se desprezava o saber popular, principalmente dos nossos camponeses. Mas, hoje, a gente percebe que isso está mudando. A sociedade começa a perceber que essa população de agricultores familiares tem muito saber. Hoje, toda a metodologia de ATR para esses agricultores deve ter o aproveitamento desses saberes como premissa.*
- *(Z) Metodologias que valorizem o envolvimento, a participação dos assentados, metodologias que trabalhem a produção de uma forma sistêmica, que trabalhem a produção como um todo, metodologias que*

*terminam em propostas que caibam “dentro do bolso do produtor”.
adequadas à realidade dele, que levem em conta a dimensão ambiental... É
isso que nós vamos tentar com o PDA, que será a herança do Lumiar.
Acabou o Lumiar e nós vamos fazer tudo de novo.*

Para os assessores do INCRA SR 06, as metodologias para a ATR nos assentamentos devem pautar pela participação dos assentados. Tendo em vista as seguintes características:

- a) valorização do saber-popular: preceito básico de uma ATR de concepção participativa, que busca resgatar os conhecimentos empíricos dos camponeses (Weid, 1988);
- b) construção do saber conjunto (técnico + assentado): incorporando o cruzamento dos conhecimentos, aproveitando tanto o saber dos técnicos quanto o saber dos assentados, que é característica das metodologias participativas de ATR (Alencar, 1997; Chambers, 1993; Freire, 1983);
- c) a questão ambiental: segundo dois assessores entrevistados, uma ATR voltada para assentamentos de reforma agrária deve levar em conta o meio ambiente. Isso vem ao encontro da concepção participativa, que preconiza que a valorização da participação dos agricultores. Passa, não apenas pela preservação, mas também pela utilização racional dos recursos naturais (Freire, 1983; Altieri, 1995; Weid, 1988).

4.2.4 Postura, compromisso e visão de mundo.

Um dos assessores entrevistados mencionou um aspecto fundamental para que as metodologias participativas obtenham sucesso: a “postura, o

compromisso e a visão de mundo” dos técnicos e das entidades. Observe os trechos a seguir:

“...as metodologias participativas são mais adequadas para a RA, que são melhores para promoção autônoma e sustentável dos assentamentos. Entidades como CAA, CAT e Cáritas se encaixavam melhor nessa opção do que a EMATER, mas também isso não é linear, as coisas são mais complexas. Mas, de um modo geral, pode-se dizer que essas entidades adotaram mais do que metodologias, mas “posturas” de horizontalidade, de diálogo, de compromisso com a RA. A EMATER não tem um compromisso claro com a RA, pois é uma instituição pública, mas, sem um controle social, ela trabalha muito com o contrato. Já a Cáritas faz parte da luta histórica dos camponeses da região...”

“...Uma questão fundamental, antes das metodologias, são as posturas, a visão de mundo do técnico e da equipe, a visão que o técnico tem sobre agricultura familiar, da relação da agricultura com a natureza, do conhecimento histórico ancestral dos agricultores, da inserção da agricultura familiar no contexto nacional... As metodologias vêm como consequência dessa postura, dessa visão de mundo, dessa concepção que o técnico tem. A partir daí se elaboram instrumentos para que essa visão possa ocorrer na prática, as metodologias participativas...”

O assessor do INCRA colocou claramente, que, para o desenvolvimento das metodologias participativas é necessário um grande envolvimento dos técnicos e das entidades com as comunidades assistidas. Para tanto deve haver uma “postura”, que é condicionada por um compromisso com a causa da reforma agrária e da agricultura familiar e também por uma visão de mundo (concepção) que orienta essas ações.

Graças à grande experiência que os funcionários do INCRA possuem em ATR para assentamentos de Reforma Agrária, as entrevistas realizadas além de atenderem aos objetivos almejados, contribuíram para enriquecer os

conhecimentos do autor da presente pesquisa de forma significativa. Tiveram também fundamental importância para a elaboração das análises a seguir.

4.3 Análise das entrevistas com os assessores técnicos da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu.

Aqui o objetivo é o de identificar sob quais enfoques metodológicos se orientaram (e se orientam) as práticas de ATR adotadas pelos assessores técnicos locais nos assentamentos estudados. Para tanto, se procedeu uma análise das entrevistas, procurando observar os aspectos inerentes às metodologias participativas ou tutoriais. Nesse item, também se pretende analisar os motivos que levaram esses assessores a aplicar tais metodologias.

Não há intenção, nesse momento, de avaliar as entidades de uma forma mais ampla, pois seria inadequado fazer generalizações sobre a atuação das mesmas a partir de um único caso. Porém, algumas características peculiares de cada uma das entidades pesquisadas devem ser levadas em conta.

A Cáritas Diocesana de Paracatu, apesar de fazer parte de um conjunto de entidades irmãs distribuídas por todo o estado de Minas Gerais¹¹, atua mais diretamente apenas na Diocese de Paracatu, prestando ATR em assentamentos de Reforma Agrária. A EMATER possui 752 escritórios em Minas Gerais, atuando diretamente em assentamentos em todas as regiões do estado.

Uma das características que distinguem as duas entidades refere-se à forma de seleção dos técnicos que trabalham nelas. Na EMATER essa seleção é feita por meio de concurso público, com a realização de provas eliminatórias e classificatórias. Isto é, teoricamente, os mais capacitados “tecnicamente” são

¹¹ Em Minas Gerais além da Cáritas Brasileira Regional (localizada em Belo Horizonte), há outras 10 Cáritas Diocesanas, em várias regiões do estado.

aprovados no concurso. Geralmente as pessoas que concorrem à uma vaga na EMATER estão em busca de um emprego público, que lhes dê estabilidade e prestígio profissional. Na Cáritas, a seleção é feita de outra forma (o que se pode confirmar nas entrevistas a seguir). Os candidatos a técnico passam por uma seleção, na qual se avaliam os perfis “social” e “psicológico”, devendo haver identificação do técnico com o trabalho da Cáritas. Geralmente, os profissionais que almejam trabalhar nessa entidade não estão buscando apenas realização profissional, mas também têm como um de seus objetivos a transformação social. Trabalhar na Cáritas (ou em outras entidades e movimentos sociais afins) é uma opção “ideológica”.

Outro fato que ocorre com a EMATER refere-se à estrutura hierárquica e vertical da entidade. Isto é, apesar da EMATER realizar uma capacitação periódica de seus profissionais, aqueles técnicos em início de carreira, que a entidade ainda não teve tempo de capacitar, são direcionados aos municípios menores. Já aqueles com melhor qualificação e com maior “tempo de casa” vão sendo transferidos para os municípios mais importantes, onde se localizam os escritórios regionais ou mesmo para a sede, em Belo Horizonte. Com isso há grande rotatividade de técnicos nos municípios pequenos e aqueles profissionais que permanecem muito tempo nessas localidades não têm grandes estímulos para o trabalho.

Na região noroeste de Minas Gerais, tanto na área sob jurisdição da SR 06, quanto na área da SR 28, grande parte dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária se localizam em município com menor importância, como Natalândia, Lagoa Grande, Buritis, Bonfinópolis de Minas, Arinos, Presidente Olegário, Urucua, Varjão de Minas e Riachinho, todos com populações inferiores a 20.000 habitantes. Esse fato se observa em diversas regiões do estado. Daí conclui-se que muitos assentamentos não são “prioridades” para prestação de ATR pela EMATER.

Um exemplo que se pôde observar refere-se ao agrônomo da EMATER de Buritis, que recebeu elogios de um dos assessores entrevistados no INCRA, definido como *“cabeça aberta para novas alternativas... um dos melhores da EMATER que eu já vi”*, segundo ele. Participando de várias atividades com o citado agrônomo, inclusive no treinamento do ITOG realizado em Uberaba em 1997, pode-se confirmar esse fato. Pois bem, o mesmo foi promovido pela EMATER já não se encontra mais em Buritis.

A EMATER possui um programa de capacitação de seus técnicos, inclusive para o desenvolvimento de metodologias de ATR participativas. Porém, esse trabalho leva tempo e, quando o técnico já está melhor preparado, ele acaba sendo transferido para municípios de maior importância em detrimento dos menores, onde se localizam diversos PAs.

Após essas considerações iniciais, serão analisadas agora as entrevistas com os assessores técnico da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu. Assim como no item anterior, os mesmos não serão tratados pelos seus nomes, mas sim apenas pelo nome das entidades.

4.3.1 Concepções do técnico

As concepções do assessor técnico sobre agricultura familiar e sobre ATR são fundamentais no trabalho de campo. Essas concepções dizem respeito à “visão de mundo”, que o assessor possui, sendo condicionada por sua origem, formação e compromisso com a agricultura familiar.

- O que você entende sobre assistência técnica? Qual é sua concepção e metodologias de trabalho?
- *(EMATER) AT, para mim, o melhor é ficar no campo... Mas, a gente permanece 60% do tempo no escritório por exigências do agente financeiro*

.... *Eu poderia estar no campo dando instruções de como plantar, o espaçamento entre linhas, semente... Mas, na verdade, hoje eu não tenho tempo; não dá tempo de passar em todas as casas.*

- *(Cáritas) A metodologia que deve ser aplicada é a de inserir o pequeno produtor e o assentado dentro da sua realidade e buscar recursos dentro da própria comunidade para que ele possa usar os recursos que tem a seu alcance, evitando buscar recursos fora. ...Basicamente o trabalho nosso é a partir do conhecimento do produtor. A gente busca muito o “saber popular”, o conhecimento, a prática da vivência dele e simplesmente resgatamos esse conhecimento que praticamente foi suprido por esse modelo que usa altos índices de tecnologia, que na realidade não veio a atender as necessidades do pequeno produtor; o que a gente busca e o conhecimento do produtor valorizar e mostrar para ele que com o conhecimento que ele tem, ele consegue ter boa produção. ... Sempre temos que ter em vista a realidade do pequeno produtor, seus desejos, sua necessidade de renda, o ponto fundamental é conhecer a realidade do produtor e tentar melhorar a partir do que ele tem ... gradativamente podemos introduzir algumas técnicas, através de experiências, o teste de variedades de sementes é um exemplo, onde seleciona-se as sementes testadas no próprio lote*

O assessor da EMATER mencionou: *“Eu poderia estar no campo dando instruções de como plantar, o espaçamento entre linhas, semente...”*, isto é, quando questionado a respeito de concepções e metodologias, o mesmo respondeu apenas sobre questões puramente técnicas, denotando uma visão “focalista” e “reducionista” de ATR, típica dos enfoques tutoriais.

O assessor da Cáritas mencionou aspectos fundamentais da ATR participativa. Pode-se destacar de seu depoimento:

- a) resgate do saber popular: o assessor entrevistado, além de valorizar o “conhecimento” e a “vivência” dos produtores, trabalha na perspectiva dos desejos e necessidades dos mesmos, valorizando sua cultura, anseios e esperanças. Pode-se inferir que as prioridades são definidas pelos agricultores e não pelos agentes externos, o que caracteriza a ATR participativa (Alencar, 1997);
- b) utilizar recursos locais: a perspectiva tutorial (de transferência de tecnologia) visa inserir o produtor na lógica do mercado, devendo esse adquirir insumos industrializados para o aumento da produtividade; já na perspectiva participativa de ATR, o objetivo é utilizar os recursos naturais de forma racional e baixar a dependência dos recursos externos.

A escolha e a formação do assessor vêm bem ao encontro do que está sendo analisado nesse momento. A seguir alguns trechos das entrevistas que mencionam esses aspectos.

- A sua entidade tem algum método para escolher o técnico que vai trabalhar em assentamentos? Há alguma seleção sobre o perfil do técnico desejado?
- *(EMATER) Hoje há essa discussão na EMATER. São 57 assentamentos aqui no noroeste mineiro, mas, hoje, a EMATER não tem uma estratégia para atender só reforma agrária, temos que abranger tudo.... O técnico que está disponível tem que fazer tudo. Mas, esse ano nós tivemos um treinamento de reforma agrária em Bonfinópolis de Minas.*
- *(Cáritas) Deve haver identificação com a filosofia da Cáritas, que é o trabalho social. Na escolha dos técnicos houve a avaliação de currículo, entrevistas e teste psicológico, onde nós levantamos o perfil social e psicológico da pessoa que iria trabalhar nos assentamentos.*

No caso da EMATER, não houve a possibilidade de escolher os técnicos para o trabalho específico com assentamentos de reforma agrária devido à grande demanda que a entidade possui. Já na Cáritas deve haver identificação com o trabalho social. Esse fato vem ao encontro do que foi abordado nas considerações que precedem a análise das entrevistas com os técnicos. Enquanto o técnico da EMATER é um funcionário público, o técnico da Cáritas possui comprometimento com a causa da reforma agrária.

Outra consideração importante a respeito do perfil do assessor técnico da EMATER torna-se claro, observando-se o trecho a seguir da entrevista.

- Quais as diferenças de trabalho com o pequeno e o grande produtor?
- *(EMATER) O pequeno tem menos instrução. Às vezes ele aceita mais... Ele tem menos informação.*

Dois aspectos importantes podem ser observados aqui. Para o assessor da EMATER, “*o pequeno tem menos instrução(...) menos informação*”, o que demonstra a falta de valorização pelo saber popular. “*Às vezes ele aceita mais*”, isto é, o pequeno concorda mais facilmente com o que é “repassado” pela ATR. Como constatou Freire (1979), numa “concepção bancária” de educação, a “cultura do silêncio” facilita o depósito de conhecimentos.

O agrônomo da EMATER de Natalândia, por ter atuado na final do Projeto Lumiar (ano de 2000), não participou das capacitações realizadas pelo INCRA, do método ITOG em 1997 ou do DRRP em 1998. O técnico da Cáritas participou da capacitação ITOG, como exposto a seguir:

- Você e os técnicos que trabalharam no projeto Lumiar pela Cáritas realizaram capacitação para o trabalho com assentamentos de reforma agrária?
- *(Cáritas) Eu, particularmente, tenho uma facilidade para o trabalho com assentados devido à minha origem. Sou filho de pequeno produtor de uma região tradicional, além da própria experiência que eu já tinha no trabalho em comunidades com a Cáritas. Para trabalhar com os assentados foi feito um treinamento fornecido pelo INCRA, com a metodologia do ITOG para o desenvolvimento do diagnóstico. A própria Cáritas tem a linha de capacitação para trabalhar com os pequenos produtores e assentados.*

O assessor da Cáritas, por ter participado desde o início do Projeto Lumiar, chegou a realizar a capacitação com o método ITOG de diagnóstico, o que não ocorreu com aqueles assessores que iniciaram no Lumiar mais próximo ao seu final. O mesmo também mencionou que a Cáritas possui sua linha de capacitação, assim como a EMATER.

4.3.2 Discussão sobre o modelo de agricultura

Devido à relação que o agricultor familiar possui com a natureza, como já descreveu Freire (1983), *“quanto mais observamos as formas de comportar-se de pensar dos nossos camponeses mais parece que podemos concluir que, em certas áreas eles se encontram de tal forma próximos ao mundo natural, que se sentem mais como parte dele, do que como seus transformadores”*. O assessor técnico que trabalha com metodologias participativas tem por necessidade conhecer técnicas alternativas de agricultura que utilizem menos insumos industriais e que preservem o meio ambiente; já uma concepção tutorial de ATR

é oriunda de um modelo de desenvolvimento que visa controlar a natureza por meio de intervenções artificializadoras (Ehlers, 1995).

Quando o assessor da EMATER foi indagado se já havia trabalhado com agroecologia, agricultura alternativa ou se o mesmo possui alguma formação nessa área, a resposta foi negativa, tendo demonstrado um completo desconhecimento sobre o assunto. Já o técnico da Cáritas respondeu da seguinte forma:

- *(Cáritas) Com certeza, os resultados daqueles que utilizam uma agricultura alternativa, orgânica, têm sido notoriamente melhores. É o que a gente percebe aqui na região. Os trabalhos que a gente vem desenvolvendo são: o resgate de sementes, a alimentação alternativa do gado, o combate à mosca do chifre, o biofertilizante, etc. Muitos assentados chegam no lote, querem usar alta tecnologia e estão se frustrando. Não estão conseguindo atingir aqueles objetivos que planejaram, imaginaram utilizar toda a tecnologia que está disponível e já deparam com o primeiro problema, que é a pouca quantidade de recursos, insuficientes no assentamento, para aplicar essas técnicas modernas...*

Esse conhecimento sobre modelos alternativos de agricultura não são fornecidos nas nossas universidades e colégios técnicos (Weid, 1985). Cabe ao próprio interesse do técnico ou da entidade para que haja esse tipo de capacitação. A Cáritas possui programas de capacitação de seus profissionais em agroecologia, promovendo visitas e cursos a centros específicos, como o CAA (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas) em Montes Claros e também é parceira da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas.

Aqui também foi exposto um dos motivos pelo qual a agricultura “moderna” não funciona bem para assentados na RA: a pequena quantidade de

recursos disponíveis não é suficiente para se praticar uma agricultura nos moldes da Revolução Verde, com alto uso de insumos industriais, portanto grande necessidade de capital. Essa questão fica bem mais esclarecida no trecho a seguir.

- Quais técnicas vocês utilizam para baixar o custo de produção da pecuária leiteira?
- *(EMATER) Plantio de canavial, capineira e silagem de milho e sorgo.*
- *(Cáritas) Utilizamos a alimentação alternativa do gado: formulamos e fabricamos o sal mineral no assentamento, utilizamos a cana-de-açúcar com uréia pecuária, fazemos o “trato” do gado com feno de rama de mandioca e rama de feijão guandu, que têm alto teor de proteína. Nesse ano, fizemos silagem de sorgo, pois é mais barata que a de milho, além do sorgo ser menos exigente em chuvas. Para fazer essa silagem conseguimos máquinas cedidas pela Prefeitura. Além disso, todos os insumos que adquirimos foram de forma coletiva, para reduzir o custo. Também utilizamos o combate biológico à mosca do chifre com o besouro africano¹² que enterra as fezes do gado.*

Aqui podem-se destacar aspectos importantes dos depoimentos

- a) Técnicas alternativas: as técnicas apresentadas pelo assessor da EMATER são as “tradicionais”, isto é, aquelas preconizadas pelas universidades. Já as técnicas utilizadas pela Cáritas priorizam a redução no custo de produção da atividade, utilizando princípios da

¹² A mosca do chifre é um parasito que suga o sangue do gado, causando grande incômodo aos animais, que passam a se alimentar menos e com isso têm a produção diminuída. O combate químico, além de caro é pouco eficiente. O besouro *Ontophagus gazella*, oriundo da África, enterra as fezes do gado, onde a mosca do chifre se reproduz; destruindo o ciclo do parasito.

agroecologia. Além da redução de custos, os princípios agroecológicos permitem uma produção agropecuária mais sustentável ecologicamente, na medida que eliminam a utilização de “venenos” (defensivos químicos) por meio do uso de produtos naturais ou de controle biológico.

- b) Fortalecimento do associativismo, que se faz valer sob dois aspectos: o primeiro diz respeito às compras coletivas de insumos visando diminuir os custos (aumento do poder de barganha). Em segundo lugar, pela da união entre os assentados e o conseqüente aumento no poder de reivindicação, os assentados conseguiram o empréstimo de máquinas e equipamentos agrícolas da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, o que reduziu os custos de produção ainda mais.

As metodologias participativas também objetivam fortalecer o associativismo e a solidariedade entre os produtores, sendo um instrumento capaz de transformar a realidade (Alencar, 1997).

Também há de se destacar que o secretário de agricultura da atual administração municipal trabalhou na Cáritas Diocesana de Paracatu como técnico do Projeto Lumiar. Há também um vereador em Lagoa Grande que já trabalhou no Lumiar pela Cáritas sendo hoje o maior defensor da Reforma Agrária na Câmara Municipal. Os assentados do Aliança e Progresso tiveram participação ativa na campanha eleitoral desse vereador e do atual prefeito. Sendo assim, se os agricultores do PA Aliança e Progresso já conseguiam máquinas da administração municipal anterior, agora a tendência é melhorar ainda mais.

Esse aumento de influência política ocorreu devido ao fortalecimento do associativismo, que é consequência no aumento da conscientização dos atores

envolvidos: dos assentados e também dos técnicos que, após o trabalho sob uma perspectiva participativa, tomaram consciência de suas capacidades e assumiram cargos importantes no poder público local.

Outro aspecto muito importante, relacionado às metodologias participativas e emancipadoras de ATR, é a troca de experiências entre os assentados e o intercâmbio com outras entidades. Essa “troca de figurinhas” colabora para o aumento da conscientização dos agricultores familiares assentados, condição essencial para sua “aquisição de poder” (*empowering*, Galjart, 1981) e, conseqüentemente, para seu desenvolvimento com maior autonomia. A seguir estão os trechos das entrevistas que demonstram o que os assessores das entidades pesquisadas fizeram (ou têm feito) para que isso ocorra.

- Sua entidade promovia nos assentamentos a troca de experiências entre os assentados? O intercâmbio com outras entidades? Você considera importante ações desse tipo?
- *(EMATER) Até agora o que houve foi o encontro dos assentados (I Encontro de assentados Pequenos Produtores de Natalândia, promovido pelo STR, FETAEMG, INCRA e EMATER, em 1999), depois que eu cheguei não houve nada desse tipo. Mas eu acredito nesse tipo de coisa. Acho que é muito importante o intercâmbio e a troca de experiências. No campo a gente trabalha assim, através de reuniões por grupos de interesse, a “troca de figurinhas”. O que eu sei eu transmito, você vem e completa. É muito interessante.*
- *(Cáritas) Sem dúvida, a gente já tinha um trabalho com a Rede de ONGs que trabalha com o pequeno produtor, o CTA, a REDE de tecnologias alternativas o CAA, ... e a gente fazia o intercâmbio. Foram realizadas várias visitas, foi realizado um encontro estadual no assentamento aqui de Paracatu, nós levávamos os assentados para conhecer o trabalho dos*

outros assentados; havia um intercâmbio entre as entidades que trabalhavam com o pequenos produtores. Em 1998, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), levamos um ônibus de produtores à EMBRAPA em Planaltina (Centro de Pesquisas em Agricultura do Cerrado), onde eles fizeram um mini-curso sobre alimentação do gado na seca e outro sobre a importância da mandioca, além de terem conhecido o Centro de Pesquisas. A partir dessa viagem ficou mais fácil implementarmos algumas técnicas para reduzir o custo da alimentação do gado, como a utilização do feno de rama de mandioca e o fornecimento de cana com uréia na seca. Também nessa viagem fizemos um convênio com a EMBRAPA para o teste de variedades de mandioca em assentamentos. O Aliança e Progresso foi um deles.

Ambos os entrevistados acreditam na importância da troca de experiência entre os assentados. Mas, em relação ao intercâmbio com outras entidades apenas o assessor da Cáritas trabalhou nesse sentido.

Um aspecto que deve ser levado em consideração, com base na descrição do assessor técnico da Cáritas, diz respeito aos centros de pesquisa governamentais. No quadro teórico foi dito que esses centros, bem como as universidades, desenvolvem pesquisas que não se adaptam às condições da agricultura familiar (Chambers, 1993). Entretanto, segundo o entrevistado, a visita à unidade da EMBRAPA contribuiu com a melhoria no sistema de produção nos assentamentos. Daí conclui-se que, apesar dos institutos de pesquisa priorizarem a agricultura empresarial, há também iniciativas que contribuem com o desenvolvimento da agricultura familiar.

As metodologias emancipadoras procuram promover a união entre os agricultores familiares para o aumento do poder político e a valorização das formas associativas entre os agricultores, desde aquelas informais como os

grupos de interesse, até as formais, indo das associações até às federações de trabalhadores rurais. É um modo de fazer valer esse objetivo. Portanto, os assessores que trabalham com metodologias emancipadoras devem manter uma relação de proximidade com essas formas associativas.

- Qual a relação que a EMATER/Natalândia tem com as entidades representativas dos assentados, com as Associações, Sindicato, FETAEMG?
- *(EMATER) Com o STR, eles reclamam que a gente trabalha isolado... Mas não dá tempo nem condições para envolver mais. É complicado, nosso tempo é restrito. A D. Fiinha (Presidente do STR), por exemplo, mora no assentamento a 22 km daqui. Com as associações, o relacionamento é excelente.*
- Com os presidentes ou com todos os membros, essa boa relação é apenas pessoal?
- *(EMATER) Na verdade eu trabalho mais com os presidentes e tesoureiros, ...com os outros eu não tenho muito intimidade.*

O assessor da EMATER reclama da falta de tempo para se promover um maior relacionamento com o STR. Em relação às associações, o trabalho é mais voltado para as lideranças, mesmo quando foi mencionado o STR, a resposta foi dada exclusivamente a respeito da relação com a presidente. Entretanto, no trecho analisado anteriormente, o mesmo entrevistado falou do trabalho por grupos de interesse, que é uma forma associativa informal.

A falta de tempo mais uma vez é mencionada como uma limitação ao trabalho de campo, isto é, há uma carência de profissionais para a realização de um trabalho melhor na EMATER de Natalândia.

- Qual a relação que a Cáritas tem com as entidades representativas dos assentados, com as Associações, Sindicato, FETAEMG?
- *(Cáritas) A metodologia da Cáritas é estar sempre buscando um trabalho de parceria. Hoje, a gente nota que não adianta trabalhar isoladamente. Nosso trabalho é fundamentado com parcerias junto aos órgãos representantes dos assentados, os Sindicatos, a FETAEMG e o INCRA, que não deixa de ser um parceiro, pelo bom relacionamento que temos com a equipe do INCRA.*

Os entrevistados foram indagados sobre os “estímulos” que os mesmos têm para o trabalho, pelas respostas pode-se observar as diferenças de objetivos que norteiam suas ATRs.

- Quais são os maiores estímulos que você tem para trabalhar aqui?
- *(EMATER) Eu proporcionei um incentivo para os produtores. Houve um deles que se destacou num concurso de produtividade de milho na região. Eu me sinto bem fazendo isso... O produtor foi homenageado, ganhou semente de milho. Com isso, a gente incentiva a pessoa a querer produzir mais, há maior entusiasmo.*
- Então há um incentivo para o aumento da produtividade, é isso que devemos procurar sempre?
- *É. aumento da produtividade com menor custo. Por exemplo, uma pessoa que ganhou o quarto lugar (concurso de produtividade). Ela ganhou três sacos de semente. Para o ano que vem já vai ter um gasto menor e por isso baixa o custo.*
- De milho híbrido?
- *Sim, híbrido.*

Mesmo repleto de boas intenções, a metodologia de trabalho do assessor está impregnada de uma concepção reducionista oriunda do modelo da Revolução Verde, que considera que a função da agricultura é a de produzir mais por unidade de área (produtividade), com o menor custo, isto é, apenas uma função de *input-output* (Navarro, 1994). Mesmo sem saber, o agrônomo auxilia na reprodução de um modelo em que os agricultores permaneçam cada vez mais dependentes dos setores industriais. No caso, a indústria de sementes. Assim, o produtor não tem controle e está sujeito a condições impostas externamente ao seu meio (Lutzemberger, 1993).

Na verdade, mesmo tendo ganho esses três sacos de sementes não se pode afirmar que o produtor conseguiu baixar o custo de produção ou que o mesmo obteve melhores resultados econômicos. O milho híbrido fornecido por essas empresas de sementes é mais exigente em fertilidade do solo do que as variedades de milho “crioulo” que os agricultores familiares tradicionais reproduzem. Sendo assim, há necessidade de adquirir fertilizantes, aumentando os custos. Deve-se observar que se, por algum motivo, o agricultor perder sua colheita (por pragas ou seca), aquele que utiliza sementes de milho híbrido e fertilizantes industriais certamente terá maiores prejuízos do que aquele que trabalha com variedades “crioulas”.

Outro fato que merece consideração refere-se ao destino da produção. Geralmente os agricultores familiares utilizam o milho para fornecer aos animais e o armazenam em paiol. Os milhos híbridos, por possuírem menos palha, são muito mais suscetíveis ao ataque de carunchos, ocasionando perdas na produção. Além disso, aqueles que plantam milho híbrido têm a necessidade de comprar sementes todos os anos, já que a segunda geração dos milhos híbridos apresenta produtividade muito baixa. Sendo assim, os agricultores ficam numa eterna dependência das empresas de sementes; já aqueles que plantam milhos “crioulos” podem reproduzir suas próprias sementes.

Prosseguem as entrevistas.

- Qual era o estímulo da equipe do Lumiar?
- *(Cáritas) O principal estímulo era a vontade de se fazer uma reforma agrária justa, ... Infelizmente, se fosse pelo salário, não haveria estímulo. A própria filosofia do técnico e a dinâmica do trabalho que estimulava a atividade nos assentamentos, nossa entidade e os que trabalham nela acreditam na reforma agrária como o caminho para um país melhor.*

Segundo o assessor da Cáritas, o estímulo para o trabalho provém da posição ideológica daqueles que trabalham na entidade, de acreditar na reforma agrária para melhorar o país. Uma outra pergunta, formulada de forma idêntica aos dois assessores, traz à luz mais algumas considerações:

- Na sua opinião existe alguma diferença entre o assentado e o pequeno produtor de fora dos assentamentos?
- *(EMATER) Hoje, o pequeno procura a gente, mas a gente não tem tempo para eles... Eles reclamam a falta de crédito. O pequeno reclama mais que o assentado. O assentado hoje tem muita oportunidade; se ele quiser crescer ele cresce. Temos o projeto hoje de R\$ 9.500,00. Dá para a pessoa sobressair. Todo assentamento tem aqueles que sobressaem.*
- *(Cáritas) O assentado deve ter um tratamento diferenciado, devido a estrutura que ele tem, do preconceito existente, ... São pessoas que vieram de locais diferentes e que se agruparam ali para criar uma comunidade. A própria natureza humana de defesa faz com que o trabalho com assentado seja diferente do que com a pequeno produtor tradicional, que tem laços de parentesco ali. É uma dinâmica difícil. Nós, da Cáritas, procuramos*

valorizar, estimular os assentados para realmente conseguir trabalhar e obter resultados.

Para o assessor da EMATER, a maior diferença entre o agricultor tradicional e o assentado refere-se à maior disponibilidade de recursos financeiros que o segundo possui, sendo esses recursos o ponto fundamental para seu desenvolvimento: *“temos o projeto hoje de R\$ 9.500,00. Dá para a pessoa sobressair.”* Observa-se que na concepção desse técnico o fator capital é o mais importante. Basta apenas ao produtor *“querer crescer”*.

Já o assessor da Cáritas incluiu aspectos humanos e históricos para diferenciar o trabalho entre os assentados na reforma agrária e os demais agricultores familiares. Numa ATR participativa os aspectos humanos nunca devem ser desconsiderados (Freire, 1983). No final, o mesmo coloca o ponto fundamental das metodologias participativas e emancipadoras: o resgate da auto-estima (Freire, 1979) *“nós, da Cáritas, procuramos valorizar, estimular os assentados para realmente conseguir trabalhar e obter resultados.”*

A análise das entrevistas com os assessores técnicos da EMATER de Natalândia e da Cáritas Diocesana de Paracatu, fornece subsídios para definir qual deles possui uma metodologia de trabalho mais participativa e emancipadora. Entretanto, não é possível definir se a metodologia empregada pelos assessores entrevistados corresponde àquela aplicada pelos outros assessores das entidades que trabalharam nos assentamentos em estudo, bem como se a retórica dos entrevistados corresponde à sua atuação na prática. Sendo assim a etapa seguinte da presente pesquisa, com a interpretação das entrevistas feitas com os assentados, tem também como objetivos confirmar se as metodologias identificadas na entrevistas dos assessores se confirmam na prática

e também quais as metodologias predominantes empregadas pelas entidades em questão.

4.4 Análise das entrevistas feitas com os agricultores familiares assentados

Nessa etapa, além dos objetivos explicitados no item anterior, pretende-se proceder algumas outras análises: identificar se houve aumento da participação e da solidariedade entre os assentados após o início da ATR; observar a satisfação pessoal dos assentados com o que foi realizado pela ATR e levantar alguns indicativos sobre a geração de renda no assentamento.

3.4.1 Escolha das entidades prestadoras da ATR

O Projeto Lumiar teoricamente pautava-se pela aplicação de metodologias participativas e dava o direito aos agricultores familiares assentados de escolher qual entidade prestaria ATR em seus respectivos assentamentos. Entretanto, o que se observa na prática é que muitas vezes a escolha dos assentados não era respeitada, por dois motivos principais: a) o processo de escolha não era tão democrático como se preconizava, pois algumas lideranças faziam pressão sobre os assentados para que escolhessem determinada empresa ou entidade; b) não havia opções escolha de entidades prestadoras de ATR na região do assentamento; nesse casos, apenas a EMATER, por estar presente em todas as regiões do estado poderia prestar a ATR. Esse item tem como objetivo identificar os motivos pelos quais a EMATER de Natalândia e a Cáritas Diocesana de Paracatu foram as entidades escolhidas para a prestação de assistência nos PAs em questão.

Da mesma forma, manter-se-ão os nomes dos assentados entrevistados em sigilo, para evitar qualquer constrangimento. Para tanto, os assentados do PA mamoneiras receberam os nomes Mam1, Mam2, Mam3 e Mam4 e os assentados do PA Aliança e Progresso receberam as denominações AP1, AP2, AP3 e AP4.

- O Sr. teve a oportunidade de escolher a entidade que prestou assistência pelo Projeto Lumiar? Havia outras opções?
- *(Mam1) Não, nós não chegou a escolher não ... Eles falaram um monte de empresa que a gente podia escolher mas a gente achou melhor a EMATER mesmo. Teve a reunião, mas não chegou a falar que ia escolher. A gente só falou que achava melhor a EMATER....*
- *(Mam2) Teve, a gente estudou a questão da Cáritas, mas para ela era difícil fazer o acompanhamento e ela mesmo não quis, porque só esse assentamento preferiu ela. O Saco do Rio Preto não quis. Tinha outra empresa que estava atendendo em Riachinho (a Plantal). A gente conversou a respeito dela para dispensar a EMATER.*
- *(Mam3) O povo estava de plano de escolher a Cáritas, mas não teve jeito.*
- *(Mam4) Teve. Queriam até escolher a Cáritas, mas parece que a Cáritas não pôde atender. Quando foi no final, chegou a escolher a EMATER, porque não tinha outra. A vontade mesmo era a Cáritas.*

No momento da escolha da ATR, alguns produtores queriam que a Cáritas prestasse assistência pelo Projeto Lumiar. Entretanto, devido à limitação dos recursos do programa, só ficaria viável para a Cáritas trabalhar no PA mamoneiras se o PA Saco do Rio Preto também aceitasse, pois dessa forma compensaria o deslocamento físico de Paracatu à Natalândia. Como apenas os assentados do PA Mamoneiras desejavam a Cáritas, ficou inviável para a entidade trabalhar no município (essa informação foi confirmada pela Cáritas de

Paracatu). Como se observa nos trechos das entrevistas transcritos acima, a escolha da EMATER foi devido à falta de opção. A seguir, a opinião dos assentados do PA Aliança e Progresso:

- O Sr. teve a oportunidade de escolher a entidade que prestou assistência pelo Projeto Lumiar? Havia outras opções?
- *(AP1) A gente tinha opção, mas a gente achou mais viável a proposta da Cáritas porque a Cáritas preparava as pessoas. Não só fazia projetos e liberava a verba, mas preparava a gente, mesmo antes de fazer os projetos. Ensinava como funcionava a burocracia de INCRA e banco, etc. Tinha também a EMATER aqui de Lagoa Grande, mas a gente via que não era viável. A gente achava que a EMATER não combinava bem com esse regime de reforma agrária e agricultura familiar. A EMATER é mais “pros grande”.*
- *(AP2) Foi o povo do assentamento que escolheu; a partir de reunião, escolheu a Cáritas pela “troca de idéia” do povo aqui do assentamento.*
- *(AP3) Nós fez várias reuniões discutindo sobre as entidades para trabalhar conosco. Com o INCRA também. Ai eles falaram de várias entidades que trabalhavam na região, ai nós optamos pela Cáritas.*
- *(AP4) Eu acho que foi escolhido entre os assentados e o Sindicato. Foi a Cáritas e foi uma equipe muito boa para nós.*

O primeiro entrevistado possuía uma opinião formada a respeito do trabalho das entidades em questão. Mencionou a EMATER como um órgão que não é preparado para trabalhar com a agricultura familiar. O segundo entrevistado falou da “troca de idéia”, isto é, foi feita a escolha por meio de discussões entre os membros da comunidade, o que o terceiro entrevistado confirma: “nós fez várias reuniões discutindo sobre as entidades para trabalhar

conosco...”. O quarto entrevistado menciona a participação do STR de Lagoa Grande. Mas o mais interessante é que os assentados tiveram a opção de escolha, pois havia (e há) escritório da EMATER em Lagoa Grande. Portanto, no caso presente, a escolha dos assentados teve como ser respeitada, de acordo com o que preconizava o Projeto Lumiar.

A escolha da entidade prestadora de assistência colabora com a elevação da auto-estima dos agricultores familiares, na medida que, com isso, eles passaram a ter maior influência no planejamento de seu desenvolvimento. Como se pode notar a seguir, os assentados valorizam e, conseqüentemente, se sentem valorizados por ter opções de escolha, e também por essa escolha ter sido respeitada.

- Foi importante para os assentados terem escolhido a assistência técnica?
- *(AP1) Eu acredito, porque se a gente for obrigado a aceitar um técnico, eu acredito que todo mundo perde.*
- *(AP2) No meu entendimento foi.*
- *(AP3) Com certeza. Os assentamentos precisam de uma entidade que ajude na parte técnica. Só os assentados não conseguem administrar, precisa de alguém que a gente confie para trabalhar junto.*
- *(AP4) Muito importante!*

4.4.2 Confiança

Geralmente, devido à histórica opressão que vêm sofrendo os agricultores familiares descapitalizados em nosso país, principalmente aqueles assentados na reforma agrária, que são tratados com enorme preconceito por grande parte da sociedade brasileira, é difícil romper com a “cultura do silêncio”

em que eles se encontram. O assessor técnico deve, aos poucos, ir adquirindo a confiança dos assentados para realizar um trabalho mais participativo. Para adquirir tal confiança, além de se valer de metodologias participativas, o técnico deve criar uma “postura dialógica”, uma relação de proximidade com os agricultores. Sendo assim, se uma entidade prestadora de ATR troca constantemente seus técnicos em determinada comunidade, são quebrados os vínculos com agricultores. A entidade que pretende trabalhar com metodologias participativas deve evitar que isso ocorra.

Foi constatado no PA Mamoneiras, que houve várias mudanças de técnicos. A seguir a opinião dos assentados sobre essa questão:

- O Sr. acredita que essa mudança de técnico¹³ pode prejudicar?
- *(Mam1) Prejudica e muito! Quando a pessoa é acostumada até para a gente mexer com ela é melhor, né? A gente tem confiança naquela pessoa. Agora chega uma pessoa que a gente não é acostumada com ela, dá medo de mexer.*
- *(Mam2) Isso atrapalha. Por exemplo o [Fulano de Tal]¹⁴ era muito bom técnico, mas ele tinha um problema seríssimo com os pequenos produtores aqui do assentamento, porque ele era daquelas pessoas que não trocava idéia. Era o que ele falou e pronto.*
- *(Mam3) Prejudica um pouco porque a gente demora a acostumar com um técnico.*
- *(Mam4) As mudanças de técnicos aconteceram mais por problemas porque por crise. Mas eu acho que prejudica.*

¹³ Esse assunto já havia sido abordado em outro trecho da entrevista. De 1996 até hoje já ocorreram cinco mudanças de técnicos no assentamento.

¹⁴ Para preservar a identidade do citado.

De acordo com o que foi comentado anteriormente, a estrutura da EMATER acaba involuntariamente prejudicando os assentamentos localizados em municípios pequenos. Em Natalândia, esse fato agrava-se ainda mais porque as condições de vida naquela localidade são péssimas, o que colabora para aumentar a rotatividade dos técnicos.

Outra observação pertinente ao trecho da entrevista acima e que nem estava em questão, diz respeito à crítica feita por um dos produtores à atuação do técnico “Fulano de Tal”, que *“não trocava idéia. era o que ele falou e pronto”*, isto é, trabalhava numa concepção tutorial.

4.4.3 Troca de experiências

Um aspecto muito importante, que será melhor trabalhado a seguir é a questão da “troca de idéia”, isto é, da metodologia de ATR que valorize os conhecimentos dos agricultores. Para iniciar a análise, observe a continuação do trecho da entrevista com o assentado Mam2, no item anterior:

- Ele (o Fulano de Tal) não ouvia muito o pessoal?
- *(Mam2) Não. Era ele e pronto. Se a gente falasse pra fazer diferente ele não concordava de jeito nenhum. Não era nada discutido em grupo. Ele trouxe uns cursos para cá, mas era com as idéias dele mesmo. Já o [Cicrano] era um menino mais educado, era menos técnico que o [Fulano de Tal]. Era menos experiente, mas era uma pessoa bem mais “no jeito”. Quando ele saiu todo mundo achou ruim.*

No trecho acima se confirma a tendência tutorial do “Fulano de Tal”, já o “Cicrano”, foi citado como uma pessoa *“bem mais no jeito”*, isto é, uma

pessoa mais “aberta” à discussão. Porém, o mesmo acabou saindo de Natalândia. A seguir a opinião dos outros assentados entrevistados no PA Mamoneiras sobre essa questão.

- O técnico pede a opinião do Sr. sobre como devem ser feitas as coisas, ou ele vem com tudo pronto? Foi levado em conta seu conhecimento anterior?
- *(Mam1) Não. Ele chega aqui, os projetos já estão feitos. Ele não pergunta porque alguma coisa do projeto não está dando certo.*
- *(Mam3) Sempre eles traziam uns papel e explicava na reunião. Sempre era na reunião.*
- *(Mam4) Eles andou explicando. Na época bateu, agora eu não sei mais.*

O primeiro entrevistado confirma a postura tutorial da ATR, já os dois outros responderam de forma evasiva. Entretanto, o Mam3 salientou que a ATR era sempre prestada em reuniões, o que pode inibir a expressão daqueles mais tímidos. A grande demanda de trabalho dos técnicos da EMATER, (pois devem prestar assistência a um número muito grande de famílias), impossibilita uma dedicação mais exclusiva e individualizada. Os projetos de investimento, por exemplo, geralmente são iguais para todos os assentados de um mesmo PA, não se respeitando as peculiaridades de cada lote ou de cada família.

A seguir, a opinião dos assentados do Aliança e Progresso sobre a troca de experiências:

- O técnico pede a opinião do Sr. sobre como devem ser feitas as coisas, ou ele vem com tudo pronto? Foi levado em conta seu conhecimento anterior?
- *(AP1) Foi levado em consideração, inclusive eles falavam: vocês estão aprendendo com a gente e a gente está aprendendo com vocês. Eles*

pegavam todos os detalhes que a gente sabia, as coisas que eram interessante...

- *(AP2) ...um bocado a gente já tem uma “experienciazinha” e os técnicos passam para a gente também. Isso não vai de um lado só.*
- *(AP3) Consideraram, baseados naquilo que a gente conhece.*
- *(AP4) Foi entre técnico e assentado, foi em conjunto.*

Segundo os entrevistados, a equipe da Cáritas tinha como metodologia a valorização do conhecimento dos produtores, o chamado “saber popular”, que é uma característica essencial das metodologias participativas e emancipadoras. Esse aspecto traz duas vantagens: a técnica (soma de conhecimento) e a humana (valorização das opiniões individuais), que colabora com a elevação da auto-estima.

Foi dito anteriormente que, para haver uma maior participação dos assentados, visando quebrar a “lei do silêncio” (Freire, 1979), faz-se necessária uma maior “proximidade” dos técnicos com os produtores, pois sem ela dificilmente os assentados conseguem expor suas idéias. Porém, para atingir tal “proximidade”, além de demandar certo tempo, é necessário ter atenção exclusiva, individualizada. Geralmente, nas reuniões, apenas alguns produtores conseguem se expressar verdadeiramente. A maioria prefere permanecer em silêncio. Sendo assim, uma ATR que objetive maior participação deve visitar os produtores em suas casas, pois, além de permitir atenção exclusiva, é o ambiente no qual os mesmos se sentem mais à vontade.

Nas entrevistas, foi questionado se os técnicos visitaram os lotes no momento da elaboração dos projetos do PROCERA/Investimento. Todos os entrevistados do PA Mamoneiras afirmaram que os técnicos não visitaram os lotes para a elaboração dos projetos, os assentados do PA Aliança e Progresso

disseram que os técnicos da Cáritas estiveram em todos os lotes para discutir os projetos do PROCERA.

Um trecho da entrevista com um dos assentados do PA Mamoneiras chama a atenção, quando se analisa a questão da proximidade e da “postura dialógica” que os técnicos que trabalham em uma perspectiva participativa devem ter.

- *(Mam2) A Cáritas, por exemplo, tem muito mais experiência para chegar e conversar com o pessoal do que a EMATER. Eles dedicam mesmo naquilo que estão fazendo. A EMATER não. Teve técnico da EMATER aqui que nem tomava água aqui em casa. Eles traziam a garrafa d'água deles, não aceitavam nem um café da gente. O [Beltrano] principalmente, nem café, nem nada. O [Fulano de Tal] tinha um problema que nem aqui dentro de casa ele não vinha. O menino que está aí agora não tem esse problema.*

O entrevistado que recebia visitas constantes por ter sido presidente da associação, menciona uma relação de distância com os assessores técnicos da EMATER com exceção do atual, além de valorizar a dedicação e o diálogo da Cáritas.

4.4.4 Solidariedade e associativismo

As metodologias emancipadoras de ATR visam elevar a solidariedade e associativismo entre os produtores, ou seja, aumentar a união na comunidade. Esse aumento da solidariedade pode trazer grandes benefícios contribuindo significativamente no aumento da geração de renda. Isto é, produtores mais unidos podem realizar as compras de insumos e a venda de seus produtos de

forma coletiva, aumentando o poder de barganha e diminuindo o valor dos fretes. A elevação da solidariedade também viabiliza o trabalho coletivo (mutirão), sendo a alternativa mais econômica para a escassez de mão-de-obra observada em determinadas épocas no meio rural (plantio e colheita). O aumento da solidariedade também pode trazer benefícios intrínsecos: maior satisfação pessoal, promove um maior envolvimento dos produtores em suas entidades representativas, além de facilitar a troca de experiências entre eles.

Entretanto, o trabalho com a questão da solidariedade nos assentamentos de reforma agrária deve pautar-se por metodologias diferentes daquelas aplicadas nas demais comunidades rurais onde existem fortes laços de parentesco e todos se conhecem muito bem. Já nos assentamentos, há pessoas de origens diferentes, com culturas diferentes. Sendo assim, o assessor técnico deve possuir uma habilidade muito grande para tratar essa questão, pois experiências mal sucedidas podem provocar grandes prejuízos.

Nessa pesquisa, serão enfocados alguns aspectos envolvidos na questão solidariedade: as compras e vendas conjuntas, a coletivização do trabalho e a participação nas entidades representativas.

4.4.4.1 Compras e vendas coletivas

- Vocês fizeram, ou fazem, compras coletivas?
- *(Mam1) Só de arames e charretes.*
- *(Mam2) A compra de charrete, de arame, o gado nós compramos em grupos de 5 pessoas. Alguns compram individual. Quando saiu o custeio a maioria dos insumos foi em conjunto.*
- *(Mam3) Fez uma vez, de arame, adubo, esses “trem”.*
- *(Mam4) Quando fez o custeio, comprou milho, adubo, arroz...*

- *(AP1) Sempre faz. Sementes, adubos, ração para gado, sal. tudo em conjunto.*
- *(AP2) Fez, de arame, sementes,... Sempre tem a comissão para resolver esses problemas.*
- *(AP3) Fizemos. Quando a gente reúne coletivamente tem maior facilidade de adquirir o produto e com preço melhor.*
- *(AP4) Foi tudo coletivo.*

Os entrevistados do PA Mamoneiras fizeram compras coletivas no momento da implantação dos projetos de investimento e custeio do PROCERA. Já no Aliança e Progresso isso tornou-se um hábito. Também foi identificada no Mamoneiras a compra de um trator coletivo, o que gerou alguns problemas:

- Como foi o processo de escolha desse trator? Todos participaram? O Sr concordou?
- *(Mam1) Não. Até o INCRA fez pressão em cima de nós, que nós tinha que comprar, de que de toda maneira nós tinha que comprar... Nós tinha que comprar alguma coisa coletiva desse dinheiro. Uns queriam fazer um coletivo de leite, de nós comprar um ou dois lotes e formar ele com esse dinheiro e arrumar leite coletivo... Nós nem queria pegar esse dinheiro coletivo. Mas não adianta. O povo do INCRA mesmo falou: se vocês não pegar esse trator vai ser da Associação. Se vocês pegar ou não pegar, chega na hora vão ter que pagar. Então nós foi passado pra trás, nós foi forçado...*
- *(Mam2) Era obrigatório... Nós resolveu que não quisemos o trator, fizemos o projeto do R\$ 7.500,00. Ai não foi possível deixar de comprar o trator e tirou R\$ 1.500,00 de cada um. Ai teve que tirar algumas coisas do meu projeto. Teve que tirar umas vacas, desmate, pra dar esses R\$ 1.500,00.*

- *(Mam3) Foi obrigado. Uns queria, outros não queria. Antes não tivesse entrado...*
- *(Mam4) No início eu não concordava, mas aí o povo quis e chegou a ser pressionado pelo pessoal da EMATER de Bonfinópolis, que se não fizesse o negócio do trator não ia sair o PROCERA.*

- O trator está funcionando bem?
- *(Mam1) Mais ou menos.*
- *(Mam2) Limitado, não é muito bem, mas dá... Antes o trator não tinha direção, aí começou as brigas... Mas eu consegui criar um regimento, fazer uma direção, uma coordenação.*
- *(Mam3) Não está não.*
- *(Mam4) Eu acho que está funcionando. Eu, esse ano, não procurei ele ainda, mas tem muita gente reclamando...*

As compras coletivas de máquinas e implementos podem trazer benefícios indiscutíveis aos assentados, pois é inviável economicamente para cada um possuir seu próprio trator. Entretanto, no caso estudado houve uma imposição para sua compra, o que gerou problemas no gerenciamento do mesmo, além de ter gerado um exemplo negativo para a coletivização. Normalmente já é muito difícil promover iniciativas nesse sentido com agricultores familiares, especialmente na região noroeste de Minas Gerais, onde há predomínio do individualismo. Após uma experiência frustrada como essa da aquisição do trator essa característica se agrava.

- Vocês fazem ou fizeram vendas coletivas?
- *(Mam1) Não, por enquanto nada. Até o técnico fez um reunião para ver se nós arrumava uma banca em Natalândia, uma feira, mas não deu em nada.*

- *(Mam2) Não, aqui nunca deu certo de fazer, por falta de iniciativa e questão do “aperto”. Hoje você está apertado e vende para uma atravessador em Natalândia. Amanhã sou eu que estou apertado.*
- *(Mam3) Não. O leite cada um leva individual.*
- *(Mam4) Não. Isso deve ser falta de orientação porque vender coletivo deve ser bom, pega preço melhor... O povo aqui é meio desanimado. O que falta é o técnico orientar ou planejar com eles.*

No Aliança e Progresso

- Vocês fazem ou fizeram vendas coletivas?
- *(AP1) A entrega do leite é coletiva; temos o tanque de expansão, que foi financiado pela Cáritas. Também já vendemos mandioca coletivo.*
- *(AP2) Só o leite. Junta todo mundo e faz uma cota só... Cada um tem um cartão, todo mundo sabe a quantidade de leite que cada um entrega. No momento do pagamento cada um recebe a sua parte.*
- *(AP3) Tem sim. Nós estamos vendendo o leite numa só cota e está se dando muito bem... Se for entregar o leite individualmente estão pagando R\$ 0,16 por litro o excesso. Coletivo está saindo a R\$ 0,32 o litro.*
- *(AP4) Do leite, montaram uma comissão e registraram no nome da Associação. A gente entrega o leite no nome da Associação e recebe individual.*

Hoje o PA Aliança e Progresso comercializa sua produção de leite de forma coletiva, com um tanque de resfriamento financiado pela Cáritas. Nesse caso, a entidade foi além de sua função, que é a prestação de ATR, o que seria impossível para a EMATER, por ser um órgão governamental tem suas funções

pré-estabelecidas, além de não possuir recursos para realizar ações dessa natureza.

4.4.4.2 Grupos de trabalho

- Vocês têm grupos de afinidade ou de trabalho, mutirão,...?
- *(Mam1) Às vezes. se um não estiver dando conta de colher uma roça ou bater um pasto, a turma junta e colhe para ele... Tem uns aí que não vai. Os que comprou lote, os que são “folgado”¹⁵ não vão.*
- *(Mam2) Nós já trabalhou com isso, mas de três anos pra cá acabou. Depois que o rebanho cresceu um pouquinho, cada um tem que cuidar do próprio, fica difícil de sair...*
- *(Mam3) Primeiro tinha, depois foi acabando.*
- *(Mam4) Não!*

O único que mencionou o trabalho coletivo foi o primeiro entrevistado, porém reclamou que nem todos participam. Outros dois entrevistados disseram que havia essa prática anteriormente. Chama a atenção o que a esposa do segundo entrevistado falou a respeito do assentamento:

- *(Esposa Mam2) Tem pessoas que tinham tudo para progredir e levar o assentamento junto, mas aí entra a inveja. No início, todo mundo tinha união e um objetivo só. Hoje cada um tá cuidando do que é seu e se puder*

¹⁵ “Folgado” para o assentado entrevistado, são aqueles que entraram no assentamento no lugar daqueles assentados que desistiram do lote; na verdade venderam seus lotes extra-oficialmente, pois comercializar lotes em assentamentos de RA é proibido. Na opinião do entrevistado essas pessoas não necessitam dos lotes para sobreviver por estarem em situação econômica mais favorável

“meter os ferro” nos outros ele faz. Mas ninguém lembra que nós lutou antes por um objetivo só, que era a conquista da terra... Hoje tem muita desunião, que traz muito prejuízo... A gente tem esperança de que as pessoas no assentamento caíam na realidade e se unam mais.

No Aliança e Progresso

- Vocês têm grupos de afinidade ou de trabalho, mutirão...?
- (AP1) *Tem.*
- (AP2) *Aqui cada um dá seus “pulos” nos seus lotes. Eu penso que fazer grupos não funciona. Hoje, mexer com gente é a coisa mais difícil que tem. Às vezes a gente faz serviços junto. Mas são poucas pessoas... quem mexe mais junto é só nessa rua nossa mesmo, mas não são todos da rua também.*
- (AP3) *Com certeza, recentemente nós fizemos um mutirão para fazer a casa para colocar o tanque do leite.*
- (AP4) *Existe sim. Nós trabalhamos com mutirão também.*

Apenas um entrevistado mencionou que trabalhar em grupo não funciona, mas o mesmo trabalha com um pequeno grupo de vizinhos. Foi citada por outro entrevistado a construção em mutirão da casa para o tanque de resfriamento do leite, em dezembro de 2000.

4.4.4.3 Entidades representativas

- Como está o envolvimento na Associação e no Sindicato?
- (Mam1) *A Associação aqui teve forte, depois arranjaram um “sem razão” e muitos saíram... Colocou uns novo sócio, o pessoal era fraco da cabeça e*

ainda pagou a mensalidade antes de registrar em ata. Quando teve uma votação o Zé Vieira do STR de Bonfinópolis não deixou o povo que estava em dia votar porque não estavam registrados. Ai foi a revolta e a maioria deles largou... Ai, quando meu irmão assumiu, melhorou. Até as contas do trator davam retorno, porque todas as outras vezes o trator fica em saldo devedor. Tem aquele absurdo de hora para receber e ainda fica devedor. A máquina de arroz, na época dele, sempre tinha organização. Pagava sempre as mensalidades e sempre tinha dinheiro...

- *(Mam2) No momento agora está bem afastado. O presidente da nossa associação é bem sossegado... A Cáritas mesmo dava uma assistência boa aqui dentro. Tem tempo que não faz reunião aqui. O STR de Natalândia é muito fraquinho, o de Bonfinópolis afastou.*
- *(Mam3) Quando vem e marca reunião eu participo de quase todas.*
- *(Mam4) Não. Antigamente havia melhor contato, hoje é muito pouco.*

Um dos entrevistados mencionou a Cáritas, colocando-a como entidade representativa, ao lado do STR e Associação. Isso confirma o que foi dito por um dos assessores do INCRA entrevistados, de que a Cáritas “faz parte da luta histórica dos camponeses da região”. Nota-se o pequeno envolvimento e valorização, atualmente, das entidades representativas.

Aliança e Progresso

- Como está o envolvimento na Associação e no Sindicato?
- *(AP1) A gente sempre participa.*
- *(AP2) Eu não posso falar que está bom, nem que está ruim; sempre a gente acompanha a idéia dos outros.*
- *(AP3) Tem alguns que não dá certo, mas vai encaminhando.*

- (AP4) *Na parte da Associação e STR, nem todos, mas está meio parado.*

Também no Aliança não se nota grande entusiasmo ao falar nas entidades representativas. Nas considerações serão tecidos alguns comentários sobre esse assunto.

4.4.5 Técnicas alternativas

Dentre os objetivos desse item, um deles é o de identificar se a ATR prestada nos assentamentos em estudo trabalharam com técnicas chamadas “tradicionais”. Ou seja, aquelas oriundas do modelo da Revolução Verde, com prioridade no uso de insumos químicos e sementes híbridas. Ou se a ATR procurou introduzir técnicas alternativas, com a redução do uso de insumos químicos, além da preocupação com a preservação ambiental. As metodologias tutoriais de ATR estão, normalmente, atreladas ao modelo da RV, com o objetivo final de manter os agricultores cada vez mais dependentes dos setores industriais. Já as metodologias participativas e emancipadoras buscam diminuir tal dependência. A seguir, trechos das entrevistas que fornecem subsídios para análise.

- Como eram as recomendações dos técnicos? Era o tradicional, semente híbrida, adubo químico ou era alternativo?
- (Mam1) *Veio pra plantar na técnica mesmo.*
- (Mam2) *A Cáritas começou a trabalhar muito nesse sistema de coisas alternativas aqui. Não sei o que aconteceu entre a Cáritas e a EMATER que não funcionou para trabalhar em conjunto. Acabou que a Cáritas saiu e a EMATER é mais do sistema químico mesmo. O negócio dela é comprar*

produto, adubo, essas coisas... O problema sério da EMATER para o assentamento é porque ela é um órgão do governo e pra assentamento a gente pensa que não funciona. A questão do plantio, o agrotóxico, aquele alternativo que a gente arruma, para eles não serve. Só tem que ser produto químico mesmo. Isso já é um problema aqui para nós; por exemplo, as vargens onde a gente planta arroz são essas varginhas, os moradores são muito próximos dos outros, do meu arrozal. A água escorria para dentro do meu chiqueiro e tinha que usar veneno bravo. Eu não quis usar veneno lá e o [Fulano de Tal] colocou uma observação que eu não quis imunizar o arroz. A gente sempre quis tirar a EMATER para facilitar o esquema de trabalho mais alternativo para o assentamento.

- *(Mam3) No início começou a querer que a gente usava esse “trem”, veneno... Agora, adubo esses “trem” eles sempre falam.*
- *(Mam4) Foi sempre o “normal” mesmo.*

Como se nota, o segundo entrevistado possui um bom conhecimento sobre a questão das técnicas alternativas e teve problemas com um técnico da EMATER por não concordar com o uso de defensivos químicos. Os outros três entrevistados, pelo visto, não possuem conhecimento de técnicas alternativas, demonstrando que os assessores técnicos que lá trabalharam não tiveram a preocupação de difundi-las. Na observação feita no momento das entrevistas não se visualizou nenhum indício de aplicação de técnicas alternativas. É interessante a forma como os entrevistados Man 1 e Man 4 referem-se às técnicas oriundas do modelo da RV: “*Veio pra plantar na técnica mesmo*”, isto é, a técnica é aquilo que está inserido no modelo. Ou “*Foi sempre o normal mesmo*”. No pensamento desse produtor, o “normal” são as técnicas ditas modernas, oriundas da Revolução Verde e não os conhecimentos empíricos dos camponeses.

No Aliança e Progresso

- Como eram as recomendações dos técnicos? Era o tradicional, semente híbrida, adubo químico, ou era alternativo?
- *(AP1) Aqui, os técnicos da Cáritas mostraram esse adubo químico, mas nós seguiu muito esse alternativo, que eles mostraram também e a gente viu que era viável.*
- *(AP2) Eu não achei muita diferença do que eu sabia. Teve algumas coisas diferentes.*
- *(AP3) Foi um tipo de conjunto da parte técnica com os assentados...*
- *(AP4) A assistência ofereceu várias opções para nós.*

- O Sr. tem algum exemplo do que era diferente e que os técnicos aplicaram aqui?
- *(AP1) Em relação à adubação, eu coloco na roça minha de carvão com esterco e o milho dá a mesma coisa. Outra coisa interessante é o besouro que combate a mosca do chifre. Hoje aqui nós não temos mais esse problema..*
- *(AP2) Aqui, quando eu desmato, deixo sempre faixa de cerrado, pra cada uma de pasto..*
- *(AP3) A ração da mandioca eu não sabia, o sal mineral a gente não sabia fazer... foi uma coisa muito boa, que a gente não conhecia. Eles trouxeram e hoje a gente está por dentro da coisa.*
- *(AP4) Eu faço o feno com rama de mandioca e feijão guandu, que dá bom resultado no leite. Também aprendi a fazer o sal mineral.*

Foto 1 Formação de pastagens com desmate em faixas – conservação do solo



PA Aliança e Progresso, dezembro 2000

Foto 2 – Pastagem degradada devido a super-pastejo



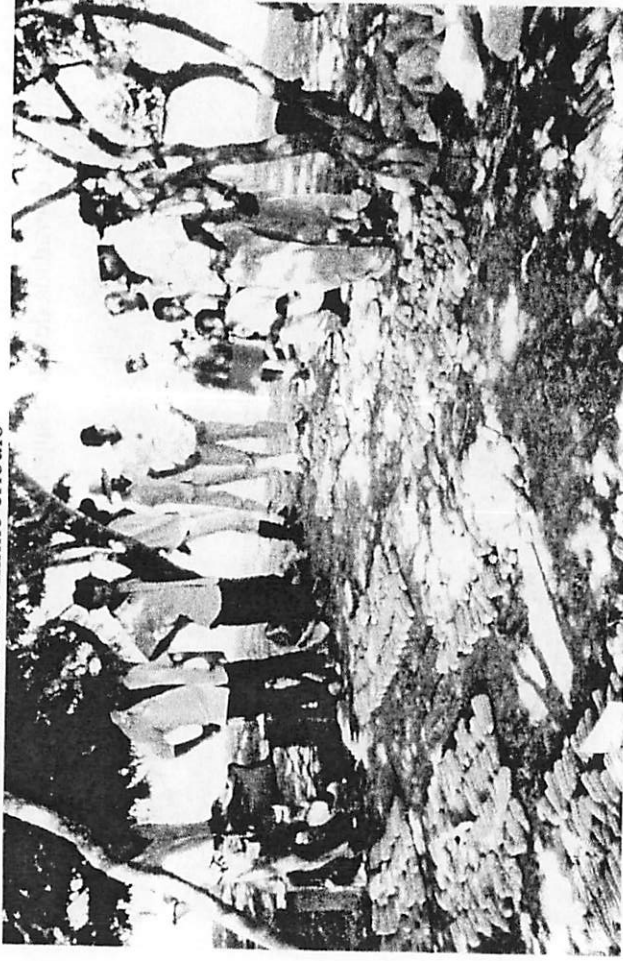
PA Mamoneiras, dezembro 2000

Foto 3 Mutirão de fabricação sal mineral



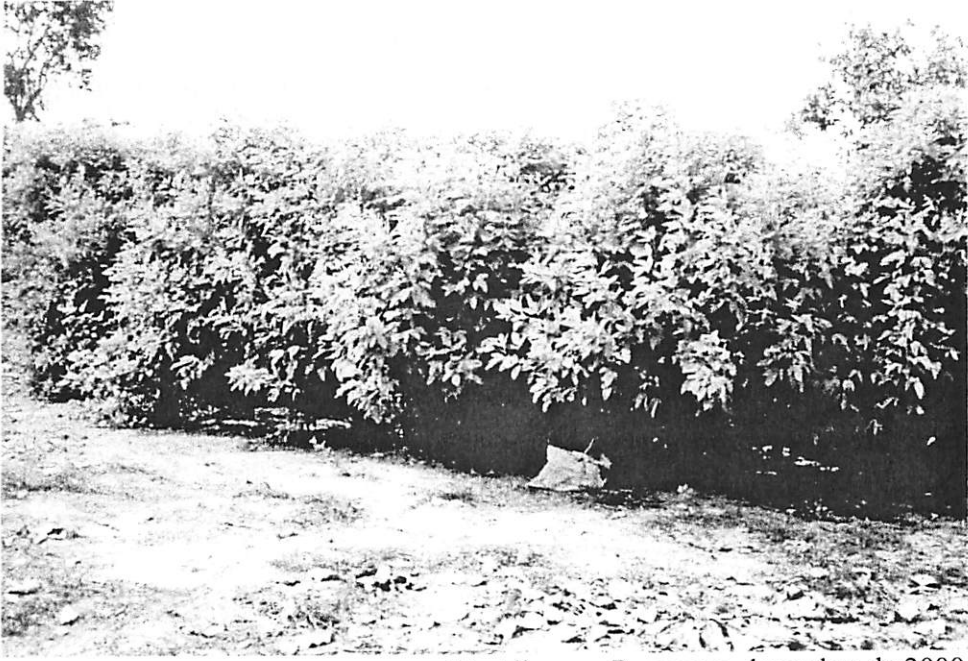
PA Aliança e Progresso (Foto cedida pela Cáritas Diocesana de Paracatu)

Foto 4 Teste de variedades de milho crioulo



PA Aliança e Progresso (Foto cedida pela Cáritas Diocesana de Paracatu)

Foto 5 Plantio de feijão guandu – alimentação alternativa do gado e fertilização do solo



PA Aliança e Progresso, dezembro de 2000

4.4.6 - Geração de renda

Outro objetivo desse item é fornecer algum indicativo sobre a geração de renda. Nas entrevistas, os oito assentados disseram que sobrevivem exclusivamente com recursos gerados dentro dos lotes. A inadimplência bancária pode ser um indicativo de geração de renda no PA Mamoneiras, pois a primeira parcela do PROCERA/Investimento venceu no ano de 1999. No PA Aliança e Progresso a primeira parcela vence nesse ano (2001). Portanto, na entrevista foi perguntado qual a expectativa dos assentados em relação ao pagamento do crédito.

PA Mamoneiras:

- O Sr. está conseguindo pagar o crédito de investimento?
- *(Mam1) O que eu paguei foi só o custeio. O PROCERA era pra nós começar a pagar o ano passado, mas nós pediu para prolongar de novo. Nós não dá conta de pagar, fazer o quê? Não é só eu, nem só outro não... Tem uns "folgado" que comprou lote que dá conta de pagar, mas do povo que entrou no começo, nenhum dá conta de pagar.*
- *(Mam2) Uns não vai dar conta de pagar. Eu mesmo sou um deles que não adianta eu nem preocupar com a primeira parcela que eu não dou conta. Se não tiver como prorrogar essa dívida pelo menos mais um ano novamente, aí essa eu vou deixar ela passar batido.*
- *(Mam3) A primeira parcela prorrogou.*
- *(Mam4) Aqui foi tudo prolongado e parece que vão prolongar de novo.*

Mesmo após quatro anos depois da liberação dos créditos de investimento, os assentados do PA Mamoneiras não têm perspectiva de pagar a primeira parcela.

No Aliança e Progresso

- O Sr acha que vai conseguir pagar a primeira parcela do PROCERA/Investimento?
- *(AP1) Vai ter condição muito bem. A produção dá de sobra.*
- *(AP2) Eu acho que Deus ajudando vai dar pra gente pagar.*
- *(AP3) Vamos trabalhar com fé em Deus e o pé no chão para a gente dar conta de pagar.*

- *(AP4) É possível que dá. Tem que mexer por outras “bandas” para cobrir... A terra aqui é muito fraca. Tem que investir muita coisa para ter pouco retorno.*

O primeiro (principalmente) e o terceiro entrevistado já estão muito bem estruturados. Já estão produzindo cerca de 80 litros de leite por dia e facilmente irão conseguir pagar o financiamento. Os dois outros ainda estão produzindo 20 e 30 litros por dia, mas possuem novilhas prenhes, que irão entrar em produção antes do vencimento da parcela do crédito. Entretanto, os dados obtidos nas entrevistas não são suficientes para tecer maiores comentários sobre a geração de renda nos PAs. O item “Análise da comercialização do leite” servirá para esclarecer melhor essa questão.

4.4.7 Satisfação pessoal

É uma questão muito subjetiva, mas pode servir de indicativo sobre a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, que também é reflexo da geração de renda.

- O Sr. está satisfeito de ter vindo para cá? Acredita que vai melhorar? Quais são suas sugestões?
- *(Mam1) Eu estou satisfeito, agora minha mulher é satisfeita demais... de vontade de mudar! (risos) Ela não gosta daqui do lote.*
- *(esposa Mam1) É muito difícil, de ver que a gente está sofrendo, os filhos estão crescendo e logo largam a gente também, o pai doente. Fazer o quê na roça?*

- *(Mam1) Eles (os filhos) estão querendo vender o lote... A gente queria morar numa cidade que tivesse emprego, porque Natalândia não tem emprego... Para os filhos não tem como, porque a renda é pouca. Eu sei que meu futuro é aqui dentro. Eu não agüento trabalhar e não tenho estudo pra mim pegar um serviço mais ou menos, porque na cidade a gente não colhe.*
- *(Esposa Mam2) Antes, a gente vivia na fazenda dos outros mas sempre se dava bem com os patrão. A gente ficou entusiasmado com essa história de ter uma terra da gente... Hoje, se fosse para entrar noutra assentamento eu não queria mais, não compensou vir para cá...*
- *(Mam2) Por um lado eu não concordo com ela, porque a coisa mudou muito daquela época. Antes se plantava feijão e colhia, hoje já não colhe. Patrão não quer meeiro mais na terra. As coisas estão apertadas aqui, mas pra quem está na periferia da cidade a coisa está ainda pior que nós... Pra gente, que não tem estudo, vai fazer o quê na cidade? Hoje, todo serviço exige 8ª série, primeiro grau, tem que ter boa aparência, porque se tiver de meia idade pra dentro, firma não quer mais e por aí vai. Enfrentar bóia fria não é fácil... Hoje as coisas vai melhorando. No início, a gente vivia num sertão, num cerrado bruto. Hoje as estradas estão boas, eles pegam os meninos aqui pertinho para ir na escola. Nossa cidade é fraca, mas já tem o posto de saúde... Aqui não existia água, hoje já tem poço artesiano. Nós tem casa pra morar, com banheiro instalado. Falta energia, mas ela passa a 200 m da minha casa... Para melhorar, seria bom aumentar a carência das dívidas para a gente não ter que vender gado para pagar, por exemplo. Deveria ter também mais crédito de investimento, porque a gente não fez certo na época.*

- *(Mam3) Se saísse mais uns “cobre” para controlar seria melhor. equilibrava mais. Mas, em vista de quando eu vim para cá, tá melhor demais. Eu espero que vai melhorar.*
- *(Mam4) Por enquanto, a gente está satisfeito, mas podia ser mais... Podia vir mais um recurso para a gente, a energia e água. Furou os poços mas não tem distribuição.*

Nenhum dos entrevistados demonstrou grande satisfação, mas consideram que hoje está melhor do que quando vieram para o assentamento. Todos eles mencionam (mesmo que indiretamente) a questão da geração de renda. O primeiro se preocupa com a renda para manter os filhos no lote e os outro três colocam como sugestão que o governo deveria liberar mais recursos para investimentos.

Esse ponto traz à tona uma questão importante: segundo um dos entrevistados no INCRA, o discurso da EMATER gira sempre em cima do recurso financeiro. O próprio assessor técnico da EMATER de Natalândia entrevistado menciona os créditos de investimento como um grande diferencial entre os agricultores familiares assentados e os demais; essa postura certamente influenciou os produtores, que vêm nos financiamentos uma esperança de melhorar sua situação.

No Aliança e Progresso:

- O Sr. está satisfeito de ter vindo para cá? Acredita que vai melhorar? Quais são suas sugestões?
- *(AP1) Eu acho que valeu porque eu estava praticamente desempregado; vim para cá e, hoje, graças a Deus, eu tenho onde trabalhar e mostrar até*

mesmo para o INCRA que é capaz de funcionar. Eu acredito que vai melhorar bastante, mas a gente sente falta da assistência técnica como era antes. O governo deveria desapropriar mais terra, porque RA realmente dá certo e ter assistência técnica em dia como era, pra gente fazer o trabalho direitinho.

- *(AP2) Eu estou muito satisfeito, antes eu trabalhava de empregado... Eu espero que vai melhorar, pior basta em que a gente estava. A gente que está aqui na terra tem que caçar jeito de trabalhar para sobreviver.*
- *(AP3) É o maior prazer que eu tenho, ter vindo pra cá. Com certeza, tem que melhorar... Eu sempre falo com os companheiros: nós temos que trabalhar conjuntamente, com sinceridade, pra que no futuro nós tenhamos uma vida digna e poder até ajudar aqueles lá fora que passam por dificuldade. Com certeza, nós vai por um caminho bom. A sugestão aí depende de muita coisa. As leis do governo, por exemplo, são muito severas para a reforma agrária, os projetos são muito apertados para os trabalhadores, as leis são muito rigorosas. Mas espero que, com as lutas, as pessoas e o próprio governo vão entendendo que a reforma agrária dá resultado, que é uma economia que está fazendo pelo país. O recurso financeiro é muito pouco para o assentado movimentar. Esse crédito é muito pouco para a pessoa desenvolver.*
- *(AP4) Muito satisfeito. A gente só espera o bom, que o governo e essas entidades olhem mais para os assentados, que são uma classe muito "dominada", não tem força para caminhar com as próprias pernas. O meu futuro é isso aí. Trabalhar, manter as coisas no lugar e ter maior participação do governo e INCRA. Para melhorar, o governo tem que liberar os recursos em dia, a tempo de preparar a terra e fazer o plantio. Todo ano que nós pegamos o crédito passou a época e você planta e não*

colhe. que a chuva já parou. Energia. estradas em todos os assentamentos que eu conheço está muito atrasado.

Com exceção do segundo entrevistado, os outros três demonstram que realmente acreditam na RA, além de terem elencado uma série de sugestões, o que demonstra um bom grau de conscientização. Dois entrevistados também mencionaram a questão do recurso financeiro, porém aqui não estão pedindo mais créditos. Um deles comentou sobre o atraso na liberação dos financiamentos, que são disponibilizados fora da época de plantio (um gravíssimo problema). O outro, apesar de mencionar que os recursos são limitados, não o faz pensando apenas na própria situação, mas sim no futuro da reforma agrária.

4.4.8 - Moradias

Um aspecto que não estava incluído no roteiro, mas que chamou atenção do autor dessa dissertação foi a diferença na condição das habitações dos assentados entrevistados. No PA Mamoneiras, apesar dos créditos de habitação terem sido liberados em 1996, dois entrevistados ainda estão residindo em ranchos de pau-a-pique. Um deles está com a casa inacabada (Foto 6) e outro ainda não começou a construí-la; os outros dois entrevistados naquele PA construíram suas casas a partir do projeto básico do INCRA. Segundo informações (e observações) há outros assentados que não construíram suas casas de alvenaria. No PA Aliança e Progresso, os quatro entrevistados residem em casas de alvenaria. Dois deles construíram casas maiores do que aquelas especificadas no projeto do INCRA (Foto 7), os assentados revelaram que conseguiram construí-las devido ao trabalho em mutirão e ao melhor preço

obtido pelos materiais de construção, pois as compras foram feitas coletivamente, por meio de uma concorrência entre as lojas da região.

Nota-se que o fortalecimento da solidariedade entre os assentados proporcionou melhoria na qualidade de vida das famílias no PA Aliança e Progresso.

Foto 6 Casa inacabada



PA Mamoneiras dezembro de 2000

Foto 7 – Casa construída em regime de mutirão



PA Aliança e Progresso, dezembro de 2000

A seguir, será feita a análise da comercialização do leite nos dois assentamentos, pois essa é a principal fonte de renda de ambos.

4.5 Análise da comercialização do leite.

Em ambos os assentamentos pesquisados, a principal fonte de renda provém da pecuária de característica mista (corte e leite), porém com maior ênfase na produção leiteira. As famílias de agricultores comercializam o leite *in natura* ou fabricam e vendem queijos, além de criarem os bezerros machos até completarem um ano ou mais, dependendo da disponibilidade de pastagens, para vendê-los quando precisam de dinheiro. Devido à facilidade em vender bezerros para recria ou animais para corte (investimento de alta liquidez), o rebanho bovino é considerado uma “poupança em pé”.

A opção pela pecuária no sistema semi-extensivo¹⁶, na maioria dos projetos de assentamento da região noroeste de Minas Gerais, incluindo os dois pesquisados, se deve a uma série de motivos, descritos por agricultores (ou melhor pecuaristas) familiares assentados e pelos assessores técnicos entrevistados:

- a) o mercado para os produtos (carne e leite) é garantido;
- b) os produtores têm a opção de fabricar queijos e aproveitar o subproduto, o soro de leite, para incrementar a engorda de suínos ou aves;
- c) investimento de alta liquidez (“poupança em pé”), que serve como segurança caso a família passe por uma situação de emergência, como doenças, por exemplo;
- d) o leite é uma fonte de renda constante, geralmente quinzenal, diferente do plantio de lavouras de sequeiro, que rendem apenas uma vez por ano;

¹⁶ Caracteriza-se o sistema semi-extensivo como o modo de criar o gado utilizando preferencialmente as pastagens como fonte de alimentação. A suplementação com outros alimentos é feita apenas para as vacas de maior produção ou no período de carência de pastagens de qualidade (estação seca).

- e) demanda pouca mão-de-obra, quando comparada à outras atividades, como fruticultura ou olericultura, por exemplo;
- f) as pastagens, que são a principal fonte de alimento para o gado no sistema semi-extensivo, se adaptam melhor às terras de fertilidade inferior, notadamente quando são utilizadas as espécies forrageiras *Brachiaria decumbens* ou *Andropogon gayanus*;
- g) a pecuária bovina é uma atividade de baixo risco, quando comparada às lavouras de sequeiro, já que na região noroeste de Minas Gerais possui problemas com veranicos¹⁷ muito acentuados;
- h) é uma atividade com a qual a maioria dos assentados possui grande intimidade, além de terem muito prazer e zelo em executá-la;
- i) depois do período de implantação da atividade, se houver um manejo racional, o custo de manutenção é muito baixo;
- j) pode-se adaptar a atividade às mais diferentes condições climáticas ou de solo, pois existem diversas raças e linhagens de gado, inúmero tipos de manejo e uma gama muito extensa de alimentos que podem ser fornecidos aos animais;
- l) o leite é um alimento de excelentes qualidades organolépticas, ótima fonte de alimentação para as famílias assentadas;

Por esses motivos, e provavelmente por outros que não foram recordados, das 87 famílias de agricultores assentados nos PAs Mamoneiras e Aliança & Progresso, 82, ou seja, 90%, se dedicam a pecuária do tipo misto com ênfase na produção leiteira. A seguir está a forma e a quantidade de leite comercializado nos dois assentamentos estudados.

¹⁷ Veranicos são períodos de estiagem que ocorrem na estação chuvosa, causando grandes prejuízos às lavouras.

4.5.1 PA Mamoneiras

No PA Mamoneiras, das 35 famílias assentadas, 31 produzem leite. Desses, 21 comercializam o leite preferencialmente *in natura*. Entretanto, em julho, apenas dez o fizeram. Os outros onze produziram apenas para subsistência. Há dez produtores que fabricam queijos ou só produzem o suficiente para o autoconsumo.

A comercialização do leite é feita individualmente pelos assentados, há um intermediário, ou “atravessador”, que recolhe o leite no assentamento por meio de latões. A seguir, leva o produto à Natalândia, onde ele é resfriado em um tanque. Após o resfriamento, o leite é levado à Nestlé de Brasilândia de Minas, onde é comercializado. O “atravessador” é responsável pelos custos de transporte e resfriamento do leite; seu negócio é viabilizado pela diferença de R\$ 0,10 entre o que paga aos produtores e o que recebe da Nestlé.

Os produtores que fabricam queijos são aqueles que produzem uma quantidade de leite menor ou aqueles que porque algum motivo, não querem comercializar com o “atravessador”. O preço pago pelo quilograma de queijo na região de Natalândia gira em torno de R\$ 2,50 no decorrer do ano, podendo variar de R\$ 3,00 ou mais na estação seca até menos de R\$ 2,00 na época “das águas”. Para se fabricar um quilo de queijo são necessários dez litros de leite. O preço pago àqueles que comercializam queijos varia de R\$ 0,20 até R\$ 0,30 por litro de leite, não sendo muito diferente da remuneração daqueles que comercializam o leite *in natura*.

Se, por um lado, fabricar queijos proporciona a possibilidade de aproveitar o soro de leite para a engorda de suínos e aves, por outro, o mercado consumidor é incerto e a mão-de-obra é maior quando se comparada à comercialização do leite *in natura*.

Quadro 4.1 Comercialização do leite PA Mamoneiras.

	Mar.2001	Abr. 2001	Mai. 2001	Jun. 2001	Jul. 2001
Total comercializado (litros)	29.118	17.620	14.096	16.600	9.402
Média diária (litros)	939.29	587.33	454.71	553.33	303.29
Número de produtores	21	21	17	20	10
Média por produtor/mês (litros)	1.386,57	839,05	829,18	830	940,2
Média por produtor/dia (litros)	44,73	27,97	26,75	27,67	30,33
Preço pago - litro* (R\$)	0,28	0,30	0,32	0,32	0,28
Valor total mensal (R\$)	8.153,04	5.286,00	4.510,72	5.312,00	2.632,56
Renda mensal/produtor (R\$)	388,24	251,71	265,34	265,60	263,26

* Pelo “atravessador” aos produtores

O Quadro 4.1 representa a quantidade e o valor pago pelo leite aos produtores do PA Mamoneiras de março a julho de 2001.

O que mais chama a atenção no quadro da página anterior é a grande queda na comercialização entre os meses de março e abril, que foi de quase 40%. Isso, provavelmente, se deve ao fato de que em abril as pastagens já começam a sentir a falta de chuvas. Com a queda no teor nutritivo e com a redução da massa das pastagens, as vacas passam a produzir menos leite. Com isso a renda mensal dos produtores caiu em média 35% (de R\$ 388,24 para R\$ 251,71).

De abril a maio, apesar da média de produção por produtor não ter se alterado significativamente, quatro produtores pararam de comercializar leite (redução de 19%), devido à falta do produto. A renda daqueles que continuaram comercializando aumentou um pouco (apenas 5%), devido ao aumento do preço pago pelo leite em R\$ 0,02 por litro. No mês de junho, três produtores voltaram a comercializar, mas a média por produtor não se alterou significativamente; a renda permaneceu estável.

No mês de julho houve uma alteração radical. A produção total caiu 43,36%, porque 50% dos produtores que comercializavam leite em junho não o fizeram no mês seguinte, devido às dificuldades enfrentadas na estação seca. A média diária dos produtores que comercializaram subiu 8,77%, entretanto, não houve alteração significativa na renda, pois o preço pago por litro de leite surpreendentemente caiu, no mês de julho, para R\$ 0,28

Nas considerações finais serão tecidos comentários sobre os problemas observados na comercialização do leite no PA Mamoneiras.

4.5.2 PA Aliança e Progresso

No PA Aliança e Progresso, cinquenta famílias, ou seja, 96% do total de assentadas, têm como principal atividade a pecuária bovina de dupla aptidão (mista), com ênfase na produção de leite. Em julho, 38 produtores

comercializaram o leite de forma coletiva, os outros doze fabricaram queijos ou produziram apenas o suficiente para a subsistência.

A comercialização coletiva de leite teve seu início no dia cinco de maio de 2000, quando um grupo de cerca de vinte produtores passou a entregar o produto em cota única para a Cooperativa dos Produtores Rurais de Patos de Minas (COOPATOS) de Lagoa Grande. Porém, a comercialização era feita por meio de latões. No momento, a Cáritas Diocesana de Paracatu prestava assistência técnica ao assentamento e estimulou a criação e ampliação do grupo.

Em dezembro de 2000, a Cáritas financiou um tanque de resfriamento de leite, com capacidade para 4000 litros. No dia quinze do mesmo mês, 36 produtores passaram a comercializar o leite em cota única, pelo sistema de tanque. Hoje, há uma diretoria responsável pelo resfriamento e comercialização do leite, com três diretores voluntários eleitos. Há também um funcionário remunerado, filho de um assentado, responsável pela manutenção da qualidade do produto e realizando a análise de acidez do leite de cada produtor antes de introduzi-lo no tanque. Além disso, o funcionário anota a quantidade diária de leite de cada produtor para distribuir o pagamento. Ele também é responsável pela manutenção do tanque de resfriamento.

O valor do tanque financiado pela Cáritas Diocesana de Paracatu foi de R\$ 11.950,00, com quatro anos para pagar, sendo um ano de carência e juros de 6% ao ano. O Quadro 4.2 mostra a forma de pagamento do tanque de resfriamento.

Quadro 4.2 Forma de pagamento do tanque de resfriamento do PA Aliança e Progresso.

Data	Montante	Valor da parcela	Montante após pagamento
15/12/2000	R\$ 11.950,00	-	R\$ 11.950,00
15/12/2001	R\$ 12.667,00	R\$ 4.470,00	R\$ 8.197,00
15/12/2002	R\$ 8.688,82	R\$ 4.470,00	R\$ 4.218,82
15/12/2003	R\$ 4.471,95	R\$ 4.471,95	-

Admitindo-se que quarenta produtores irão pagar o financiamento do tanque de resfriamento, cada um terá que dispor de R\$ 111,75 por ano, durante três anos, ou pouco mais que R\$ 0,32 por dia, ou seja, um litro de leite. O valor do pagamento do financiamento é pequeno quando comparado à diferença de preço pago entre o leite de “latão” e o leite de tanque, que pode chegar a R\$ 0,15 por litro. Isso ocorre devido a dois fatores principais: 1º) a qualidade do leite de tanque é muito superior àquele comercializado em latões; 2º) o transporte do leite se torna muito mais barato, pois, além de eliminar o transporte dos pesados latões, o leite pode ser transportado de dois em dois dias, pois o resfriamento a 3°C no tanque conserva o produto.

Há uma tendência mundial de se abolir a comercialização de leite com a utilização de latões. Geralmente, as cooperativas e as empresas de laticínios financiam tanques de resfriamento para produtores ou comunidades rurais. Porém, dessa forma, os pecuaristas são obrigados a comercializar o leite com aquela firma que financiou o tanque, isto é, um contrato de exclusividade, mantendo os produtores dependentes de um único comprador.

No Aliança e Progresso, cujo tanque de resfriamento de leite foi financiado pela Cáritas Diocesana de Paracatu, o poder de barganha dos

produtores é maior. Por exemplo, se a COOPATOS passar a pagar menos pelo leite há a possibilidade de comercializá-lo com a Nestlé de Presidente Olegário, com a Cooperativa do Vale do Paracatu (COOPREVALE) ou com uma fábrica de queijos em Lagoa Grande.

O tanque se localiza em uma “casinha” que foi construída em mutirão pela comunidade. Muitos materiais de construção foram doados por assentados, das sobras da construção das casas. Os material que faltou foi adquirido coletivamente.

Foto 8 Mutirão para construção da casa do tanque de expansão



PA Aliança e Progresso (Foto cedida pela Cáritas Diocesana de Paracatu)

O funcionamento da comercialização de leite é simples. Os produtores tiram o leite e o acondicionam em latões, que são levados em carroças, juntamente com a produção de dois ou três vizinhos de lote ao tanque de

resfriamento que se localiza em um ponto central do assentamento. Chegando lá, o funcionário responsável procede a análise de acidez do leite por meio do método do alizarol, para acondicionar no tanque apenas leite de boa qualidade. A seguir, o mesmo anota em uma planilha a quantidade entregue, por dia, por cada assentado. Esse procedimento é feito geralmente duas vezes ao dia, pois há a “tirada” de leite da manhã e a “tirada” da tarde. De dois em dias, o caminhão frigorificado da COOPATOS recolhe o leite no tanque.

Foto 9 Funcionamento da “casinha” do tanque de resfriamento



PA Aliança e Progresso dezembro de 2.000

A seguir os dados sobre a comercialização do leite no Aliança e Progresso. O Quadro 4.3 a seguir representa a quantidade e o valor pago pelo leite aos produtores do PA Aliança e Progresso de março a julho de 2001.

Quadro 4.3 - Comercialização do leite no PA Aliança e Progresso

	Mar. 2001	Abr. 2001	Mai. 2001	Jun. 2001	Jul. 2001
Total comercializado (litros)	48.665	44.866	51.793	43.813	42.991
Média diária (litros)	1.569,84	1.495,53	1.670,74	1.460,43	1.386,81
Número de produtores	38	38	42	40	38
Média por produtor/mês (litros)	1.280,66	1.180,68	1.233,17	1.095,33	1.131,34
Média por produtor/dia (litros)	41,31	39,36	39,78	36,51	36,49
Preço pago - litro* (R\$)	0,32	0,34	0,35	0,38	0,38
Valor total mensal (R\$)	15.572,80	15.254,44	18.127,55	16.648,94	16.336,58
Renda mensal/produtor (R\$)	R\$ 409,81	R\$ 401,43	R\$ 431,61	R\$ 416,22	R\$ 429,91

* Valor pago ao produtor, já descontados cerca de R\$ 0,03 por litro, referentes à manutenção do tanque, salário do funcionário, custos de transporte e impostos (PIS/COFINS).

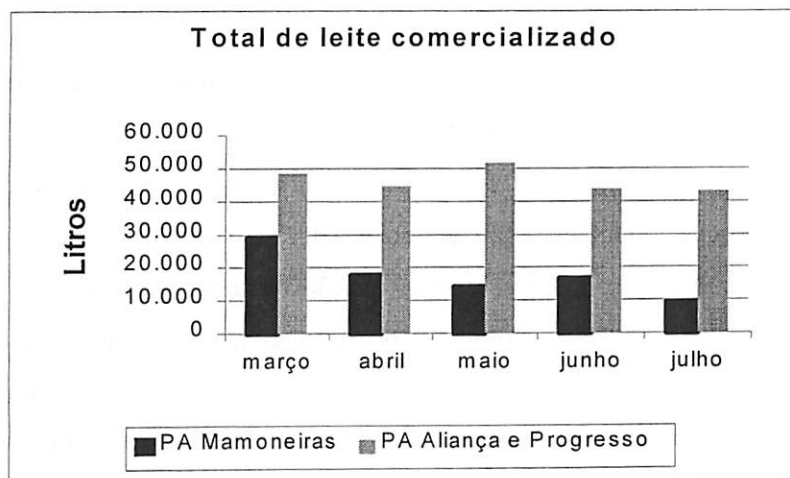
O Quadro 4.3 indica que houve um aumento no número de produtores que comercializam o leite coletivamente, de 38 para 43, entre os meses de abril e junho. O aumento ocorreu, segundo o funcionário que administra o tanque, porque os bons resultados que vêm sendo obtidos têm estimulado mais produtores a fazer parte do grupo.

A média individual diária de produção de leite diminuiu entre os meses de março e junho devido à seca. Entretanto, essa diminuição foi de menos de 14%. Mesmo assim, a redução na renda mensal foi de apenas 1% no mesmo período, reflexo do bom preço alcançado pelo leite

4.5.3 Comparação entre a comercialização de leite realizada nos PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso.

A primeira linha dos quadros 4.1 e 4.3, referem-se ao total de leite comercializado nos PAs estudados. Não é objetivo dessa pesquisa realizar a comparação da produção de leite entre eles, mas o gráfico a seguir traz alguns dados para reflexão

Quadro 4.4 - Leite comercializado a granel nos PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso



O que chama a atenção no gráfico do Quadro 4.4 é que a quantidade de leite comercializado no PA Aliança e Progresso variou pouco entre os meses de março e julho, cerca de 12%. Portanto, nota-se que a estação seca (com início em abril) não vem representando quebras significativas na produção. Ou seja, os assentados possuem estratégias para alimentação do gado na seca que vêm dando resultados.

Já no PA Mamoneiras, no mesmo período, houve uma queda em torno de 68%, muito condicionada pelos efeitos das quedas nos meses de abril (início da seca) e julho, quando muitos produtores pararam de comercializar o produto.

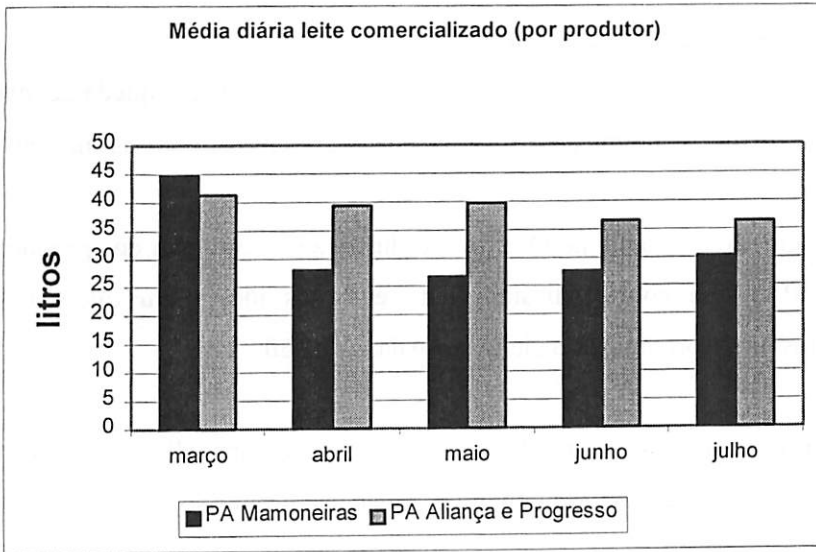
A queda na produção de leite observada no período de seca é bastante significativa na agricultura familiar, em especial nos assentamentos de reforma agrária na região noroeste de Minas Gerais. Isso ocorre devido às limitações de recursos (financeiros e infra-estrutura) que os assentados têm para fornecer

suplementação alimentar para o rebanho nos moldes do modelo tecnológico corrente, com o uso de ração balanceada e silagem de milho.

A saída seria suplementar a alimentação do gado por meio de um sistema alternativo de baixo custo, assim como os produtores do PA Aliança e Progresso o fazem. São fornecidas aos animais forrageiras adaptadas à região, com alto teor nutricional, de fácil manejo e que demandam de pouco insumos, como as ramas de mandioca e de feijão guandu. Além Disso, é utilizada cana-de-açúcar, que é adubada com esterco e borra de carvão, com uréia pecuária. Quando há necessidade de se comprar ração balanceada para vacas de maior produção, os assentados o fazem de forma coletiva, conseguindo, dessa forma, baixar o custo. A fabricação do sal mineral no assentamento também vem reduzindo os custos de produção da pecuária no PA Aliança e Progresso, bem como a utilização do besouro africano para o controle estratégico da mosca do chifre.

Complementando essa análise o Quadro 4.5 traz um gráfico que ilustra à média de leite comercializado por produtor em ambos os assentamentos

Quadro 4.5 Média diária, por produtor, de leite comercializado (PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso)



Aqui se podem avaliar com mais detalhes os efeitos da seca. Os assentados do PA Mamoneiras produziam, em média, mais leite que os assentados do Aliança e Progresso em março. No primeiro, 21 produtores estavam comercializando 939,29 litros de leite por dia, uma média de 44,73 litros por produtor. Enquanto isso, no Aliança, 38 produtores comercializavam uma média de 1.569,84 litros de leite por dia, ou seja, 41,31 litros cada um.

Com o início dos efeitos da estação seca nos rebanhos, houve uma queda abrupta (de mais de 37%) na média diária de comercialização de leite do PA Mamoneiras no mês de abril. Os mesmos 21 produtores comercializaram 587,33 litros por dia, ou 27,97 litros diários por produtor, naquele mês.

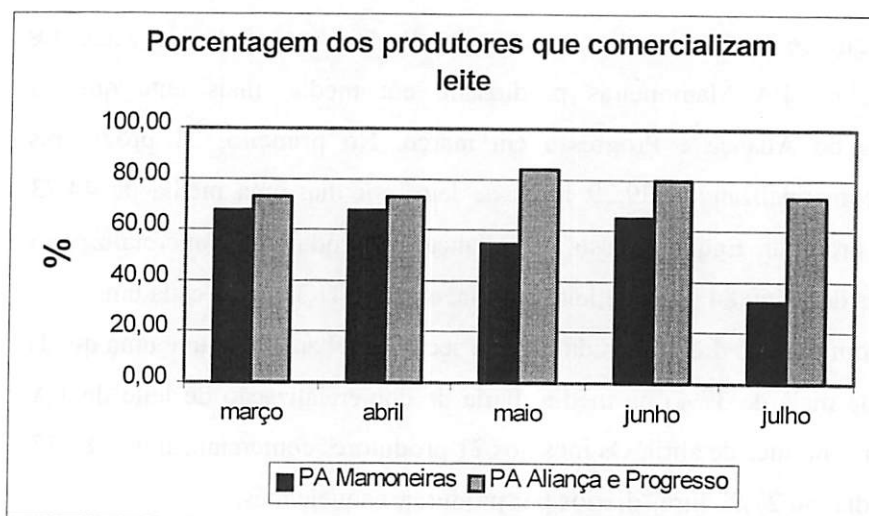
Essa média de comercialização por produtor se manteve praticamente estável até o mês de junho. Em maio foi de 26,75 litros e em junho 27,67 litros.

No mês de julho houve ligeiro aumento, alcançando 30,33 litros. Entretanto, metade dos produtores que comercializavam o produto em junho não o fizeram em julho, restando apenas a “elite”, de dez produtores no PA (Quadro 4.6). Sendo assim, o aumento na média pode não refletir um aumento real, pois os que produziam menos pararam de comercializar.

No Aliança e Progresso, entre março e julho houve uma queda de menos de 12% na média de produção, de 41,31 para 36,49 litros, com os mesmos 38 produtores.

O gráfico constante no Quadro 4.6 ilustra a porcentagem dos produtores dos dois PAs que comercializaram leite entre os meses em questão. No Mamoneiras há 31 produtores de leite, no Aliança há 50.

Quadro 4.6 Porcentagem dos produtores de leite que comercializaram o produto *in natura* (PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso)

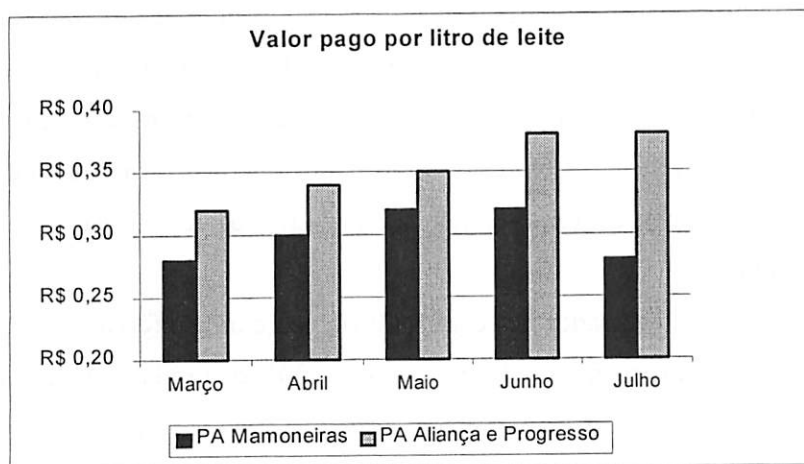


No Aliança e Progresso, em março de 2001, 38 produtores comercializaram o leite de forma coletiva. Esses produtores continuaram a fazer

lo no mês de julho. Em maio e junho, outros produtores passaram a comercializar, mas, devido à queda na produção, em julho não o fizeram. No PA Mamoneiras, em março, 21 produtores entregaram leite; entretanto, em julho apenas dez o fizeram, o que representa apenas 32% dos produtores de leite do PA e 48% dos 21 produtores que tradicionalmente vendem o produto *in natura*. No mês de julho, onze produtores dos que comercializam leite (52%) produziram apenas o suficiente para a subsistência ou não produziram nada, o que ocorreu com quatro produtores no Aliança e Progresso. Dos 42 que venderam leite em maio, permaneceram 38 no mês de julho.

O fato mais notável, quando se analisa a comercialização de leite nos projetos de assentamento estudados, relaciona-se à diferença entre o preço pago por litro de leite aos produtores do Mamoneiras e do Aliança e Progresso. O Quadro 4.7 ilustra esse fato.

Quadro 4.7 Preço pago pelo litro de leite nos PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso.



Convém reafirmar que no valor pago pelo litro de leite ao produtor no PA Aliança e Progresso já foram descontados cerca de R\$ 0,03, referentes à manutenção do tanque de resfriamento, salário do funcionário e impostos. Portanto, o valor pago pela COOPATOS variou de R\$ 0,35 até R\$ 0,41. No PA Mamoneiras o leite é entregue a um atravessador que desconta R\$ 0,10 entre o preço pago pela Nestlé de Brasilândia e o valor repassado aos assentados. Sendo assim, o valor pago pela firma variou entre R\$ 0,38 e R\$ 0,42, ou seja, pouco maior do que os preços pagos pela COOPATOS de Lagoa Grande.

Se os produtores do PA Mamoneiras estivessem organizados a ponto de administrar um tanque de resfriamento próprio, certamente a rentabilidade da pecuária seria maior. Os custos de manutenção do tanque ficam em torno de R\$0,01 por litro de leite, o salário de um funcionário poderia chegar a R\$ 0,02. No Aliança e Progresso, o salário do funcionário custa R\$ 0,01 por litro de leite comercializado, mas a quantidade de leite do assentamento é muito superior ao do Mamoneiras. Os impostos (PIS e COFINS) também levam R\$ 0,01 por litro, bem como o custo do financiamento de um tanque de resfriamento que leva outro R\$ 0,01 (apenas nos três primeiros anos). Admitindo-se um custo de transporte três vezes superior para o leite do PA Mamoneiras em relação ao Aliança e Progresso, devido à localidade, o custo de transporte chegaria a R\$0,03 por litro. Em suma, os custos totais para comercialização do leite do PA Mamoneiras ficariam em torno de R\$ 0,08 por litro, ou R\$ 0,07 após três anos (tanque quitado).

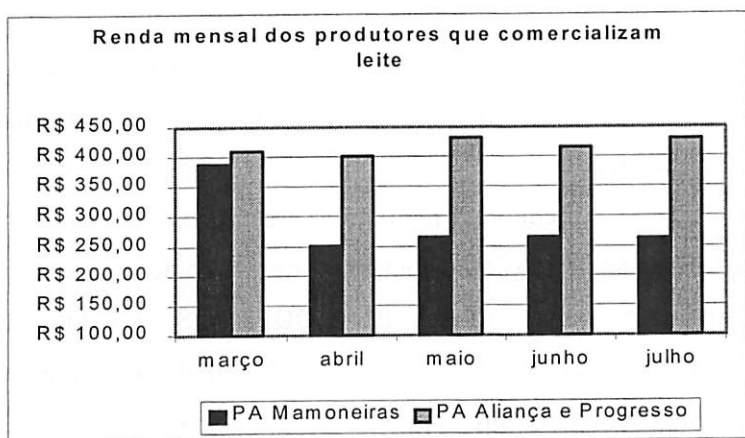
Como o atravessador fica com R\$ 0,10, isto é uma diferença de R\$ 0,02, no mês de maior produção estudado, março de 2001, os produtores deixaram de ganhar R\$ 582,36, ou R\$ 27,73 cada. Não foi criado nenhum emprego no assentamento para a comercialização do leite. Além disso, os produtores estão perdendo ainda algumas facilidades que poderiam conseguir, como prêmios por qualidade e descontos na compra de insumos.

No Aliança e Progresso, além do valor pago ao produtor pelo leite ser maior, há autonomia dos produtores para fornecer o leite a outra empresa ou cooperativa. Um emprego direto foi criado no assentamento, pois o filho de um assentado é o responsável pelo funcionamento do tanque de resfriamento. Há expectativa que o assentamento ganhe um prêmio de qualidade de leite, pois o produto do Aliança tem recebido a maior pontuação em qualidade da COOPATOS, desde que instalaram com o tanque.

Além desses ganhos quantitativos explícitos, a mobilização dos assentados em torno da organização para comercializar o leite vem provocando discussões no assentamento. Uma série de reflexões e propostas surgiram, a ponto de estarem discutindo a formação de uma cooperativa de produtores de leite do Aliança e Progresso.

O somatório dos fatores, o melhor preço do leite e o manejo alternativo que permite maior produção na seca vêm surtindo claro efeito na geração de renda das famílias assentadas do PA Aliança e Progresso, quando comparada à renda obtida pelos produtores do Mamoneiras. O Quadro 4.8 ilustra melhor.

Quadro 4.8 Renda mensal dos produtores que comercializam leite *in natura* nos PAs Mamoneiras e Aliança e Progresso.



Nota-se, numa primeira observação, a queda acentuada na renda dos produtores do PA Mamoneiras entre os meses de março e abril, de R\$ 388,24 para R\$ 251,71 (cerca de 35%). Essa renda se manteve praticamente estável até o mês de julho, variando na casa dos R\$ 265,00. Há de se destacar que em julho apenas dez produtores comercializaram o leite *in natura*.

No Aliança e Progresso, a renda obtida pelos produtores permaneceu praticamente estável entre março e julho. Os produtores vêm obtendo uma renda média em torno de R\$ 420,00 por mês. A queda na média de produção, observada com o decorrer da estação seca, não se observou na renda, devido ao aumento no preço pago por litro de leite.

Outro fato digno de consideração diz respeito ao rebanho do PA Aliança e Progresso: o financiamento do PROCERA/Investimento foi liberado no final do ano de 1998 e a grande maioria dos produtores adquiriu novilhas prenhes. Sendo assim, até o momento da realização dessa pesquisa as filhas daquelas novilhas (hoje vacas) adquiridas em 1998 ainda não entraram em produção. Isto é, o rebanho ainda não se estabilizou. Portanto, quando as mesmas entrarem em produção, no final deste ano de 2001, a produção do assentamento terá um grande aumento.

Também há de se destacar o programa de melhoramento genético do rebanho que vem sendo feito no assentamento desde 1998. A utilização de inseminação artificial, ao contrário do que possa, parecer tem um custo baixo, já que os equipamentos foram comprados e são utilizados coletivamente por grande parte dos assentados.

Nota-se, nos agricultores familiares assentados no PA Aliança e Progresso, uma grande satisfação ao comentar sobre a comercialização do leite. Quando recebem o jornal mensal da COOPATOS, constatam que o assentamento, que no início era visto com maus olhos pela sociedade de Lagoa Grande, hoje é um dos maiores produtores de leite da região.

Foto 10 Tanque de resfriamento cheio de leite. Produtor “Canarinho” sorrindo



PA Aliança e Progresso, dezembro de 2000.

A seguir estão as considerações finais desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confecção do quadro teórico teve como objetivo relacionar o surgimento das diferentes concepções de intervenção no meio rural com o processo de industrialização da agricultura e seus reflexos nas políticas agrícolas brasileiras. A partir daí, podem-se identificar duas principais “orientações” ou “concepções” de intervenção: a tutorial e a participativa.

A análise aqui feita, teve como um de seus objetivos comparar as práticas de atuação de duas entidades prestadoras de assistência técnica rural em dois projetos de assentamentos na região noroeste de Minas Gerais. Para tanto, procurou-se observar todos os lados da questão. Foram feitas entrevistas com os assessores técnicos que trabalhavam no momento da coleta dos dados nos locais pesquisados, com os agricultores familiares assentados e também com os supervisores do INCRA, que eram responsáveis por fornecer o suporte para as equipes locais de trabalho no Projeto Lumiar.

Como os supervisores do INCRA trabalharam, ou têm conhecimento de experiências em todo o estado de Minas Gerais, as análises foram mais generalizadas, mas despertam uma série de reflexões. Um aspecto que foi unânime entre os três entrevistados relaciona-se ao tipo de metodologia indicada para o trabalho em assentamentos. Todos eles recomendam que o trabalho se oriente por concepções participativas, que levem em conta principalmente o “saber popular” e a “dimensão ambiental”.

Os supervisores foram indagados a respeito de quais metodologias eram aplicadas pelas equipes de trabalho locais no Projeto Lumiar, isto é, que comparassem a atuação das diferentes entidades conveniadas ao INCRA. Embora os entrevistados mencionassem exceções, geralmente a EMATER, que

é o órgão oficial governamental de ATR no estado de Minas Gerais, foi atrelada às metodologias tutoriais de intervenção. Já as empresas e ONGs conveniadas, segundo os supervisores, procuravam trabalhar com perspectivas mais participativas.

Infelizmente, os entrevistados no INCRA ainda não puderam realizar análises mais aprofundadas, devido ao pouco tempo de funcionamento do Projeto Lumiar e à carência de estudos científicos sobre quais metodologias trouxeram melhores resultados, principalmente em questões quantitativas, como produção, geração de renda e empregos, etc. Porém, para eles, os princípios lançados pelas metodologias dialógicas e participativas trouxeram resultados qualitativos. Todos eles acreditam que na implantação de futuros programas de ATR em assentamentos, as equipes de trabalho devem pautar por metodologias desse tipo. É o que vem se tentando implantar com o PDA (Plano de Desenvolvimento nos Assentamentos) um projeto com o objetivo inicial de realização de diagnósticos e planejamentos nos PAs, mas com perspectivas de evolução para um programa de ATR nos moldes do Projeto Lumiar.

Nas entrevistas realizadas entre os assessores técnicos da Cáritas Diocesana de Paracatu e da EMATER de Natalândia, diversas questões importantes para a presente pesquisa vieram à tona.

Um fato bastante claro refere-se às concepções sobre ATR que possuem os entrevistados. O assessor da EMATER possui uma visão “focalista”, direcionada quase que exclusivamente para a questão produtiva, postura típica das metodologias tutoriais. Para o entrevistado da Cáritas há outras preocupações a serem levadas em conta, como os aspectos sociais e organizativos, por exemplo. Mesmo na questão da produção agropecuária, a visão do assessor da EMATER é bastante limitada, tendo como principal ênfase a produtividade e o trabalho com as técnicas “tradicionais”, oriundas do modelo

da Revolução Verde. Já o técnico da Cáritas valoriza, em seu discurso, o “saber popular” e as “técnicas alternativas”.

O assessor da EMATER faz apenas papel de mero “repassador de conhecimentos”, fazendo lembrar as palavras de Paulo Freire (1983): *“...o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar, etc. Se se satisfizer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade no trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos... O trabalho do agrônomo como educador não se esgota e não deve esgotar-se no domínio da técnica, pois que esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem se transformar”*.

Nas entrevistas com os agricultores familiares assentados o primeiro fato que chama a atenção refere-se ao processo de escolha das equipes que vieram a trabalhar no Projeto Lumiar. Segundo os entrevistados o desejo inicial da maioria era de que a Cáritas Diocesana de Paracatu viesse a trabalhar em ambos os assentamentos. Entretanto, somente o PA Aliança e Progresso teve sua escolha respeitada. A EMATER atuou no Mamoneiras por ser a única opção no momento, pois, devido às condições de operacionalização do Lumiar era inviável para a Cáritas trabalhar naquela localidade de forma constante.

O trabalho esporádico que a Cáritas realizava no PA Mamoneiras (realização do DRRP) teve que ser interrompido por problemas de relacionamento com o assessor técnico da EMATER que atuava no local. Os problemas ocorreram porque a Cáritas propunha técnicas agropecuárias alternativas, com orientações diferentes daquelas preconizadas pelo técnico da EMATER.

No que se diz respeito ao resgate da cidadania, que é o ponto central da concepção metodológica participativa, é importante considerar e respeitar as escolhas feitas pelos agricultores, pois assim os mesmos se sentirão responsáveis pelo planejamento de seu futuro e por seu desenvolvimento. Quando as decisões são impostas por condições externas ao seu meio, há o fortalecimento da “auto-desvalia” que, segundo Freire (1979), é uma característica marcante dos oprimidos, que terminam por se convencer de sua incapacidade, o que favorece a dominação e o anti-diálogo.

Outro ponto bastante significativo para os objetivos desse estudo, observado nas entrevistas com os assentados refere-se às constantes mudanças de técnicos ocorridas durante a prestação da ATR no PA Mamoneiras. Tais mudanças prejudicam muito a construção dos canais de diálogo entre técnico e assentados, dificultando, dessa forma, a superação da “cultura do silêncio”, essencial para o processo de conscientização e da construção de um saber conjunto.

A dificuldade de se estabelecer o processo dialógico têm conseqüências importantes no desenvolvimento das comunidades. No caso do PA Mamoneiras, foi adquirido com os recursos do PROCERA, um trator para o trabalho coletivo. A falta de um processo mais participativo no momento da compra e no início do funcionamento do mesmo gerou grandes desconfianças nos assentados, o que refletiu na dificuldade posterior de se promover compras e principalmente vendas coletivas. No Aliança e Progresso, o processo participativo, com discussões sobre a importância da união e solidariedade entre os assentados, reflete-se hoje na organização que eles possuem na comercialização do leite.

Como resultados objetivos pode-se observar a diferença de preço obtido pelos assentados do Aliança em relação aos assentados do Mamoneiras na comercialização de seu principal produto, o leite. É um reflexo bastante

significativo da importância da construção do processo dialógico entre produtor-produtor e técnico-produtor.

Porém, há de se ressaltar que o tanque de resfriamento do PA Aliança e Progresso foi financiado pela Cáritas Diocesana. Sendo assim, a vantagem obtida pelos assentados, mesmo que originada da aplicação de metodologias participativas pela ATR, foi estimulada por uma ação institucional. Entretanto é importante também ressaltar que, hoje em dia, o financiamento de tanques de resfriamento é facilitado. Diversas cooperativas e empresas de laticínios têm o interesse de financiá-los, devido à substancial melhoria na qualidade do leite e à redução no custo de transporte. A iniciativa da Cáritas de financiar o tanque surgiu de uma demanda da comunidade, mas, mesmo que a ONG não o fizesse, os assentados o fariam por outros meios. A ação foi estimulante, porém, não determinante.

Um outro fato que merece atenção diz respeito às técnicas com princípios agroecológicas implantadas pela Cáritas Diocesana no PA Aliança e Progresso. O controle biológico da mosca do chifre é um exemplo de muito sucesso. Desde 1999 o rebanho bovino não sofre as conseqüências desse parasito. Quando se observa a manutenção da produção de leite do Aliança relativamente constante, comparando-se meses secos e chuvosos, pode-se concluir que a estratégia de alimentação do gado na seca adotada pelos produtores foi bem sucedida. Tal estratégia se baseia na agroecologia com o fornecimento de forragens alternativas produzidas nos lotes.

Essa estratégia agroecológica, aliada à compra coletiva de insumos e à fabricação do sal mineral no assentamento, provavelmente proporciona uma produção leiteira de baixo custo. Porém, para confirmar essa afirmação é necessária a realização de outra pesquisa que proceda a análise dos custos de produção. No Mamoneiras não foi percebido, nas entrevistas e nas observações *in loco*, nenhum indício de aplicação de técnicas agroecológicas ou alternativas.

Feitas essas considerações, um questionamento permanece: se a orientação oficial (governamental) para a extensão rural desde o início da década de 1980 preconiza metodologias participativas (humanismo crítico), por que, no presente caso, a EMATER de Natalândia não seguiu esse princípio?

Analisando-se os dados obtidos, o autor da presente dissertação permite responder tal questão com outros questionamentos:

- Como os técnicos locais podem aplicar metodologias de ATR participativas se não há uma política efetiva de formação desse perfil profissional nos quadros da EMATER?
- Se as metodologias participativas promovem a conscientização dos agricultores, permitindo que estes vislumbrem sua situação de oprimidos pelas políticas governamentais, como uma ATR atrelada ao governo poderá permitir o florescimento dessas questões ¹?

Em relação às perspectivas futuras, se depender da equipe de supervisão do INCRA SR 06, as próximas políticas de ATR para o trabalho em Projetos de Assentamento na Reforma Agrária devem pautar-se por metodologias mais participativas. Mas, será que esse é o mesmo objetivo do governo?

Nos assentamentos objeto do presente estudo, espera-se que a produção do PA Aliança e Progresso cresça ainda mais. Isto porque os assentados tiveram acesso ao crédito do PROCERA em 1998 e compraram novilhas prenhes. No final do ano de 2001, grande parte das filhas dessas novilhas irá entrar em produção, isto é, o rebanho ainda caminha para a estabilização. No PA Mamoneiras, já houve o tempo necessário para a segunda geração entrar na vida

¹ Convém ressaltar que a EMATER, além de ser subordinada ao governo estadual, mantém vínculos de dependência com as prefeituras municipais, que também a financia.

produtiva, pois o financiamento veio no ano de 1996. Porém, a média de produção de leite por assentado é inferior àquela observada no Aliança.

Por se tratar de um estudo de caso, não se podem permitir generalizações a respeito dos resultados obtidos pela presente pesquisa. Apenas espera-se que ela sirva de base para estudos mais aprofundados, pois essa área ainda é muito carente de pesquisas científicas, tanto nos aspectos quantitativos como naqueles qualitativos.

Para concluir, encerra-se a presente dissertação com as palavras de Paulo Freire e um comentário final:

“A Reforma Agrária não é uma questão simplesmente técnica. Envolve, sobretudo, uma decisão política, que efetua e impulsiona as proposições técnicas que, não sendo neutras, implicam a opção ideológica dos técnicos. Daí que tais proposições, para falar só nesse aspecto, tanto possam defender ou negar a presença participante dos camponeses como reais co-responsáveis pelo processo de mudança. Como também possam inclinar-se pelas soluções tecnicistas ou mecanicistas que, aplicadas ao domínio humano, como, indubitavelmente, o é o domínio em que se verifica a reforma agrária, significam fracassos objetivos ou êxitos aparentes... A ATR, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na praxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica. A capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele em que o agrônomo julgue que deveriam estar.”

Nada existe de forma desconectada. A perspectiva técnica é condicionada pela política, pela concepção de desenvolvimento dos atores

envolvidos no processo. Para o autor dessa dissertação, a opção daqueles que são responsáveis, direta ou indiretamente, pela prática da concepção tutorial de ATR é a manutenção do *status quo*. Mesmo que façam de maneira inconsciente os assessores técnicos locais que trabalham com metodologias desse tipo contribuem com um modelo de desenvolvimento excludente, que favorece as mega-corporações industriais internacionais em detrimento das famílias rurais marginalizadas.

A concepção participativa busca superar a exclusão por meio de uma perspectiva subjetiva e essencial, a conscientização das pessoas, a tomada de consciência por parte dos oprimidos das causas da opressão. Mas também busca obtê-la por meio de perspectivas objetivas, como o aumento da geração de renda, que, aliadas à primeira, promovem a elevação da auto-estima e o resgate da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho?. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 27, p. 16-24, nov. 1985.
- ALENCAR, E. **Estudo de caso: uma técnica de pesquisa social**. Lavras: ESAL, 1988. 6p. (Apostila).
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 100 p.
- ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias: apresentação de três casos. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.1, n. 10, set. 1995.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/DAE, 1999. 125 p.
- ALTIERI, M. A. Entrevista. **Revista Agricultura sustentável**, Jaguariúna, São Paulo, n. 2, p. 5-10. jul./dez. 1995.
- ALTIERI, M. A. ; YURJEVIC, A. Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável na América Latina. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, n. 2, p. 19-25. jul./dez. 1995.
- ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**.. Brasília: ABEAS, 1989. 182 p.
- ARAÚJO FILHO, F.U. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira e como medida fundamental de combate à fome. In: TEIXEIRA, E. C. : VIEIRA, W. C. **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa: [s. n.] 1996. p. 103-112.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1987. 178 p.
- CHAMBERS, R. **Challenging the professions**. London: Frontiers of Rural Development, 1993. 143 p.

CHAMBERS, R. ; GHILDYAL, B. P. O Modelo do agricultor em primeiro lugar. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 12-21, ago. 1993.

DALCHIAVON, F. Problemas agrários e a proposta do MST de reforma agrária. In: TEIXEIRA, E. C. ; VIEIRA, W. C. **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa: [s. n.] 1996. p. 103-112.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Ícone, 1985. 240 p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. 118 p.

EHLERS, E. Possíveis veredas da transição à agricultura sustentável. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, n.2, p. 11-18, jul./dez.1995.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, **Agricultura familiar**. Disponível. <www.embrapa.br>, acesso em 22 de jul. de 2001.

ESCOSTESGUY, C. Novos rumos para a formação em ciências agrárias: uma necessidade crescente. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 19-25, jan. 1988.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 150 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 220 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983. 93 p.

GALJART, B. Conterdevelopment: a position paper. **Community Development Journal**, Oxford, v.16, n.2, p. 88-96, Apr. 1981

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 29-30, maio/jun. 1995.
- GUANZIROLI, C. E. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. Brasília. INCRA/FAO, 1999. 26 p.
- HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994. 598 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Volume 7. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1998. 98 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação dos projetos de assentamentos**. Belo Horizonte: Superintendência Regional Minas Gerais, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Balço da reforma agrária/99**. Belo Horizonte: Superintendência Regional Minas Gerais, 2000. (CD-ROM)
- JONES, A. S. **A política fundiária do regime militar: legitimação privilegiada e grilagem especializada**. 1997. 407 p. Tese (Doutorado em economia) Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LUTZEMBERGER, J. A. Crítica política da tecnologia. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria-RS, n. 6, p. 8-18, jan./jun. 1993.
- MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar nesse verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- MUNER, M. L. O. **A prática do extensionista como processo educativo no município de Jaguaré-ES: limitações e possibilidades**. 1997. 100 p. Dissertação (Mestrado em extensão rural)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

NAVARRO, M. G. M. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 2, p. 12-20, nov. 1994.

OLIVEIRA, F. A **economia brasileira: crítica à razão dualista**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. 78 p. (Seleções CEBRAP, 1).

RIBEIRO, E. M. **Realidade agrícola e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: algumas questões**. Lavras: UFLA/EMATER, 1998. Curso de treinamento- apostila)

RODRIGUES, C. M. A seletividade na política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 14, p. 12-23, n. 1, 1997.

SILVA, J. G. da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P. E REYDON, B. P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995. p. 127-149.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: ABRA, 1996. 167 p.

SILVA, D. O. **Projeto Lumiar - quando os agricultores avaliam: um estudo de caso no Rio Grande do Norte**. 1999. 168p. Tese (Mestrado em Administração Rural)-Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SHIKI, S. Sustentabilidade do sistema agroalimentar dos cerrados: em busca de uma abordagem incluyente. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, n. 1, p. 31-37, jan./jun. 1995.

TEIXEIRA, G.; HACKBART, R. **Um novo pacote anti-reforma agrária**. Disponível: <www.mst.org.br>, acesso em 26 de jul. de 2001.

TOLEDO, V. M. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro n.2, v. 2, p. 21-26, nov. 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WEID, J. M. von der. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola no Brasil. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 4-11, nov. 1985.

WEID, J. M. von der. A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 15-22, jan. 1988.

WHITESIDE, M. **Diagnóstico participativo rápido e rural – manual de técnicas**. Maputo – Moçambique: Comissão Nacional do Meio Ambiente, 1994.